

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **Poder, elites e imprensa locais no Estado Novo**

**O papel da *Gazeta das Caldas* no mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva (1952-1960)**

Sebastião Norte Barata

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador:

Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Catedrático  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Agosto de 2022





SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de História

## **Poder, elites e imprensa locais no Estado Novo**

**O papel da *Gazeta das Caldas* no mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva (1952-1960)**

Sebastião Norte Barata

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador:

Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Catedrático  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Agosto de 2022



*Aos meus avôs,  
o materno que me ensinou a correção  
e o paterno que me ensinou o gosto pela História;  
e às minhas avós,  
que me ensinaram tudo o resto.*



## Agradecimentos

A primeira palavra de agradecimento vai para o Professor Luís Nuno Rodrigues, que me começou a orientar ainda antes de o ter convidado formalmente para ser meu orientador: quando procurava temas para o projeto de investigação, foi o seu artigo sobre a história da *Gazeta das Caldas* que me deu a conhecer o episódio que acabei por explorar e desenvolver na presente dissertação. Desde aí, as suas sugestões, as suas críticas construtivas e a sua disponibilidade foram fundamentais para aperfeiçoar este trabalho, cujos capítulos quase que duplicavam de tamanho após cada reunião. Tão ou mais importante do que o atrás descrito, agradeço também o entusiasmo com que me recebia nessas mesmas reuniões, nas quais, não raras vezes, acabava por partilhar as suas próprias histórias das Caldas da Rainha.

Ainda sobre o corpo docente do ISCTE, não posso deixar de agradecer à Professora Maria Antónia Pires de Almeida, que, numa fase muito embrionária da dissertação, me ofereceu valiosos conselhos sobre os arquivos mais indicados a consultar. Tenho também de agradecer à Professora Maria João Vaz, que, através das suas unidades curriculares de Pesquisa em História e de Análise de Arquivos e de Outras Fontes Documentais, me inteirou e aproximou das melhores metodologias de História, então estranhas para alguém que, como eu, vinha de outra área de formação.

Na base deste trabalho estiveram as atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, às quais só tive acesso graças ao esforço da Leonor Laranjeira e da Carla Gonçalves, da Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha, que por diversas ocasiões se dirigiram ao Arquivo Municipal para recuperá-las. Esta dissertação não teria sido possível sem a sua ajuda. O muito tempo que passei na Biblioteca das Caldas não seria o mesmo sem o interesse que ambas demonstraram na minha investigação e sem o regozijo com que me anunciavam a descoberta de mais um livro de atas. A elas dirijo, pois, um agradecimento muito sentido.

À Associação Património Histórico, na pessoa da Joana Ribeiro, endereço também os meus agradecimentos, por me ter recebido nas suas instalações e me ter deixado explorar o arquivo de Júlio Lopes.

À Sara, agradeço a amizade e, sobretudo, a paciência que teve em ouvir as minhas longas mensagens de voz, gravadas depois de mais uma tarde na Biblioteca ou na Torre do Tombo. Sem que o tivesse pedido (ou querido), acabou por ter acesso em primeira mão aos desenvolvimentos desta dissertação.

Por fim, o que há a agradecer aos meus pais e à minha irmã não cabe nestas linhas (se é que cabe em algum lado). Mas cabe agradecer-lhes por me terem deixado ouvir a coleção “Era uma vez um rei...” do *Expresso* em cada viagem de carro que fazíamos em 2006 – por outras palavras, por me terem aguçado e incentivado o gosto pela História, que me levou até aqui.



## **Resumo**

Em 1952, a poderosa elite das Caldas da Rainha, cuja influência se estendia às mais variadas instituições e organismos do concelho, viu a presidência da Câmara Municipal chegar às mãos de Fernando Pais de Almeida e Silva, então vereador do executivo camarário de Leiria. Durante os oito anos de mandato do novo edil, parte da elite caldense recorreu às páginas do jornal *Gazeta das Caldas*, que dirigia, para levar a cabo uma incessante oposição ao forasteiro que lhe havia tirado as lides do município.

O objetivo desta dissertação é, numa primeira fase, descortinar as razões que conduziram à nomeação de Fernando Pais de Almeida e Silva como Presidente da Câmara das Caldas. Num contexto autárquico que privilegiava os ilustres locais para a presidência dos seus respetivos concelhos – um fenómeno verificado tradicionalmente nas Caldas da Rainha – importa, pois, entender o que levou o poder central a tomar uma atitude diferente em 1952.

Numa segunda parte, e adotando a metodologia de análise de conteúdo, tentaremos compreender em que moldes concretos se manifestou a oposição da elite caldense nas páginas do seu semanário, a *Gazeta das Caldas*. A análise de conteúdo das edições do período entre 1952 e 1960 ajudarão a identificar as estratégias do seu grupo dirigente para fazer frente a Almeida e Silva. Não deixaremos, ademais, de explorar qual a reação do executivo camarário a esta oposição.

**Palavras-chave:** Caldas da Rainha, Estado Novo, poder local, elites locais, imprensa local

## **Abstract**

In 1952, Caldas da Rainha's powerful elite, whose influence expanded across various institutions and organisms in the city, saw the presidency of the City Hall reach the hands of Fernando Pais de Almeida e Silva, then councilor at Leiria. Throughout the new Mayor's eight years of tenure, part of the Caldas elite used the newspaper *Gazeta das Caldas*' pages, which it ran, to carry out a relentless opposition against the foreigner who had taken the control of the city from them.

The goal of this dissertation is, firstly, to uncover the reasons that led to Fernando Pais de Almeida e Silva's nomination as Caldas da Rainha Mayor. In a local governmental level that benefited local notable people for their respective city's presidency – a phenomenon verified traditionally in Caldas da Rainha – it therefore matters to understand what made the central power have a different attitude in 1952.

Secondly, and by adopting a content analysis methodology, we will try to comprehend in what specific shapes did Caldas' elite's opposition manifest itself in the pages of the weekly *Gazeta das Caldas*. The content analysis of the numbers published from 1952 to 1960 shall help identifying the strategies of its leading body to face up to Almeida e Silva. Furthermore, we won't hesitate to explore what was the council executive's reaction to such opposition.

**Keywords:** Caldas da Rainha, Estado Novo, local power, local elites, local press

## Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract .....	vi
Índice.....	vii
1. Introdução .....	1
2. Contextualização .....	5
2.1. Portugal e o Estado Novo no dealbar dos anos 1950 .....	5
2.1.1. Poder local no Estado Novo .....	9
2.1.2. Elites locais no Estado Novo.....	15
2.1.3. Imprensa local no Estado Novo.....	19
2.2. As Caldas da Rainha e a <i>Gazeta das Caldas</i> à entrada dos anos 1950 .....	23
2.2.1. A “capital do Oeste” e a sua elite local .....	23
2.2.2. O percurso da <i>Gazeta das Caldas</i> de 1925 a 1952.....	30
3. O mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva .....	32
3.1. Nomeação: controlo ou protocolo? .....	32
3.2. Resumo do mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva .....	45
3.3. As relações do Presidente da Câmara com a elite local e a sua reconfiguração.....	60
4. A <i>Gazeta das Caldas</i> como “arma poderosa” .....	65
4.1. A simbiose entre o jornal e a elite local .....	65
4.2. A análise às edições da <i>Gazeta das Caldas</i> entre 1952 e 1960.....	67
4.2.1. Os temas .....	68
4.2.2. A estratégica instrumentalização da naturalidade de Fernando Pais de Almeida e Silva .....	78
4.2.3. A forma .....	83
4.3. As reações da Câmara Municipal à oposição da <i>Gazeta das Caldas</i> .....	87
5. Conclusões .....	95
Fontes .....	101
Referências bibliográficas .....	103

## 1. Introdução

Se nos é possível estabelecer uma relação estreita entre a toponímia e a História (d'Encarnação, 2008, p. 9), um breve passeio pelas ruas das Caldas da Rainha denuncia desde logo a relação tumultuosa que Fernando Pais de Almeida e Silva, proveniente de Leiria e Presidente da Câmara das Caldas entre 1952 e 1960, teve com a cidade e respetivas elites durante o seu mandato. É o único presidente da Câmara Municipal do período do Estado Novo que não vê o seu nome registado na toponímia caldense (Roteiro Toponímico da Cidade das Caldas da Rainha, 2019).

Em 1952, a nomeação de um então vereador do executivo camarário leiriense para a presidência da Câmara Municipal das Caldas foi um duro golpe no poder da elite local. Os caldenses alimentavam até aos meados dos anos 60 um sentimento de superioridade e despeito face a Leiria (Serra, 2000, p. 24); e a sua elite vinha cimentando o seu domínio desde antes do Golpe de Estado de 28 de Maio de 1926. A comparação entre a Comissão Executiva do município em janeiro de 1926 e a Comissão Administrativa estabelecida depois do golpe é elucidativa: apesar de estas últimas terem sido criadas para substituir autoridades municipais eleitas, nas Caldas da Rainha apenas um dos cinco nomes do executivo foi alterado (Serra, 1993, p. 441). Politicamente, a nomeação de Fernando Pais de Almeida e Silva representou, para a elite caldense, uma rutura mais profunda do que o golpe que instaurou a ditadura militar.

A resposta desta elite, agregada no chamado Conselho Municipal, fez-se sentir ao longo de todo o mandato nas páginas da *Gazeta das Caldas*. A *Gazeta*, em circulação desde 1925, era, à entrada dos anos 50 do século XX, o principal jornal da cidade, nela pontificando alguns dos elementos do Conselho Municipal, que a usaram como uma arma poderosa contra o Presidente da Câmara (Rodrigues, 1989, p. 22). Maria Isabel Xavier Baptista (1993, p. 31) comenta, aliás, que as polémicas levantadas pela publicação contra o poder político concelhio neste período “não foram nem tão poucas, nem tão veladas como à primeira vista poderíamos esperar”. Contudo, se não é segredo que tenha existido esta oposição e que o jornal tenha sido palco da mesma, a verdade é que falta uma análise mais aprofundada ao mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva e, sobretudo, ao papel que a *Gazeta* teve na oposição que contra ele se levantou. Está ainda por ser feita uma análise de conteúdo às *Gazetas* deste período que permita identificar, em concreto, em que modos e através de que temas a elite local expressou o seu descontentamento político ao longo da década de 1950. Em suma, falta responder à pergunta de partida desta dissertação: **como se manifestou a oposição da elite caldense contra Fernando Pais de Almeida e Silva nas páginas da *Gazeta das Caldas*?**

Como planeamos responder a esta pergunta? Como já dissemos, adotaremos metodologias de análise de conteúdo na leitura das edições do jornal entre 1952 e 1960, seguindo a sugestão de João B. Serra (1985, p. 6): “Uma análise qualitativa dos jornais, utilizando por exemplo as

metodologias de análise de conteúdo, possibilitará o conhecimento das estratégias” do respectivo grupo dirigente, “suficientemente estruturado para promover a produção e circulação de informação e se relacionar com a opinião pública”. Para que a análise seja rigorosa, seguiremos o trajeto proposto por Laurence Bardin (1991, pp. 95-101), que divide o processo da análise de conteúdo em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação).

O primeiro passo tem como objetivo “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas” – em suma, escolher os documentos a examinar e definir hipóteses. A escolha dos documentos é óbvia: edições da *Gazeta* entre 1952 e 1960<sup>1</sup>. Quanto às hipóteses, acreditamos que, no contexto da nossa investigação, uma tática muito usada pelo diretor e pelo corpo redator da *Gazeta* terá sido a instrumentalização do orgulho caldense na hora de dar determinadas notícias. Mais concretamente, ter-se-ão abordado temas como o turismo, o termalismo ou o comércio local de modo a, direta ou indiretamente, criticar os rumos definidos pela Câmara.

O segundo passo consiste na “administração sistemática das decisões tomadas”, o que mais não é do que a leitura crítica propriamente dita dos documentos previamente escolhidos, de forma a atestar as nossas hipóteses. A partir dessa leitura, passamos para a interpretação da mesma, à luz das hipóteses traçadas previamente – eis o derradeiro passo de Bardin. Mas o autor (1991, p. 133) alerta para um outro polo de atração da análise de conteúdo: além da mensagem e do seu suporte ou canal, também o emissor e o recetor merecem atenção. No nosso trabalho, podemos fazer corresponder ao emissor e ao recetor, respetivamente, a elite caldense e o Presidente da Câmara das Caldas entre 1952 e 1960, Fernando Pais de Almeida e Silva.

Sobre estes dois atores – elite e Presidente – recaem também algumas perguntas às quais se tentará dar resposta. Acerca da elite caldense, importa questionar: por que perdeu ela o controlo da Câmara Municipal? Tendo em conta a sua influência e o número de importantes personalidades que a compunham, não estamos em crer que a nomeação de um forasteiro se devesse à falta de poder da elite ou à escassez de candidatos locais para o cargo. Por outras palavras, adiantamos a hipótese de que se tratou de uma nomeação que veio dar resposta a algum problema ou que a oligarquia não conseguia resolver, ou que a própria originava. Para que se faça luz sobre estas questões, olharemos para a conjuntura socioeconómica concelhia, de modo a tentar identificar possíveis deficiências às quais os anteriores executivos não davam solução; mas também para o

---

<sup>1</sup> Convém acrescentar que, acerca da escolha da amostragem, Andrés Romero (1991, p. 198) aconselha que seja feita uma “redução do volume dos elementos a proporções mais fáceis de trabalhar”. Teremos isso em conta na análise das *Gazetas*: não analisaremos todas as suas edições uma a uma, mas tentaremos antes que a sua consulta seja mais criteriosa e menos dispersa. Como? Consultaremos o jornal ao ritmo do que vamos descobrindo na consulta de outras fontes. Por exemplo: se pela consulta das atas das reuniões da Câmara soubermos que em mês *x* do ano *y* se abordaram políticas relacionadas com o tema *z*, então estaremos mais atentos às ditas temáticas nos números da *Gazeta* compreendidos nesse período.

panorama político caldense, com o fim de descobrir se existia alguma tensão dentro da família política das Caldas da Rainha. Nesse sentido, será muito pertinente a consulta de monografias locais de meados do século XX, de relatórios de ministérios e outras entidades coevas, e de documentação relativa à União Nacional e às personalidades que constituíam a elite da cidade nos anos 50.

Lado a lado com a pergunta anterior, surge outra relativamente a Fernando Pais de Almeida e Silva: o que levou o governo central a nomeá-lo para a presidência das Caldas? Estamos em crer que a resposta à primeira questão também nos elucidará sobre a segunda. Mas, e porque iniciámos esta introdução dando conta da ausência do antigo Presidente na toponímia e na memória caldenses, interrogamo-nos em que consistiu, em concreto, o seu mandato. Conseguiu ele corresponder à missão que lhe havia sido entregue? A leitura das atas das reuniões da Câmara Municipal entre 1952 e 1960 é, para acharmos respostas, ponto obrigatória para a presente dissertação.

Para já, duas perguntas têm de ser prontamente discutidas: o que pode um caso tão particular, configurado num espaço geográfico e temporal tão limitado, ter de interesse num Mestrado de História Moderna e Contemporânea? E em que medida pode este tema contribuir para o combate pela “dignificação da História Local”, que, entre outros, João B. Serra (2003, p. 30) enunciava há quase 20 anos?

É-nos possível enquadrar os três atores fundamentais neste estudo (o Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha entre 1952 e 1960, Fernando Pais de Almeida e Silva; a elite local caldense, formalmente integrada no Conselho Municipal; e a *Gazeta das Caldas*) em três conceitos: o poder local, as elites locais e a imprensa local no período do Estado Novo. O estudo de caso muito ganha em inserir-se nestas temáticas gerais: os conceitos são definidos com maior clareza e a metodologia usada para a sua análise pode inspirar-se nas melhores práticas de estudos anteriores. O tema que escolhemos não pode, aliás, ser estudado sem atender ao complexo contexto que Portugal atravessava em meados do século XX. Foi, afinal de contas, um período de tempo marcante para o país e para o próprio regime, ou não tivesse sido a década de 1950 caracterizada pelo I Plano de Fomento (1953-1958) e pelos fundos do Plano Marshall (Oliveira, 1990a, p. 79); pelos consequentes processos de industrialização e estagnação do setor agrícola (Brito, 1990, p. 162) que contribuíram para a desruralização e terciarização da sociedade (Cruz, 1988, p. 43); e pelas clivagens internas do Estado Novo, particularmente visíveis em 1951, ano da revisão constitucional e do III Congresso da União Nacional (Cruz, 1988, pp. 149-150). Encontramo-nos, portanto, perante uma investigação que, apesar de se debruçar sobre um estudo de caso da História Local das Caldas da Rainha, terá de ter em conta as inúmeras movimentações sociopolíticas dos anos 50 a nível nacional (bem como de décadas anteriores que expliquem a conjuntura em meados

do século XX). Usufruindo das palavras de João B. Serra (2007, p. 15), a História Local da nossa dissertação é “uma história permanentemente aberta à intrusão de problemáticas globais”.

Em sentido contrário (mas de todo contraditório), acreditamos que o estudo de caso retribui ao Estado da Arte: trata-se de um acontecimento concreto que, devidamente examinado, pode incentivar futuras investigações. Perante um estudo de João B. Serra sobre o sistema financeiro municipal das Caldas no início do século XX, por exemplo, César Oliveira (1996b, p. 222) refere que “será interessante saber como é que concelhos com menor índice de urbanização do que o das Caldas terão enfrentado o problema [da crise e da pressão do Estado]”. Se o presente trabalho suscitar esta curiosidade e a ele se seguirem novos estudos de caso, cremos que concretizamos o apelo de Acácio Lopes de Sousa (2013, p. 19): que continue “a haver espaço para novas abordagens, sobretudo de incidência local, que permitam a perceção de realidades concretas do país para a elaboração de novas sínteses globais”.

No que à dignificação da História Local diz respeito, afirmamos que o processo de contextualização e de revisão de literatura confere, como não poderia deixar de ser, valor académico à dissertação. Desta forma, evitamos a “erudição infantil e o amadorismo acrítico” aos quais estavam relegados os estudos de história local nos anos 80 (Serra, 2003, p. 30). Analisar a oposição a Fernando Pais de Almeida e Silva nas páginas da *Gazeta das Caldas* não será um exercício vulgar, ancorado numa mera curiosidade pueril. Muito menos cairemos na tentação de exagerar a importância do tema – ou, pior ainda, de extrapolar os anos 50 da política caldense para o panorama autárquico do Estado Novo. A sobriedade e imparcialidade indispensáveis para dignificar a História Local advêm, ademais, do esforço em inserir humildemente o nosso objeto de estudo na rigorosa linha de investigação que se desenvolve nas Caldas da Rainha desde finais dos anos 80, altura em que a história da cidade começou a suscitar qualificadas intervenções historiográficas (Serra, Tavares, & Rodrigues, 1993, p. 11).

Em suma, pretende-se com esta dissertação retirar de um beco escuro o mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva, mapear as ruelas que a elite opositora percorreu na *Gazeta das Caldas* para lhe fazer frente, e enquadrar numa planta de maior escala os anos 50 da política local caldense.

## **2. Contextualização**

### 2.1. Portugal e o Estado Novo no dealbar dos anos 1950

Antes de aprofundarmos o trio de conceitos supracitado, percorramos brevemente a história do Estado Novo até à década de 1950, de modo a identificar algumas componentes do regime e da sociedade portuguesa com as quais nos possamos vir a cruzar no estudo dos anos 50 nas Caldas da Rainha. Naturalmente, esta revisão não será holística; concentrar-se-á, antes, em aspetos que consideramos mais próximos do nosso tema central (como a natureza da União Nacional ou as políticas de Obras Públicas, por exemplo), em detrimento de outros que, não obstante a sua importância, não cremos que sejam os mais pertinentes para a dissertação (nomeadamente o colonialismo ou o posicionamento de Portugal na II Guerra Mundial).

Podemos começar a dita revisão em meados de 1930. Por esta altura, já haviam sido criadas e desenvolvidas as bases políticas e institucionais do regime, como a União Nacional (fundada em 1930), a Constituição de 1933, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado e o Secretariado de Propaganda Nacional (ambos criados em 1933). Lançadas as bases da institucionalização do regime corporativo também em 1933 e realizadas as primeiras eleições para a Assembleia Nacional em 1934, o Estado Novo era um regime consolidado e era triunfante a “corrente pragmática ou salazarista” (Rodrigues, 1994, p. 32). Para trás ficavam os conturbados anos da I República e o não menos agitado período da Ditadura Militar. O Golpe de 28 de Maio de 1926 explicara-se, aliás, mais pelo cansaço e a hostilidade contra o sistema político inaugurado a 5 de Outubro de 1910 do que pela existência de uma ideia política concreta e alternativa à República (Oliveira, 1996d, p. 286). Foi a esta falta de uma linha de rumo definida e de um projeto político de contornos minimamente definidos que o Estado Novo veio dar resposta.

Dois documentos merecem também referência neste período. O Decreto-Lei n.º 24 802 de 21 de dezembro de 1934, que regulou “a execução dos Planos Gerais de Urbanização” (Tostões, 1996, p. 586); e a Lei de Reconstituição Económica (Lei n.º 1914 de 24 de maio de 1935), que traduziu “algumas preocupações que mais tarde viriam a ser incorporadas e desenvolvidas nos Planos de Fomento” (Rodrigues, 1996, p. 740). O reequilíbrio das contas do Estado possibilitou uma campanha de obras infraestruturais, urbanísticas e de construção de equipamentos, inscrita numa estratégia “de resposta aos traços conjunturais (Crise de 1929 e Grande Depressão) e estruturais (transformação dos modos de regulação socioeconómicas e crescimento da intervenção estatal na economia) da época” (Brites, 2017, p. 101). A chamada ‘Década de Ouro das Obras Públicas’, que se desenrolou na década de 30, foi efetivamente um período de afirmação do regime e do novo poder, cujas bases foram uma política de fomento económico e combate ao desemprego (Tostões, 1996, p. 585). Neste período, que culminou em 1940, contabilizaram-se 3 mil quilómetros de novas estradas e 10 mil quilómetros de reconstrução de estradas deterioradas; e

registrou-se “a recuperação e alargamento de parte da rede ferroviária, a construção de novos edifícios públicos, a recuperação e o reapetrechamento dos principais portos nacionais, a modernização e ampliação das comunicações postais, telefônicas e telegráficas” (Brito, 1990, pp. 138-139)

A década de 1940 abalou as economias europeias, no contexto da devastadora II Guerra Mundial. Portugal, que se mantivera à margem do conflito e o aproveitara para exportar volfrâmio e outros produtos estratégicos, foi uma das poucas exceções, saindo dos anos da guerra em condições financeiras muito favoráveis (Oliveira, 1990a, p. 78). É certo que a II Guerra impôs uma paragem no ritmo de obras iniciado na década anterior, mas essa pausa serviu, em todo o caso, para a constituição de reservas materiais que permitiram arrancar com um já amadurecido processo de industrialização (Brito, 1990, p. 161). Para este amadurecimento, há que destacar algumas iniciativas imediatamente anteriores ao fim da guerra<sup>2</sup>, como as Leis de Eletrificação Nacional (Lei n.º 2002 de 26 de dezembro de 1944) e de Fomento e Reorganização Industrial (Lei n.º 2005 de 14 de março de 1945) ou a instalação de novas empresas em território nacional (Cruz, 1988, p. 43; Oliveira, 1990b, p. 171).

O pós-guerra marcou uma tímida aproximação do regime à nova ordem mundial ocidental saída do conflito mundial<sup>3</sup>, e o corporativismo conservador começou a combinar-se “com perspectivas de desenvolvimento industrial e de planificação orientadora” (Cruz, 1988, p. 43). Tratava-se da vitória das teses industrialistas de José Ferreira Dias (em 1945, Presidente do Conselho Diretivo da Ordem dos Engenheiros e Subsecretário de Estado da Indústria), que se vinha batendo contra os ruralistas sobre o rumo do país: na sua perspectiva, havia que desenvolver as estruturas de base e o desenvolvimento industrial (Oliveira, 1990a, p. 79). Com efeito, sucederam-se inúmeros planos de referência da política económica estado-novista na segunda metade da década de 1940: em 1945, publicaram-se os Planos Rodoviário e de Renovação da Marinha Mercante; em 1947, foram criados dois fundos de apoio às atividades económicas (de Fomento Industrial e de Abastecimento), aos quais se acresceriam mais dois em 1949 (de Fomento Nacional e de Fomento da Exportação). Esta linha continuaria pela década de 1950 adentro e, a 29 de dezembro de 1952, com a publicação da Lei n.º 2058, foram promulgadas as bases do I Plano de Fomento (Brito, 1990, pp. 151-152). De referir que, ao longo deste processo de industrialização e desenvolvimento, ficou para trás o setor agrícola, estagnado e sem linha de rumo ou fio condutor. O ritmo

---

<sup>2</sup> Havia sido a carência de bens normalmente importados que conduzira os industrialistas ao poder, devido à necessidade (e não tanto a uma opção industrialista de Salazar) de fomentar a produção nacional (Rosas, 1994, p. 872).

<sup>3</sup> A aproximação traduziu-se, só na década de 1940, no primeiro pedido de entrada na ONU em 1946; na adesão inicial à OEEC e à União Europeia de Pagamentos, em 1948; e na assinatura do Tratado do Atlântico Norte, em 1949 (Cruz, 1988, p. 42); já para não falar nos fundos do Plano Marshall, que as autoridades portuguesas solicitaram em setembro de 1948 e que viriam a totalizar, só em auxílios diretos, um montante superior a 54 milhões de dólares (Rollo, 1994, p. 841&868).

de crescimento do país passava a ser ditado pela indústria transformadora, juntamente com a produção de eletricidade e a construção civil (Brito, 1990, p. 162).

Não se pense, contudo, que a este novo ritmo económico do Estado Novo correspondia a harmonização interna do regime. O III Congresso da União Nacional, que começou em Coimbra a 22 de novembro de 1951, espelhou bem as clivagens que se acentuavam. Os anteriores eventos da UN já haviam sido prolíficos em discussões e debates, concretamente sobre o papel da organização dentro do Estado Novo. Desde meados de 1930 que a UN se via postergada e secundarizada, sobretudo depois da criação da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa (ambas em 1936), pelo que no seu II Congresso (realizado em Lisboa entre os dias 25 e 28 de maio de 1944) algumas sugestões sobre a autonomização e valorização do partido se fizeram ouvir (Cruz, 1988, 127&143). Contudo, tais sugestões não tiveram eco nem efeito (mantendo a UN inerte e sublimada ao governo), pelo que Salazar convocou a I Conferência da União Nacional entre 9 e 11 de novembro de 1946, com o objetivo de reativá-la politicamente e estimular-lhe uma função crítica em relação à administração. No ano seguinte, a 4 de março, o já prestigiado Marcello Caetano foi nomeado Presidente da Comissão Executiva do partido – mais uma jogada de Salazar para valorizar a organização (Cruz, 1988, p. 144). A passagem de Caetano pelas lides da UN, contudo, não se revelou fácil: constatou que se tratava de um cargo “atreito à estreita e medíocre gestão corrente de cunhas e promoções” e a sua iniciativa de reorganização da estrutura do partido (que considerava politicamente negligenciado e imaturo) não encontrou apoio do governo, que orientava a política interna sozinho, “de costas voltadas para a União Nacional”<sup>4</sup> (Cabrera, 2006, p. 43-44). Ademais, Caetano deparou-se com resistências internas à valorização da UN, provenientes da ala liderada por Fernando dos Santos Costa, então Ministro da Guerra (Cruz, 1988, p. 145). A 31 de março de 1949, apresentou a sua demissão do cargo (Cabrera, 2006, p. 44). O III Congresso da UN realizar-se-ia, portanto, com a persistente necessidade de reanimação da organização e com os partidários divididos entre uma ala militar (Santos Costa) e uma ala civilista (Caetano), às quais se juntavam divisões entre monárquicos e republicanos e ainda entre laicos e confessionalistas (Cruz, 1988, pp. 149-150).

As divisões que se iriam confrontar no III Congresso da UN eram reflexo das divisões do regime. De facto, 1951 foi palco de acesas discussões sobre o rumo do Estado Novo: foi ano de revisão constitucional e da morte do Presidente Óscar Carmona, a 18 de abril. Mário Figueiredo, conselheiro de Salazar e membro da Comissão Central da União Nacional, defendia que a revisão da Constituição fosse em direção à restauração da monarquia, prevendo uma solução transitória que consistisse na fusão das funções de Presidente da República e de Chefe do Governo (Cabrera,

---

<sup>4</sup> Efetivamente, a contradição de Salazar em convidar a UN “a fazer política sem ser chamada a governar” foi um dos principais entraves à sua dinamização. Por um lado, “não se podia mobilizar politicamente [a UN] para apenas colaborar civicamente. Por outro lado, não se podia pedir da UN maior intervenção política sem lhe dar maior autonomia e dinamismo internos, e maior audiência nas instâncias do Poder”. (Cruz, 1988, pp. 186-188).

2006, p. 45; Antunes, 1993, pp. 60-63). No centro da revisão constitucional, estavam também a questão colonial e a questão confessional (Cruz, 1988, p. 146), mas foi sobre o ‘partido monárquico’ que recaiu a atenção de Salazar, Caetano e Albino dos Reis (Presidente da Assembleia Nacional) no III Congresso da UN. Foi este trio que preparou, em conjunto, uma resposta a Mário Figueiredo, de modo a desautorizar e descredibilizar as aspirações monárquicas (Cabrera, 2006, p. 45). Os resultados dessa descredibilização ficaram claros no Congresso seguinte, a 30 de maio de 1956, que não contou com a presença dos monárquicos, proibidos de reabrir a questão do regime (Cruz, 1988, p. 151).

Apesar de o III Congresso ter representado um instrumento muito útil para a liderança de Salazar (a revisão de estatutos da UN, que conferiu ao partido uma ação coordenadora de manifestações do pensamento nacionalista, ia ao encontro da pretensão de consagrar um pluralismo de correntes e uma unidade no essencial – pretensão essa também patente na revisão constitucional [Cruz, 1988, p. 149]) e ter ainda redefinido o papel de Marcello Caetano no seio do regime (visto, desde 1946, como líder da corrente crítica e reformista do regime, saiu do Congresso mais próximo de Salazar [Cabrera, 2006, pp. 42&45]), a União Nacional propriamente dita mantinha-se debilitada. Algumas reorientações – como a preocupação para a formação política da juventude e a maior atenção dada ao Ultramar (também em consonância com a revisão constitucional) – e a introdução parcelar de mecanismos eleitorais na designação de dirigentes (até aí, os cargos mais altos na hierarquia eram diretamente nomeados pelo Presidente do Conselho) respondiam, de facto, às críticas relativas à inoperância e quase inutilidade do partido (Cruz, 1988, pp. 149-150). Algumas destas críticas incidiam, aliás, sobre questões de poder local, como foi o caso da intervenção de José Maria Gaspar, Presidente da Comissão Concelhia de Proença-a-Nova da União Nacional, no III Congresso, na qual defendeu que fossem as comissões concelhias a orientar “autonomamente a política concelhia (...) e a colaborar até na vida administrativa municipal” (Gaspar, 1951, p. 13). Mas, como já havia acontecido com as anteriores tentativas de dinamização, o Governo e a Administração continuaram a recorrer à UN apenas nos períodos eleitorais. Durante o resto da década de 1950 – e, em bom rigor, até ao 25 de Abril de 1974 – o partido iria perder progressivamente a sua capacidade de mobilização, fenómeno evidente nas eleições presidenciais de 1958 (Cruz, 1988, pp. 127-128; Cruz, 1996, p. 991).

A década de 1950 prosseguiu, deste modo, com a linha salazarista consolidada e a aceitação de um tímido pluralismo interno; com uma revisão constitucional que ficava aquém das alas mais conservadoras do regime, mas que reorientou as atenções para a cada vez mais pertinente questão colonial; e com uma União Nacional que, não obstante o inconformismo e desilusão de alguns dirigentes partidários, iria manter-se débil e politicamente supérflua. No plano económico, a década foi marcada pelo I Plano de Fomento. Lançado em 1953, com vigência até 1958, foi supervisionado pelo Ministro das Obras Públicas, Eduardo Abrantes de Oliveira, que conferiu

34,6% do seu orçamento para obras e infraestruturas e 32,1% para transportes e comunicações (Tostões, 1996, p. 587). No total, seriam previstos cerca de 13,5 milhões de contos em investimentos no I Plano de Fomento, dirigidos “à valorização do solo e subsolo, à produção de energia elétrica e a infraestruturas de comunicações, afinal as condições básicas para o desenvolvimento” (Oliveira, 1990a, p. 78). Os efeitos deste I Plano, juntamente com as obras realizadas a partir do Plano Marshall, começaram a fazer-se sentir em 1955, quer a nível demográfico (as migrações internas para as cidades fariam crescer as novas classes médias urbanas e contribuiriam para o despovoamento massivo das zonas rurais [Cruz, 1988, p. 43]), quer a nível produtivo – não só no continuado declínio da agricultura, mas também pelo surto de desenvolvimento da construção civil para o turismo, mais evidente na transição para a década de 1960 (Oliveira, 1990a, p. 79). Aquela que foi porventura uma das mais claras distinções do modelo económico do Estado Novo relativamente à fase do pré-guerra é a de que este “deixa de se legitimar tanto pelo desejo de pôr ordem”, mas antes “pelo desejo de criar maior bem-estar” (Cruz, 1988, p. 43).

Naturalmente, o Estado Novo, desde a sua institucionalização em 1933 até à década de 1950, período do nosso caso de estudo, introduziu outras mudanças profundas na sociedade portuguesa que ainda não foram aqui mencionadas, desde o novo Código Administrativo às restritivas Leis da Imprensa – dois elementos legislativos e jurídicos que, como em muitas outras áreas, vieram impor alguma ordem a análogas iniciativas republicanas. Por regularem e se enquadrarem nos conceitos que iremos de seguida aprofundar – Poder Local, Elites Locais e Imprensa Local no período do Estado Novo –, faremos a elas referência no decorrer dos subcapítulos mais indicados.

### 2.1.1. Poder local no Estado Novo

Como vimos anteriormente, os anos 50 em Portugal iniciaram-se sob o signo das reformas, das reorientações da posição de Portugal na ordem mundial saída da II Guerra, da continuação das grandes obras e do processo de industrialização. Os debates sobre o futuro do regime tiveram como interveniente Marcello Caetano, cujo prestígio se vinha cimentando desde o início do Estado Novo. Enquanto membro da Câmara Corporativa e enquanto professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito de Lisboa, uma das suas primeiras grandes intervenções nos anos iniciais do regime tinha sido a elaboração do novo Código Administrativo, cujas bases foram promulgadas a 3 de abril de 1936 (Lei n.º 1940), sendo a aprovação do Código propriamente dito datada de 31 de dezembro do mesmo ano, através do Decreto-Lei n.º 27 424. A versão definitiva do Código Administrativo foi aprovada no último dia de 1940, com o Decreto-Lei n.º 31 095, que complementou o texto com o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes (Braga, 1997, p. 134).

Iremos, sem demoras, atentar sobre o conteúdo e a natureza do novo Código Administrativo. Mas, para já, debruçemo-nos rapidamente sobre os seus precedentes, pois estes ajudam a entender não só ao que Caetano veio dar resposta, mas também a evolução do poder local por eles tutelados. Efetivamente, o Código Administrativo de 1940 foi elaborado sob a matriz da reforma de Mouzinho da Silveira introduzida a 16 de maio de 1832 (pelo Decreto n.º 23), e que foi de facto a matriz predominante nas sucessivas reformas administrativas até ao 25 de Abril de 1974 (Oliveira, 1996b, pp. 195-196). O próprio Marcello Caetano (1994, p. 379), na sua revisão da codificação administrativa portuguesa, declarou que “sem se conhecer o Decreto n.º 23 e a sua história, mal se poderá compreender o que se passou, no domínio da administração local, durante os cem anos decorridos depois”.

Em que consistia o Decreto n.º 23? Ou, perguntando de forma mais abrangente, quais as características da administração pública e local do liberalismo por ele introduzidas? César Oliveira (1996b, pp. 195-196) considera que o liberalismo foi inovador nesta matéria, instaurando uma “administração local centralista e hierarquizada” com o fim de substituir “o caos e a dispersão administrativa do Antigo Regime”. Foi também com o liberalismo que se criaram os distritos, uma nova unidade autárquica “sem qualquer enraizamento e tradição e que serviu apenas para reforçar a hierarquia”. Sobre a criação dos distritos, João B. Serra (1997, p. 110) afirma que foram um eficaz mecanismo de distanciamento do Estado Liberal face às clientelas e grupos de pressão locais, sem perder a numerosa malha municipal. Esta dissonância entre os novos elementos introduzidos pelo Código Administrativo liberal e a realidade e sensibilidades portuguesas foram também alvo de apontamento de Marcello Caetano (1994, pp. 369&379), que criticou Mouzinho por ter transposto preceitos e conceitos “bebidos em França durante a emigração” sem que os adaptasse ao contexto nacional<sup>5</sup>. Faltou, segundo o autor, “acatar a tradição” e “acolher a herança dos tempos”, uma posição conservadora que o próprio não iria esquecer quando, em 1936/1940, estabeleceu um Código Administrativo que não quebrava, como adiante veremos, com o teor centralizador das reformas de Mouzinho.

Contudo, as reformas administrativas não penetraram na sociedade com a facilidade que os seus autores pretendiam (Oliveira, 1996b, p. 196). Paulo Silveira Sousa (1996a, p. 241), reconhecendo que o século XIX foi um período de “grande penetração do Estado junto das comunidades locais”, não deixa de assinalar que os espaços locais mantinham boa parte da sua autonomia, devido às fracas vias de comunicação, ao mercado incompletamente integrado e ao papel do Estado que, “embora centralista, permanecia ineficiente, apoiando-se na intermediação dos caciques e influentes”. Sobre estes intervenientes, iremos debruçar-nos no capítulo das elites locais.

---

<sup>5</sup> Apesar da crítica, Marcello Caetano acrescenta que Mouzinho da Silveira “limitou-se a concretizar ideias que andavam no ar respirado pelos liberais do seu tempo” e que as suas reformas “estavam no seu programa desde 1822” (1994, p. 369). E refira-se ainda que, de entre as ‘importações’ da Revolução Francesa, estava precisamente a criação dos distritos segundo critérios arbitrários, decididos na capital (Marques, 1995, p. 50).

Apesar de marcar os 100 anos seguintes, o Decreto n.º 23 e as ideias que continha não foram uma constante até ao final da Monarquia. Como se constata na cronologia da legislação administrativa de Amílcar Braga (1997, pp. 125-142), avanços e recuos tomaram lugar na codificação administrativa, alguns mais centralizadores (como o Código Administrativo de João Franco, aprovado a 4 de maio de 1896, que, entre outras inovações, suprimiu os concelhos de terceira ordem e aboliu a hierarquia de competências das Câmaras Municipais), outros mais descentralizadores (nomeadamente o Código Administrativo de Rodrigues Sampaio, de 6 de maio de 1878, que criou as Juntas de Freguesia, as Câmaras Municipais e as Juntas Gerais de Distrito como corpos administrativos e concedeu às Câmaras mais poderes a nível fiscal e de execução). Os republicanos inspirar-se-iam precisamente no Código de 1878 para elaborar, pela mão de José Jacinto Nunes em 1891 (mas publicado apenas em 1894), o seu projeto de código administrativo, que “consistia numa doutrina sobre o poder local devidamente ponderada sobre a crítica aos erros das experiências liberais neste domínio” (Alves, 2010, pp. 35-37). O projeto perspetivava, de facto, um poder legislativo de base regional, que fazia da província e do município as bases da organização do poder político (Serra, 1996, p. 269). As propostas do princípio de não ingerência do poder executivo central e da extinção de governadores civis, administradores do concelho e regedores (na prática, os representantes do controlo do poder central) geraram grandes expectativas no seio do Partido Republicano.

Foi por isso que se instalou a desilusão quando o Decreto de 13 de outubro de 1910, uma semana depois da implantação da República, se limitou a recolocar em vigor o Código Administrativo de 1878. A Câmara de Deputados e o Senado republicanos frustraram as expectativas descentralizadoras, “em nome da unidade nacional, da imaturidade do povo, da necessidade de defesa perante a ameaça monárquica, do eventual aumento de despesas públicas e do omnipresente jogo de controlo partidário” (Alves, 2010, p. 60). Ademais, a simples reposição do Código Administrativo de 1878 não era viável, pelo que se admitiu, na jurisprudência ministerial e dos tribunais, a vigência do Código de 1896 em algumas matérias (Caetano, 1994, p. 429). O amadorismo dos legisladores republicanos continuou patente na Lei n.º 88 de 7 de agosto de 1913 e na Lei n.º 621 de 23 de junho de 1916. Como descreve César Oliveira (1996c, pp. 261-262), a primeira promulgou um Código Administrativo que, na prática, era uma mera tentativa de adaptar parte do edifício legislativo da administração local à mudança de regime; já a segunda alterava algumas disposições do Código, mas não fazia qualquer menção ao corpo de normativos que eram alvo de alteração.

No que ao poder local diz respeito, a estrutura municipal passou, com o regime republicano, a ser composta por dois órgãos: o Senado e Comissão Executiva. O primeiro era formado por sufrágio direto e, na sua primeira reunião, elegia o seu Presidente, Vice-Presidente, demais cargos funcionais e a Comissão Executiva (Serra, 2007, pp. 127-128). No entanto, na relação

entre o centro e as periferias durante a I República persistiram alguns dos males contra os quais se haviam insurgido os republicanos. O “exorcismo anticacique”, por exemplo, não teve forma de ser levado à prática pelas limitações das reformas administrativas que abordámos no parágrafo anterior. Ainda que sob novas formas e com novos protagonistas, o contratualismo e o compromisso entre o Estado central e os notáveis locais manteve-se depois de 1910 (Ruivo, 2000, pp. 71-72).

Muitas foram as tentativas de elaborar um Código Administrativo coerente e sistematizado ao longo da I República. Os anos de 1918, 1919, 1922 e 1924 foram disso exemplo, mas em momento algum se alterou a situação criada pela “ambiguidade descentralizadora de natureza vaga e, em muitos aspetos, confusa” que a Lei n.º 88 havia introduzido (Oliveira, 1996c, p. 263). A confusão administrativa era apenas uma das muitas faces da situação caótica a que chegava a República no pós-I Guerra Mundial. De entre os muitos meios de contestação do regime, destacavam-se, a nível local, as manifestações de regionalismo – uma das “fórmulas do inconformismo da periferia para com a desordem, a ausência de instrumentos de proteção dispensados pelo centro face à crise económica e à agitação social” (Serra, 1996, p. 278). O regionalismo do início da década de 1920 era marcado também por um carácter suprapartidário<sup>6</sup> (o que traduzia, aliás, a contestação ao domínio dos principais partidos republicanos) e pela realização de congressos regionais, alguns com forte teor político (Amaro, 2006, pp. 400-401). Não seriam raras as listas de independentes de elites locais e regionais que, concorrendo contra listas dos partidos republicanos, se afiguraram como oponentes ao sistema, procurando, com estas candidaturas, garantir legitimidade política (Serra, 1996, p. 280) – assim aconteceu precisamente nas Caldas da Rainha, como adiante veremos.

Após o Golpe de Estado a 28 de Maio de 1926, foram de imediato publicados nesse ano dois decretos (Decreto-Lei n.º 11 875, de 13 de julho; e Decreto-Lei n.º 11 904, de 19 de julho) que dissolveram todos os corpos administrativos e os substituíram por novas comissões administrativas nomeadas, das quais podiam fazer parte os cidadãos das gerências dissolvidas (Almeida, 2003, pp. 14-15). No mês seguinte, a 9 de agosto, o Decreto-Lei n.º 12 073 veio estabelecer quais as matérias em que se aplicava o Código de 1878 e quais eram reguladas pelo Código de 1896 (Braga, 1997, p. 129). Não obstante o debate em torno de um novo Código Administrativo em 1930 e 1931 e o título VI da Parte II (que tratava das circunscrições políticas e administrativas das autarquias locais) da Constituição aprovada em 1933, o Estado Novo carecia ainda de um texto que codificasse a administração pública (Caetano, 1994, pp. 440-441). É nesse sentido que, em 1934, Salazar formou um grupo de trabalho (no qual se inseria Marcello Caetano) para

---

<sup>6</sup> Tal como o Golpe de 1926 não havia constituído uma linha política concreta alternativa à República, também o movimento regionalista representou uma amálgama de várias correntes: os partidários da descentralização administrativa; os defensores da autonomia administrativa dentro de um Estado unitário; e os que tinham somente motivações eruditas e sentimentais, centradas no amor à sua região natal (Amaro, 2006, p. 410).

delinear o novo Código Administrativo do recém-criado regime. Como já vimos, este veio a ser aprovado definitivamente em 1940, e manter-se-ia praticamente inalterado até 1974<sup>7</sup>.

O novo Código Administrativo de 1940 institucionalizou onze províncias, uma nova unidade administrativa que A. H. Marques (1995, pp. 50-51) apelida de “outra arbitrariedade do poder central”, desprovida de atenção à história e coexistência com os distritos. Já os municípios passaram a ser catalogados de acordo com duas classes (rurais e urbanos) e, dentro de cada classe, de acordo com três ordens, “cuja definição decorria da combinação de fatores de natureza territorial, demográfica e fiscal” (Oliveira, 1996e, p. 307). Segundo os critérios definidos nos artigos 2.º e 3.º do Código, o concelho das Caldas da Rainha, inserido na província da Estremadura, era urbano de 2.ª ordem.

A palavra de ordem deste Código Administrativo? Centralização. João Bilhim (2004, p. 10) comenta que, até ao 25 de Abril, “o município era uma instituição administrativa e politicamente diminuída e desacreditada, resultado do modelo centralizador que presidiu à organização administrativa do Estado Novo”. Segundo César Oliveira (1996a), cada parcela de uma freguesia, de um concelho ou de uma província passava a estar regulada pelas leis gerais do Estado. No final de contas, a unidade da Nação visionada pelo Estado Novo entrava necessariamente em conflito com o regionalismo<sup>8</sup> e o municipalismo: “só o Estado corporativo poderia superar o dualismo liberal [entre município e Estado], porque a função de representação dos munícipes e de representação do todo nacional são duas formas complementares do mesmo interesse geral” (Saraiva, cit.in Oliveira, 1996e, p. 305). E é nesse preciso sentido que, de acordo com Acácio Sousa (2013, p. 197), o corporativismo se fazia sentir muito mais a nível municipal.

A centralização imposta pelo Código Administrativo de 1940 teve como consequência o esvaziamento de poder das estruturas municipais (Bilhim, 2004, p. 9). Com a sua entrada em vigor, a administração dos concelhos passou a ser composta por três órgãos: o Presidente da Câmara Municipal, o Conselho Municipal e a Câmara Municipal (Sá Fernandes, 2012). César Oliveira (1996e, p. 307) resume bem o carácter centralizador e elitista dos órgãos. O Presidente da Câmara, nomeado pelo poder central, era o representante do município e do governo, e toda a estrutura administrativa municipal estava em si concentrada. O Conselho Municipal juntava os

---

<sup>7</sup> Recorrendo novamente à cronologia de Amílcar Braga (1997, 125-142), contamos três alterações ao Código Administrativo de 1940 até ao final do Estado Novo. A primeira é logo em 1941 (Decreto-Lei n.º 31 386, de 14 de julho) e introduziu pequenos retórcos e algumas retificações no texto, sem que o conteúdo se alterasse. Em 1946 (Decreto-Lei n.º 35 927, de 1 de novembro), houve uma nova redação do artigo 74.º – os Presidentes de Câmara dos concelhos urbanos de 2.ª ordem passavam a auferir de remuneração. Por fim, em 1959 (Decreto-Lei n.º 42 536, de 28 de setembro) e em virtude da revisão constitucional desse ano, o Código Administrativo sofreu as suas últimas modificações, de entre as quais se destacavam a supressão da província e o restabelecimento do carácter autárquico do distrito. Esta última alteração veio reforçar o papel dos governadores civis até ao fim do regime (Oliveira, 1996e, p. 318).

<sup>8</sup> O movimento regionalista do final da I República dissipou-se, contudo, por aglutinação ao regime e não tanto por perder contra ele uma batalha. A matriz rural, conservadora e autoritária do Estado Novo veio ao encontro do discurso que mais mobilizava a maioria das elites regionalistas, que Salazar consegue sossegar e integrar no seu regime (Amaro, 2006, p. 415).

Presidentes das Juntas de Freguesia (ainda eleitas por colégio eleitoral, restringido aos chefes de família), das misericórdias e dos organismos corporativos, cabendo-lhe fiscalizar a atuação do Presidente da Câmara. O Conselho Municipal nomeava também os vereadores da Câmara Municipal, o órgão onde se cruzavam, portanto, o Presidente nomeado pelo poder central e os vereadores indicados pelos ilustres locais.

Não pode ficar de fora a referência à figura do Governador Civil, um por cada distrito, que “não é mais que o delegado do Governo central e o distrito a circunscrição administrativa que ele tem como quadro de intervenção” (Ramos, 1986, p. 117). Justino Magalhães (2013) enquadra os fatores e os órgãos que temos vindo a descrever no contexto corporativista do Estado Novo: a função complementar a que os corpos administrativos locais se circunscreviam era tão só fruto de serem integrados na organização do território como células estruturantes da nação. Ademais, a articulação das organizações locais e regionais com outros órgãos corporativos permitiam, no entender de Freire & Ferreira (2019), articular formal e informalmente as redes organizativas que garantiam a ação efetiva da ditadura no território. Esta instrumentalização do poder local para a operacionalização do regime precedia, assinala-se, o próprio Código Administrativo de 1940, já que as comissões administrativas das Câmaras e das Juntas serviram, desde o início da década de 30, de campo de recrutamento e implantação da União Nacional (Oliveira, 1996e, pp. 304-305).

Maria Antónia Pires de Almeida (2013b) expõe algumas das condicionantes que se afiguravam a quem pretendesse ser Presidente da Câmara durante o Estado Novo. Num dos artigos do Código Administrativo, estabelece-se que o cargo era incompatível com outras funções públicas remuneradas pelo Estado, “o que implicava que os presidentes de câmara tinham mesmo de ter os seus próprios meios de subsistência” (p. 27). Tal condicionalismo não era um acaso, mas sim um “elemento restritivo no acesso à política local”, como nos explica António de Araújo (2003). A gestão autárquica era, no Estado Novo, um autêntico hobby apenas ao alcance de “latifundiários ociosos”, pelo que só os cidadãos mais abastados poderiam dirigir uma autarquia (pp. 137-138). Em suma, o poder autárquico neste período era o reflexo do poderoso governo central do Estado Novo e da fraca sociedade civil que existia em Portugal (Almeida, 2017, p. 260). O sistema político-administrativo do regime refletia ainda outras características da cultura política portuguesa dominante, como é caso do personalismo. Este fenómeno tinha como efeito uma política dirigida mais a pessoas do que a instituições ou ideias políticas; a conformação de uma postura política situacionista; e um elevado grau de apadrinhamentos e cunhas no centro do sistema (Ruivo, 2000, p. 181).

Não é, portanto, de estranhar que Almeida (2013b, p. 26) comente que os Presidentes da Câmara eram quase sempre escolhidos entre os notáveis locais<sup>9</sup>. O que é de admirar é que, neste contexto, tenha chegado à presidência da Câmara das Caldas da Rainha em 1952 uma figura certamente notável, mas longe de ser local. E se é verdade que as autarquias estavam sujeitas a uma grande tutoria financeira e administrativa do Governo, não poderemos acompanhar totalmente a ideia, constatada, entre outros, por Leirinha (2015, p. 24), de que “a realidade autárquica paralisou” desde 1940. A não ser que levemos a metáfora à letra: até um corpo paralisado não está privado de ocasionais espasmos ou reflexos. O mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva representou, neste cenário entorpecido, um relevante arroubo.

### 2.1.2. Elites locais no Estado Novo

Uma conclusão que podemos retirar desta incursão pela literatura referente ao poder local é a de que o estudo das elites locais se faz tangente a esta matéria. Não tem sido, aliás, raro encontrar em algumas obras sobre o tema o uso alternado do termo ‘elite local’ e ‘elite política local’. Tal não se trata de um erro ou de uma confusão. Em bom rigor, e fruto dos constrangimentos que acima mencionámos, para se ascender à elite política local era quase obrigatório já pertencer de antemão à elite local.

A ligação entre a política e as oligarquias é aliás um elo fundamental para estudar as segundas. José Amado Mendes (1992, pp. 365&361) refere que estudar elites que nunca se elevaram às altas esferas políticas é um exercício que traz mais interrogações do que certezas. Importa ainda ressaltar que Mendes emprega o termo “elite” como alternativa aos termos ‘burguesia’, ‘classe dominante’ e ‘classe dirigente’, por considerar que o primeiro é mais adequado à realidade local, “multifacetada por natureza”.

Os membros das elites locais eram responsáveis por uma parte significativa do emprego e dos serviços das suas respetivas regiões. Quando o Governador Civil nomeava, de entre estes ilustres, um Presidente de Câmara, tal tratava-se de, na prática, assimilar as elites, e as populações que governavam, no Estado Novo. Esta assimilação era particularmente importante pois as novas instituições corporativas eram, inevitavelmente, controladas por estas elites, as únicas com meios e aptidões para as administrar (Almeida, 2017, pp. 260-261). Aliás, como nos explica Fernando Ruivo (2000, p. 77), “o facto de o novo modelo de notável se encontrar institucionalizado no seio

---

<sup>9</sup> O Artigo 71.º do Código Administrativo de 1940 explicitava, aliás, que “O presidente da câmara e o vice-presidente serão nomeados de entre os respetivos munícipes, de preferência vogais do conselho municipal, antigos vereadores ou membros das comissões administrativas municipais ou diplomados com um curso superior”. O § 2.º do mesmo artigo, todavia, ressaltava que “Quando circunstâncias excepcionais o justificarem poderá o Governo nomear o presidente e o vice-presidente da câmara sem sujeição a qualquer das restrições indicadas no corpo deste artigo”

de uma administração (...) poderá ter conduzido a uma valorização do administrativo enquanto mecanismo por excelência da influência, em detrimento do [inexistente] político”.

Também do ponto de vista da legitimação do regime era útil diluir a elite local na elite política. Rui Ramos (1986, p. 125) explica que, nos primeiros anos do Estado Novo, “as autoridades administrativas deixaram de poder invocar para a sua ação junto das comunidades a legitimidade que o sistema representativo lhes assegurava”. Resultado? Os ‘influentes’ tornaram-se indispensáveis ao Estado, pois quem os controlasse controlaria, conseqüentemente, a população (Ramos, 1986, p. 133). O que permitiu às elites continuarem a exercer a sua influência foi a sua relação privilegiada com o governo central ou a sua posição na organização estatal. Com efeito, a longevidade do regime inaugurado em 1933 muito deveu aos mecanismos personalizados do estado administrativo português, sobretudo os que se relacionavam com estas alianças e ligações entre centro e periferia (Ruivo, 2000, p. 75). Com o início do Estado Novo, o que mudava nas elites locais não era necessariamente a sua origem: os ilustres locais estado-novistas eram, regra geral, os mesmos ilustres da I República, não obstante processos de assimilação mais ou menos agitados em determinadas localidades. O que mudava, isso sim, eram as formas do seu poder (Ramos, 1986, p. 125).

Mas que formas de poder eram, historicamente, estas? Já aludimos acima, quando falámos da penetração do Estado na realidade local durante o século XIX, aos caciques – palavra importada de Espanha, que se traduz livremente para “influyente”, sem a original conotação pejorativa do castelhano (Martins, cit.in Vidigal, 1988, p. 21). Foi precisamente no cenário eleitoral oitocentista que surgiu esta figura, enquanto “mais vivaz protagonista do enredo eleitoral” do local onde se inseria (Almeida, 1987, pp. 109-110). A literatura sobre o caciquismo é rica, e as várias definições do termo, apesar de concordantes, evidenciam a sua natureza polivalente. Fernando Ruivo (2000, p. 68), por exemplo, define-o como “a operacionalização do sistema [socio-político] através de elementos dotados de um determinado posicionamento (...) económico, político ou derivado de outro tipo de poder institucional, que possibilite uma mediação entre (...) locais e o Estado”. Luís Vidigal (1988, p. 25), por seu lado, e reconhecendo a sua essência anti-democrática, enquadra o caciquismo como um sistema muito particular de representação indireta. Já António Tavares de Almeida (1987, p. 110) refere que o poder político dos caciques era “sobretudo uma emanção ou prolongamento natural do seu poder social, alicerçado na propriedade, em tradições familiares<sup>10</sup> ou no prestígio profissional e cultural”.

---

<sup>10</sup> O mesmo Tavares de Almeida, em artigo assinado juntamente com José Manuel Sobral, acrescenta, no entanto, que a ascendência senhorial dos caciques não implica necessariamente uma “transmissão linear de hierarquias anteriores ao liberalismo”. Pelo contrário, o estudo dos autores sobre o percurso pessoal dos caciques no início do século XX permitiu-lhes identificar um caráter moderno das elites, “produto das mutações sociais, económicas e políticas que em Oitocentos tiveram lugar” (Sobral & Almeida, 1982, p. 668).

Ilustres locais sobre os quais assentou a intermediação entre o poder central e a periferia – eis os caciques e o caciquismo que brotaram no século XIX em Portugal. Um verdadeiro sistema de troca, no qual “o cacique (...) compra o voto, ou impõe o voto, (...) [e dá] ao governo a sua amizade. O governo, em troca, dá-lhes cadeiras de senadores, ou deputados, (...) e beneficia-lhes as propriedades” (Chagas, cit.in Vidigal, 1988, p. 22). O mesmo João Chagas, novamente citado por Luís Vidigal (1988, p. 22), também descreveu criticamente o sucesso do caciquismo no período oitocentista: o regime não tivera dificuldades em operacionalizar os seus agentes eleitorais, que tinham diante de si uma população portuguesa maioritariamente agrícola<sup>11</sup>, analfabeta e sem compreensão dos seus direitos e deveres cívicos. “Pobres classes” que, assim, foram elegendo “parlamentos passivos” e “maiorias servis”. Mas a difusão do caciquismo foi favorecida também por fatores culturais (a disponibilidade psicológica para aceitar mecanismos de submissão era potenciada pelos valores de deferência pessoal, respeito às hierarquias e crenças religiosas apolo-gistas da resignação terrena), geográficos (isolamento físico de muitas comunidades, o que tornava mais prementes os caciques como medianeiros) e económicos (a precariedade da população tornava-a mais recetiva a um protetor que lhes assegurasse algumas benesses no dia-a-dia) – como bem enumera e detalha António Tavares de Almeida (1987, pp. 113-114).

O cacique proprietário iria, contudo, perder preponderância para o cacique burocrático no final do século XIX. Para tal, contribuiu o novo Código Administrativo de 1878, que, pelas reformas introduzidas e que já abordámos, veio ampliar o sufrágio. A nova realidade eleitoral exigiu um “reforço dos mecanismos de enquadramento e captação do voto e, sobretudo, uma canalização acrescida de recursos”, que levaram a uma acentuação do carácter instrumental dos vínculos de dependência pessoal e à apropriação intensiva dos recursos do Estado por parte dos caciques. O cacique burocrático emergiu neste contexto de renovação social do patrocínio político, consagrando um novo tipo de notáveis e transformando os tradicionais (Almeida, 1987, pp. 115-117). E se há pouco vimos que a inconsequência do discurso anti-cacique republicano se deveu às fragilidades e hesitações dos seus governantes, não podemos deixar de ignorar a solidez e a hegemonia do caciquismo quando se deu a Revolução de 5 de Outubro de 1910. Para os notáveis locais, a implantação da República fora, num primeiro momento, um susto, mas rapidamente se tornou numa ocasião para o seu reagrupamento – não deixaria de ser contratualizada a centralização que marcou o período oitocentista, assente no compromisso entre o Estado central e as elites locais. Os recursos do Estado, na forma de empregos públicos e de obras públicas, continuariam a dinamizar o patrocínio burocrático ao longo da I República (Serra, 1987, p. 94; 1996, p. 280).

---

<sup>11</sup> Apesar desta especificação da população agrícola como condicionante para a impassividade face ao caciquismo, Luís Vidigal (1988, pp. 22-23) sugere que, até 1901, a população urbana não era menos passiva e influenciável do que a rural. A suposição decorre do surgimento, nesse ano, da tática de integrar as cidades em círculos eleitorais vastos – diluindo, assim, o voto urbano por entre o voto rural. Mesmo em Lisboa e no Porto, e exatamente por aí subsistirem atividades e padrões de sociabilidade típicas do mundo rural, não foram marginais as relações clientelistas (Almeida, 1987, p. 118).

Os cruzamentos entre as elites locais e as elites políticas locais não eram, por isso, uma particularidade do Estado Novo. Muito menos o foi a instrumentalização das elites locais enquanto intermediadores do poder central e da periferia. Filipe Abreu Nunes (2013) compara, nesse sentido, o recrutamento de pessoal para a administração local e periférica por parte da União Nacional, no início dos anos 30, com a atuação dos partidos dominantes do liberalismo. Tampouco era este fenómeno uma particularidade portuguesa: a oligarquização das instituições municipais foi uma característica corrente na Europa moderna (Monteiro, 1996, p. 162) e a necessidade de negociação entre o Estado central e as elites locais foi distintamente evidente nas nações do sul europeu (Nunes, 2013). A singularidade da relação entre o Estado Novo e os ilustres da periferia foi, porventura, o facto de estes últimos terem estado muito mais embebidos no sistema (por via da sua filiação na União Nacional) do que os seus homólogos oitocentistas e, por isso, sob maior tutela e controlo do Estado – cujos traços mais clarividentes seriam o saneamento político e ideológico na administração pública e a limitação das atividades políticas às fronteiras do regime e do partido único<sup>12</sup> (Nunes, 2013). Assim se explica, em parte, a longevidade do regime, que passava a ter uma elite política disciplinada e situacionista, ciente das suas capacidades e limitações (Bessa, cit.in Silva, 1997, p. 215).

A assimilação dos ilustres locais no Estado Novo teve, contudo, alguns episódios atribulados. Rui Ramos (1986) narra precisamente um episódio de grande tensão entre as elites de Vila Real e Horácio de Assis Gonçalves, o Governador Civil do respetivo distrito entre 1934 e 1944. Enviado para Vila Real com a missão de implementar o Estado Novo na região (Ramos, 1986, p. 112), Assis Gonçalves tentou instrumentalizar algumas das figuras ilustres vila-realenses para cumprir o seu propósito – o que não se revelou fácil em concelhos como Peso de Régua e Chaves, onde os ilustres vila-realenses se mostraram mais partidários da sua autonomia e interesses locais em detrimento da nova ideologia fascista, apregoada pelo Governador Civil (Ramos, 1986, pp. 125-126).

Os contextos temporal (fase embrionária do Estado Novo), geográfico (distrito provinciano e longe do desenvolvimento do de Leiria) e político (uma digladição ideológica) do objeto de estudo de Rui Ramos não permitem grandes equivalências com o nosso. Mas o seu artigo alerta-nos para a relevância da figura do Governador Civil, em particular para os prováveis conflitos entre este e as elites locais dos concelhos que supervisionava. No decorrer da presente investigação, sobretudo na consulta de fontes primárias, estaremos, por isso, atentos à relação entre a elite caldense e o Governador Civil de Leiria.

---

<sup>12</sup> Salazar permitiu, ainda assim, a existência de uma elite não governante, nomeadamente nos setores religiosos, tecnológicos e culturais; e de elites sectoriais na economia, na Igreja e nas forças armadas. Sem surpresas, estas “contra-elites” não eram, de todo, contra o sistema, e colaboravam estreitamente com as elites políticas (Silva, 1997, p. 215).

Ainda sobre as elites locais no Estado Novo, importa mencionar que é recente o interesse que os académicos lhes têm dado. Há trinta anos, José Amado Mendes (1992) aplicava o qualificativo “essas desconhecidas” (p. 365) às elites locais portuguesas. Contudo, Maria Antónia Pires de Almeida (2013b, p. 13) sustenta que tal frase se tem tornado desatualizada com o passar dos anos graças a vários mestrados e doutoramentos produzidos sobre estes temas. O estudo que a autora lançou em 2013 seguiu esta linha de aprofundamento e investigação das elites, sobretudo no que à segunda metade do século XX diz respeito<sup>13</sup> – um período que Almeida aponta como uma lacuna e sobre o qual falta uma “abordagem sistemática na área da investigação científica”.

Paralelamente a abordagens sistemáticas e globais sobre as elites locais portuguesas, têm surgido em anos recentes estudos de incidência local. Um bom exemplo deste fenómeno é a tese de doutoramento do membro da direção do Arquivo Distrital de Leiria, Acácio Lopes de Sousa (2013), sobre as elites políticas da cidade de Leiria. Os objetos da sua análise, que incluem “as teias de relações que ao longo dos vários momentos significam redes de influência e um lastro de apoio ao exercício do poder”, e as semelhanças demográficas entre Leiria e Caldas (“cidade média de província”) fazem da tese de Lopes de Sousa um bom guia para esta dissertação.

### 2.1.3. Imprensa local no Estado Novo

Quanto à imprensa regional e local no Estado Novo, é porventura o tópico menos aprofundado na bibliografia existente. Regra geral, os estudos sobre o jornalismo regional em Portugal são de tal forma escassos que os existentes acabam a citar-se uns aos outros (Ribeiro, 2010, p. 22). Como nos explica Joaquim Cardoso Gomes (2017, p. 76), a história da imprensa portuguesa no século XX está ainda por fazer, pois é uma tarefa morosa devido à dispersão e volatilidade da imprensa nacional e de província neste período. Joaquim Ribeiro (2010, p. 29) dá conta de alguns avanços para preencher estas lacunas por parte de entidades que reconhecem a importância estratégica do setor, mas tais desenvolvimentos incidem quase exclusivamente no período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974. Estudos sobre jornalismo local e regional que recuam a períodos anteriores ao do regime democrático focam-se no século XIX, altura em que se assistiu ao surgimento de um vasto número de jornais regionais e locais (Sousa, 2008, p. 45). Nesta época, a imprensa de província foi, inclusivamente, um importante instrumento para o estabelecimento da Regeneração e para a abertura e dinamização do espaço público politizado (Tengarrinha, 2013, pp. 791&875). No período da I República, registou-se a simpatia de periódicos locais pelos movimentos regionalistas das elites conterrâneas (Amaro, 2006, p. 403). Não nos espantamos, por

---

<sup>13</sup> Em concreto, esta corrente da História é apelidada, pela própria autora, de História Social da Administração (Almeida, 2003, p. 9).

isso, que num regime sem espaço público politizado e com o espírito do regionalismo já dissipado, como o Estado Novo, a imprensa local tenha perdido preponderância.

Num artigo sobre a história da *Gazeta das Caldas* de Luís Nuno Rodrigues (1989), ao qual daremos mais atenção em ulterior parágrafo, o autor recomenda um conjunto de quatro estudos sobre a imprensa local em Portugal, dos quais apenas um não tem como período de análise o século XIX. Essa exceção é um artigo de João B. Serra (1985) sobre o primeiro centenário da imprensa caldense, que nos permite identificar o previsível fator que estagnou a imprensa local e regional durante o Estado Novo: a efervescência jornalística que vinha sendo constante desde a segunda metade do século anterior “cessa abruptamente com a institucionalização do Estado Novo, nos anos 30, o que é sintomático dos entraves postos ao exercício da atividade jornalística” (p. 6). Tal como o Código Administrativo paralisou a realidade autárquica, a Lei Fundamental em que se alicerçou a censura (Sousa, 2008, p. 58) tornou a imprensa num organismo estanque. E se já aqui nos mostrámos menos aderentes à primeira ideia, quanto à segunda não nos parece que haja margem para contestação – pelo menos no que concerne ao nosso período de análise.

Mas importará, ainda assim, aprofundar a história da censura em Portugal na primeira metade do século XX e a atitude que o salazarismo teve relativamente à imprensa local. Como já vimos, a censura foi introduzida após um período intenso de publicações, que atravessou o século XIX e a I República. Os vitoriosos do Golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, curiosamente, também não instituíram imediatamente medidas repressivas à imprensa. Estas viriam a ser introduzidas só após o Golpe de 17 de Junho do mesmo ano, mais precisamente três dias depois, quando se anunciou que a Imprensa passava a estar sujeita à censura militar (Carvalho, 1973, pp. 34-35). No mês seguinte, a 5 de julho, a Lei da Imprensa da Ditadura Militar foi publicada por via do Decreto 11 839, sem que nela estivesse prevista qualquer forma de censura prévia aos jornais e publicações<sup>14</sup>. De facto, as tensões entre as fações do movimento do 28 de Maio levaram o General Manuel Gomes da Costa a recuar nas medidas censórias, com o objetivo de ter a seu lado os jornais na luta contra os generais Óscar Carmona, Sinel de Cordes e Garcia Rosado. A censura reforçar-se-ia, precisamente, depois de 10 de julho de 1928, dia em que o General Gomes da Costa foi afastado e tomou o seu lugar o General Carmona. Progressivamente, as críticas ao governo, as notícias sobre a atividade partidária e as anedotas sobre a censura foram desaparecendo das páginas dos jornais (Carvalho, 1973, pp. 40-43).

---

<sup>14</sup> Alberto Arons de Carvalho (1973, p. 54) acrescenta, contudo, que o artigo 1.º da Lei da Imprensa (“a todos é lícito manifestar livremente o seu pensamento por meio da Imprensa, independentemente de caução ou censura e sem necessidade de autorização ou habilitação prévias”) era manifestamente inaplicado na sua totalidade. De modo a acalmar o desagrado dos jornais, as formas de censura que persistiam eram anunciadas como medidas transitórias. No entanto, um mês antes de ser afastado do poder, o General Gomes da Costa publicou a Portaria n.º 5422, a 12 de junho de 1928, que declarava como obrigatório o envio de um exemplar de cada jornal aos Governadores Civis. Para Ana Cabrera (2006, p. 24), esta medida era uma resposta ao pouco rigor da censura regional à Imprensa.

Foi na década de 1930 que se institucionalizou a censura enquanto base do Estado Novo. A nova etapa na política da informação havia sido iniciada a 28 de agosto de 1931, quando o diretor da censura, o Major Álvaro Salvação Barreto, emitiu uma Circular onde se entendia a imprensa não como simples meio de informação, mas sobretudo como arma política (Cabrera, 2006, p. 25). A Salazar, que era tão-só o herdeiro de uma máquina censória já montada pela Ditadura Militar, caberia reforçá-la e aperfeiçoá-la, transformando-a num dos pilares do seu regime (Gomes, 2017, pp. 70-72). A regulação da censura prévia às publicações gráficas foi oficializada com o Decreto 22 469, de 11 de abril de 1933; e, cerca de dois meses depois, o Decreto 22 756 de 29 de junho instituiu a Direção-Geral dos Serviços de Censura, integrada no Ministério do Interior (Veríssimo, 2003, p. 38). O artigo 8.º da Constituição aprovada nesse ano introduziu também a possibilidade de um regime de censura prévia, de modo a “impedir preventiva e repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social” – isto apesar de, nesse mesmo artigo, ser garantido aos cidadãos “a liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma”. Caso inédito no constitucionalismo português, o texto da nova Constituição tinha como compatíveis a censura e a liberdade de expressão, como assinala Alberto Arons de Carvalho (1973, pp. 54-55).

Os poderes da Direção-Geral dos Serviços de Censura seriam alargados com o decorrer das décadas de 1930 e 1940. Os Decretos n.º 26 589 (de 14 de maio de 1936) e n.º 33 015 (de 30 de agosto de 1943) concederam ao organismo a capacidade de multar, suspender e encerrar jornais e de proibir a fundação de novas publicações ou a entrada de jornais estrangeiros no país (Carvalho, 1973, p. 56). Os anos 40 marcaram também importantes alterações estruturais nas organizações censórias. Em 1940, através do Decreto-Lei n.º 30 230 de 19 de março, a Direção dos Serviços de Censura saiu da alçada do Ministério do Interior, passando a integrar o Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação (organismo constituído pelos diretores do Secretariado de Propaganda Nacional [SPN] e dos Serviços de Censura e pelo presidente da Comissão Administrativa da Emissora Nacional de Radiodifusão). Mais tarde, em 1944, o nome do Secretariado de Propaganda Nacional foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 33 545 de 23 de fevereiro: passava a chamar-se Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular (SNI), onde seriam integrados os serviços de censura. A mudança de nome não era a única alteração relevante introduzida pelo Decreto-Lei. “Como o secretário nacional é de livre nomeação do presidente do Conselho, a censura e a sua atuação são, a partir de então, controladas de forma absoluta por Salazar” (Carvalho, 1973, p. 57).

A evolução da censura neste período não esteve, de forma alguma, desligada do contexto internacional. Por um lado, a simpatia e o alinhamento do governo português com os regimes de Itália e Alemanha, bem como a necessidade de limitar a opinião pública face às guerras de Espanha e Mundial, levaram a uma intensificação das medidas repressivas e de controlo da imprensa

(Carvalho, 1973, pp. 71-72). Por outro, e com o aproximar da derrota do Eixo contra os Aliados, a criação do SNI em substituição do Secretariado Nacional de Propaganda (“a propaganda estava para os nazis alemães ou os fascistas italianos como a informação para as democracias liberais”) revelava a adaptação de Salazar à nova realidade que se adivinha (Cabrera, 2006, pp. 30-31).

Mas neste processo de institucionalização e reforço da censura nas duas primeiras décadas do Estado Novo, qual a postura do regime face à imprensa local e regional? Na verdade, o salazarismo desde cedo se mostrou atento aos jornais publicados na província. Logo em 1933, a Comissão Executiva da União Nacional apelava às suas Comissões Distritais, Municipais e de Freguesias que em cada concelho do país houvesse “um órgão da Situação (...) [e] a existência de um jornal militante” (cit.in Gomes, 2017, p. 73). Em 1934 e em 1935, o SPN publicou dois relatórios anuais sobre o “O Estado Atual da Imprensa de Província”, que representavam essencialmente um levantamento dos jornais de distribuição local e regional e a sua catalogação de acordo com a posição face ao regime: se eram situacionistas, neutros ou anti-situacionistas<sup>15</sup> – estando a estes últimos reservada a ação do aparelho repressivo (Veríssimo, 2003, pp. 33-35). Legislativamente, o novo regulamento da imprensa de novembro de 1936 (que veio sistematizar o já citado Decreto-Lei n.º 26 589) incluía uma medida especificamente dirigida à imprensa local: a de asfixiar economicamente a pequena imprensa regional (Gomes, 2017, p. 74).

Com efeito, a atitude do Estado Novo perante a imprensa local sofreu de algumas das mesmas contradições de outras iniciativas do regime. Por um lado, valorizava-se a imprensa de província pela proximidade com as populações; por outro, impunha-se sobre ela um apertado controlo político que a mantinha mais próxima do poder central do que dos leitores. Por um lado, estabeleciam-se metas ambiciosas, nomeadamente a da criação de um jornal do regime em cada concelho; por outro, nunca houve um esforço económico para dinamizar a estrutura da pequena imprensa. E, sem surpresas, a União Nacional, sem ânimo nem quadros para se desenvolver seriamente, como vimos anteriormente, também não dispunha de meios para ter um papel preponderante nesta tarefa – ao longo do Estado Novo, foi relativamente pequeno o número de jornais vinculados ao partido (Gomes, 2017, p. 85). Em 1945, o novo relatório do agora SNI era perentório: a debilidade da imprensa de província decorria dos “fracos recursos económicos da sua instalação, da reduzida expressão do mercado publicitário e de leitores, do amadorismo da sua direção e redação” (cit.in Gomes, 2017, p. 82). Os jornais existentes pertenciam, geralmente, a elementos da pequena burguesia comercial, industrial ou funcionários públicos com o ensino primário; tinham, na sua maioria, uma periodicidade semanal; e a sua tiragem era diminuta, não excedendo os 1500 exemplares (Gomes, 2017, pp. 82-83).

---

<sup>15</sup> Entre os dois relatórios, a evolução foi a seguinte: em 1933, existiam 101 jornais situacionistas, 69 neutros e 81 anti-situacionistas. No ano seguinte, contabilizam-se 148 situacionistas, 43 neutros e 56 anti-situacionistas (Veríssimo, pp. 34-35).

É por isso que Joaquim Cardoso Gomes (2017, pp. 99-100) considera um fracasso a tentativa de criação de uma “base alargada de suporte do regime com uma rede de imprensa de província” entre 1936 e 1945. Para além das medidas restritivas da censura, da falta de apoio económico e da ausência de quadros aptos a realizar com sucesso a tarefa, a que já aludimos, acrescentaram-se ainda problemas de foro social, como a despolitização e desmobilização das massas. Onde Salazar conseguiu, apesar de tudo, lograr, foi na supressão da imprensa anti-situacionista<sup>16</sup>. Júlia Leitão de Barros (2005) dá-nos conta da cautela e ponderação que marcou a abordagem do regime à imprensa de província não alinhada com a situação: em alternativa à mera suspensão de periódicos, optou-se, em muitos casos, pelo cerco ideológico aos jornais, que se viram obrigados a readaptar a sua linha editorial. Não obstante algumas ocorrências oposicionistas na primeira metade da década de 1940<sup>17</sup>, os anos 50 arrancavam com uma imprensa local sob controlo forte da censura, sem particular dinamismo e sem o elã que, quinze anos antes, se lhe havia projetado. Adiante veremos como se enquadrava a *Gazeta das Caldas* nesta conjuntura.

## 2.2. As Caldas da Rainha e a Gazeta das Caldas à entrada dos anos 1950

Se na primeira secção deste capítulo imperava a necessidade de definir e enquadrar no Estado da Arte os três conceitos onde assenta a presente dissertação, no segmento que se segue partimos para uma breve visão geral dos palcos do nosso caso de estudo: as Caldas da Rainha, enquanto cidade relevante no distrito de Leiria e enquanto campo fértil à formação de uma elite local poderosa; e a *Gazeta das Caldas*, jornal de referência do concelho e expressão dos elos de ligação entre imprensa e Poder.

### 2.2.1. A “capital do Oeste” e a sua elite local

O objeto de estudo deste trabalho insere-se nos anos 50 do século XX. Numa cidade cuja fama balnear já era documentada no século XIII (Gomes, 1994, p. 21), quanto é necessário recuar para entender as dinâmicas das Caldas da Rainha à entrada da segunda metade do século XX? Melhor dizendo: numa história que percorre quase sete séculos, onde poderemos datar os primeiros acontecimentos que conduziram as Caldas a tornar-se numa espécie de capital do Oeste<sup>18</sup> e

---

<sup>16</sup> Ainda que em latitudes e contextos muito diferentes, podemos também considerar um sucesso da ação salazarista para a imprensa de província a relevância da imprensa das colónias portuguesas em África (Fonseca, 2017).

<sup>17</sup> Estas ocorrências aconteceram sobretudo no decorrer da II Guerra, ao longo da qual se registaram posições anglofilas nas páginas da imprensa de província (que mereceram forte censura em 1941 e 1942); e nas eleições legislativas de 1945, às quais concorreu o Movimento de Unidade Democrática, que mereceu o apoio de alguns jornais locais, como lamentava o SNI no seu relatório desse ano (Gomes, 2017, pp. 79&96).

<sup>18</sup> “A Região Oeste não é uma denominação institucionalizada”, assim nos esclarece Diogo José Brochado de Abreu (1988, p. 37). De facto, nem o Distrito de Leiria nem a extinta Província da Estremadura corresponderam à agregação de concelhos que frequentemente compõe o ‘Oeste’. É precisamente por isso que é recomendável definir a área a que, neste e em ulteriores capítulos, chamaremos Oeste. As delimitações da região variam de autor para autor, de âmbito para âmbito. Por exemplo, o relatório sobre a indústria do Oeste, elaborado pelo Centro Interdisciplinar de Estudos

segunda capital de distrito, inclusive em espírito de rivalidade com Leiria (Serra, 2000, p. 24)? As origens da cidade são dignas de apontamento, mas, como adiante veremos, é do século XVIII para a frente que se começam a formar condições para a consolidação de uma elite local poderosa e para a afirmação das Caldas como um dos principais polos económicos, sociais e culturais da região.

A estátua da Rainha Dona Leonor merece, em pleno século XXI, destaque numa das rotundas mais movimentadas do centro da cidade. Não é para menos: é à mulher de D. João II que é associada comumente a fundação do Hospital Termal em torno do qual cresceram as Caldas da Rainha. Em 1482, um ano depois do casamento com o “Príncipe Perfeito”, a Rainha foi nomeada mandatária do concelho de Óbidos e, em 1488, uma carta outorgada por D. João II informava que haviam sido iniciadas obras de recuperação dos banhos da localidade (Gomes, 1994, p. 24). A fabulação da chegada da Rainha às Caldas varia consoante a imaginação dos autores, existindo três versões postas a circular na época sobre o interesse de D. Leonor nas águas caldenses (Serra, 1995, p. 23). A própria originalidade do Hospital é mais exaltada por estudiosos locais e em panfletos turísticos do que em estudos de âmbito geral sobre o termalismo português: se há quem nomeie o *ex-líbris* como o primeiro hospital termal do mundo (Mangorrinha, 2017; Carvalho, 2012), por vezes cruzamo-nos com categorizações mais contidas, que o limitam a primeiro nosocómio do género em Portugal (Cantista, 2010, p. 83). O que parece fora de questão é que D. Leonor se mostrou à época sensibilizada para a questão dos banhos curativos (Gomes, 1994, p. 24), e que as origens da povoação das Caldas estão estritamente ligadas à fundação do Hospital Termal – cuja institucionalização, entre 1501 e 1503, se daria já no reinado de D. Manuel, irmão

---

Económicos para a Associação Industrial da Região do Oeste (1991), deixa claro em nota prévia que o seu objeto de estudo é “fruto de uma agregação *ad hoc* (...) [que não] pretende abranger todos os concelhos que habitualmente se incluem nesta região”. Já o roteiro bibliográfico da etnografia do Oeste, organizado por Branca Rolão Moriés (2010), inclui no capítulo geral da região títulos relativos ao Ribatejo, alargando para leste as fronteiras geralmente atribuídas à região, que, na maioria dos casos, não vão para lá do concelho de Rio Maior.

Qual é, então, a agregação por que optámos no presente trabalho? Cremos ser razoável defini-la de acordo com o que se entendia ser a área de influência (real e percebida) das Caldas da Rainha na primeira metade do século XX. Na sua monografia sanitária do concelho, publicada em 1956, António Sampaio Madahil diz que os concelhos com que as Caldas mais contactava eram: “a norte, Alcobaça; a nascente: Alcobaça e Rio Maior; a sul: Óbidos, Bombarral e Cadaval”, aos quais ainda acrescentava os centros piscatórios de Nazaré, São Martinho do Porto e Peniche pelo facto de as suas embarcações de pesca “percorrerem frequentes vezes a costa do concelho” (pp. 9-10). A própria capa da monografia ilustra as Caldas como o centro da rede rodoviária entre a capital do seu distrito, Leiria, e o norte do distrito de Lisboa (e a ligação entre o distrito de Leiria e de Santarém faz-se, nessa mesma capa, pelo trajeto Caldas–Rio Maior–Santarém e não entre as capitais distritais). Já João B. Serra (2007, p. 126) relembra que o jornal *O Regionalista*, que circulou nas Caldas na primeira metade da década de 1920, tinha como programa a “defesa dos interesses dos concelhos que compõem o círculo de Alcobaça” – em concreto, tratava-se do círculo eleitoral n.º 30, que integrava Alcobaça, Pombal, Pederneira (hoje, Nazaré), Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche (Serra, 1987, p. 61). E, voltando ao estudo de Diogo José Brochado de Abreu (1988, p. 44), o autor usou como definição da região a “distribuição da expressão Oeste na denominação social de firmas e empresas industriais e comerciais”, boa parte delas fundadas ao longo do século XX. A referência tinha maior expressão sobretudo em Torres Vedras e Caldas da Rainha, mas também no Bombarral, na Lourinhã, em Peniche, Óbidos e Alcobaça; e, mais raramente, no Cadaval, Nazaré, Sobral de Monte Agraço e Alenquer. Abreu identificou também a via férrea que atravessa a região, vulgarmente conhecida como Linha do Oeste (inaugurada em 1887), como fator importante na adoção da denominação regional (p. 44).

Resumindo, quando nos referirmos à Região Oeste nesta dissertação, falamos da área composta pelos seguintes concelhos: Alcobaça, Alenquer, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

da então viúva de D. João II. A 21 de março de 1511, era confirmado o título de vila à povoação (Serra, 2003, pp. 272-273).

Demos um salto de mais de dois séculos, mais precisamente para a década de 1740. Foi o período setecentista que se revelou, segundo Saúl António Gomes (1994, p. 53), fulcral para a história da cidade. A visita de D. João V às águas da vila, em 1742, inaugurou uma década de reformas urbanísticas, cujo início foi a reedificação dos banhos. De entre as muitas renovações dos equipamentos urbanos, destacou-se a construção de uma rede de abastecimento de água e de um conjunto de três chafarizes (Rodrigues, 1993, p. 113). Este processo de transformação iniciava, assim o sugere Gomes (1994, p. 56), o período contemporâneo da cidade, com um rejuvenescido carácter funcional. Mangorrinha (2017, p. 16) chega mesmo a chamar à iniciativa régia de D. João V “refundação caldense”.

Todavia, palpitava sobre este novo tecido urbano uma enorme tensão entre as duas principais instituições da cidade: o Hospital Termal e a Câmara Municipal. Luís Nuno Rodrigues (1993, p. 109-115) explora este conflito, notando a simbólica ironia do processo de construção de um novo edifício para a Câmara: o executivo camarário teve de negociar com o Hospital, de longe o maior proprietário de terras do concelho, um terreno para esse efeito. A verdade é que a edificação dos novos Paços do Concelho marcou “a separação física da municipalidade em relação ao Hospital”, fixando-se no Rossio (ou Praça Nova), polo de atividade comercial e mercantil da vila (Rodrigues, 1993, p. 113). A atividade camarária da segunda metade do século XVIII iria precisamente espelhar a sua nova morada neste epicentro comercial. A Câmara revelou uma grande capacidade de intervenção na economia local, bem como uma constante preocupação com melhoramentos urbanos, ocupação de baldios e questões de higiene (Rodrigues, 1993, pp. 113 & 122-123). Mas, por mais competências que reunisse, a Câmara não se equiparava com o Hospital, este sim o principal ator político das Caldas. Gerir o Hospital significava gerir a vila na sua globalidade, fenómeno ilustrado pelo vasto património que administrava e pelo seu importante papel de fornecedor de empregos (Rodrigues, 1993, pp. 119-120). Nos momentos em que as duas jurisdições, hospitalar e camarária, se tocavam e opunham, o Hospital levava a melhor – uma vitória que não estava, de todo, desassociada da colocação de homens do Hospital à frente da Câmara (Rodrigues, 1993, p. 129).

A Revolução Liberal veio modificar a conjuntura da região e da cidade em particular. Os anos revolucionários enfraqueceram os maiores domínios senhoriais de Alcobaça e Óbidos (Serra, 1995, p. 27) e o reordenamento administrativo levou a uma concentração geográfico-administrativa. Os efeitos nas Caldas foram evidentes: se outrora era composta por uma única freguesia, em 1836 foi promovida a sede de concelho com sete freguesias (Serra, 1995, pp. 28-29), às quais se acrescentariam outras cinco até ao final do século (Serra, 1995, p. 58). Em 1878 era já capital

demográfica da região e até 1930 a população urbana elevar-se-ia 226,2% (Serra, 2003, p. 421). Longe iam os tempos do concelho de reduzidas dimensões, que explicavam a infrequência de reuniões da Câmara no século anterior (Rodrigues, 1993, p. 121).

Foi no decorrer destes desenvolvimentos que a partilha do poder entre Hospital e Câmara sofreu alterações no final do século XIX. Para isso contribuiu também a mudança de mentalidades e preocupações higienistas decorrentes da Revolução Industrial, que aumentaram a procura de termas um pouco por toda a Europa (Mangorrinha, 2017, p. 18). Em Portugal, a melhoria do sistema de comunicação e transportes fez antever uma maior procura do Hospital Termal, que, por sua vez, foi alvo de um projeto de requalificação que deveria tornar as Termas caldenses numas das melhores a nível europeu (Serra, 2003, p. 423). O arquiteto Rodrigo Maria Berquó foi nomeado Administrador do Hospital em 1888 para liderar a intervenção. Em 1890, Berquó tornou-se Presidente da Câmara e iniciou um mandato que significaria “a hegemonia dos objetivos e interesses do Hospital sobre os do Município” (Serra, 1993, p. 399). Só que, desta vez, a elite local, cujo plano social chocava com o plano urbanístico do arquiteto, conseguiu fazer-lhe frente e provocar o fim abrupto da sua presidência após apenas um ano de mandato (Serra, 1993, pp. 399-400). Certo é que, enquanto Administrador do Hospital (cargo que exerceu até à sua morte, em 1896), Berquó deixou a sua marca na malha urbanística das Caldas, sendo o elemento mais visível no presente os Pavilhões do Parque D. Carlos I. Mas o seu afastamento das lides da Câmara ilustrava as mudanças no xadrez político da vila. Após a sua morte, as elites locais passaram a dispor de um maior controlo do processo urbanístico, sem que o Hospital, financeiramente esgotado, conseguisse impor uma partilha mais equilibrada do poder (Serra, 1993, p. 402). O Hospital manteve a sua influência, é certo, mas houve uma efetiva perda de poder com a Revolução Liberal (Tavares, 1993, p. 226).

Na transição do século XIX para o século XX, Caldas da Rainha era um enorme polo atrativo. As termas eram o motor das atividades produtivas e comerciais da vila, dando-se uma aceleração da vida social e económica caldensa (Serra, 1995, p. 59). O comércio, por sua vez, fixou a louça como principal imagem externa das Caldas, a par das termas, contribuindo para o êxito da indústria cerâmica no concelho (Serra, 1995, p. 49&53). A agricultura sensibilizada para o mercado e a urbanidade marcada pelas estruturas dos serviços, dois vetores característicos das Caldas do século XXI, são herança do desenvolvimento a que assistimos na viragem do século (Serra, 1995, pp. 53-54). A vila assumiu características polarizadoras em relação a toda a região (Serra, 1995, p. 30) e começou inclusive a contestar o predomínio burocrático do concelho capital de distrito, Leiria. Na década de 1880, a vereação caldensa estudou, em conjunto com Alcobaça, a passagem para o distrito de Lisboa, e ter-se-á mesmo chegado a sugerir a “transferência da capital do distrito para a cidade fundada pela Rainha D. Leonor” (Serra, 2003, p. 479). Esta atitude deixava clara a capacidade de negociação política da vila com o aparelho administrativo, distrital

e nacional. Foi neste contexto que a elite local formada na passagem para o século XX negociou, com sucesso, a elevação da vila a cidade em 1927 (Serra, 1995, p. 59).

No primeiro quartel do século XX, antes da elevação da vila a cidade, deu-se a implantação da República. Nas Caldas da Rainha, desde finais do século XIX, o volume e ritmo de criação de novas associações era elevado. A variedade de coletividades (umas de carácter sociocultural, outras de cariz político; umas protagonizadas pelas classes média e alta, outras pelos pequenos funcionários e operários; etc.) deixava a descoberto alguns dos conflitos e divisões na sociedade caldense (Serra, 1993, p. 418). Tais fraturas teriam consequências na política. Geraram-se, após a Revolução de 5 de Outubro de 1910, divisões políticas no movimento republicano que se tentariam equilibrar até aos anos 20, e das quais beneficiariam uma elite política local jovem e aguerrida (Serra, 1995, p. 54). Este grupo, a “terceira geração de construtores da cidade” (Serra, 1993, p. 429), superou a anterior elite por saber adaptar-se aos novos tempos, articulando a sua intervenção com o apoio de associações e jornais (Xavier, 2010, p. 38).

De entre as associações, a Associação Comercial e Industrial foi a parceira de excelência da Câmara Municipal. Havia sido, precisamente, a Associação a patrocinar, em 1924, a lista que venceu as eleições para a Câmara contra a lista dos Nacionalistas (Serra, 2003, p. 421). José Saudade e Silva, José Pereira Fialho Júnior, Júlio Lopes e Severino Lage eram alguns dos nomes mais influentes do novo executivo camarário. A articulação entre a Associação e a Câmara permitia ainda a operacionalidade da Comissão de Iniciativa das Termas, que dinamizou uma série de obras na segunda metade da década de 20 (Serra, 2003, p. 428). A V Exposição Regional de 1927, que representava o reconhecimento do trabalho e dos esforços das ‘forças vivas’ locais (Rodrigues, 2010, p. 15), culminou na elevação da vila a cidade. A Exposição e o próprio ano de 1927 constituíram “um momento e um espaço privilegiados de mobilização das elites locais” (Serra, 1993, p. 433).

A década de 20 foi, portanto, a década do triunfo das ‘forças vivas’ e da linha regionalista que marcaria os anos seguintes. A mudança de regime não abalou o poder político da elite: uma comparação entre a Comissão Executiva do município em janeiro de 1926 e a Comissão Administrativa estabelecida depois do golpe revela que apenas um dos cinco nomes do executivo foi alterado (Serra, 1993, p. 441). Estavam reunidas as condições para a elite dirigente prosseguir com o seu programa, que incluía um novo processo de urbanização para os anos e décadas vindouros, delineado e orientado pelo arquiteto Paulino Montês (Serra, 1993, p. 442). Paralelamente, dava-se uma grande atenção às artes plásticas, aproveitando as potencialidades culturais e artísticas da cidade, personalizadas em figuras como José Malhoa ou Bordalo Pinheiro (Rodrigues, 2010, p. 16). Neste processo, António Montês e Júlio Lopes, ambos provenientes da Associação Comercial e Industrial, foram protagonistas principais (Rodrigues, 2010, p. 16). A intervenção

urbana dos anos 20 e 30, que estava cada vez mais nas mãos da Câmara (Serra, 2003, p. 426), foi nitidamente tipificada pela articulação entre o movimento regionalista e a valorização das artes plásticas.

A partir dos anos 30, a elite regionalista caldense hegemonizou os poderes locais e concentrou-os na Câmara Municipal, que detinha. O regime excepcional da Ditadura Militar fez com que o executivo camarário se achasse “principal beneficiário da redistribuição de poderes que a ditadura origina ou empreendia” (Serra, 2007, pp. 145-146). Estes primeiros anos da década de 30 foram, aliás, palco de um episódio que pontuou, como nenhum outro, o poder da elite na Câmara sobre o Hospital Termal. Falamos, com auxílio da descrição de João B. Serra (2007, pp. 146-149), da nomeação do capitão Oliveira Franco para o lugar de Diretor do Hospital, a 25 de setembro de 1926. Os atritos entre o capitão e a elite haviam começado em 1928, quando a *Gazeta* e Associação Comercial promoveram a discussão pública das intenções do novo diretor (cujo plano era remodelar a Convalescença<sup>19</sup> e construir um novo balneário), que Oliveira Franco ignorou. Em outubro de 1931, a Comissão Administrativa da Câmara e o Administrador do Concelho, Pedro Mesquita de Oliveira, pediram a demissão. No entanto, tal tratou-se afinal de uma jogada política que permitiu à direção da Associação Comercial ser auscultada pelo Ministro do Interior e pelo Governador Civil, a 5 e 6 de novembro. Os resultados destes jogos de bastidores não se fizeram esperar: em finais de dezembro, Oliveira Franco demitiu-se e o Governo convidou José Saudade e Silva a regressar à presidência da Câmara. Este tomou posse a 13 de fevereiro de 1932, incluindo João Artur Botelho Moniz no seu elenco camarário a pedido do poder central. Quanto ao Hospital, foi reveladora a escolha do novo diretor: Mário da Conceição Rocha, Presidente da Assembleia Geral da Associação Comercial. A hegemonia da Câmara alastrava-se, por fim, até à única instituição que lhe havia feito frente ao longo de tantas décadas. Como se não bastasse, em abril de 1937 a Câmara vai indicar para o Conselho Administrativo do Hospital os nomes de Júlio Lopes (recém-nomeado, nesse mesmo ano, Presidente da Câmara) e de Botelho Moniz, então vereador do pelouro do Turismo (Cândido, 1993, p. 475).

Ainda nos anos 30, a Comissão Administrativa da Câmara entregou ao Governo um documento que propunha, na prática, uma maior concentração de poderes e de influência nas mãos da elite. De entre os signatários desse documento, constava uma novidade: o nome da Comissão Concelhia da União Nacional onde, até aí, se costumava ver o da Associação Comercial – um “sinal dos tempos e do destino que o Estado Novo reservará às forças vivas” (Serra, 2007, pp. 149-150). A composição da Comissão Concelhia do partido único confundia-se, aliás, com a composição dos executivos camarários e com o conjunto dos ilustres locais: fora presidida, na década de 30, por José Saudade e Silva, e, a partir de meados dos anos 40, por Júlio Lopes.

---

<sup>19</sup> “Edifício projetado na época pombalina para acolher os doentes na fase final de tratamento” (Serra, 2007, p. 147)

Continuava também bem patente a capacidade de negociação entre a cidade e o aparelho administrativo central. Foi disso exemplo a nomeação de Ápio da Silva Sotomaior para chefe da secção central da secretaria judicial das Caldas, em janeiro de 1949, por recomendação de Júlio Lopes<sup>20</sup>.

A teia de influência da elite local, como acabámos de ver, percorria várias instâncias da vida política e associativa da cidade. Foi o culminar de um processo longo, mas compensador: os novos e jovens membros da elite, ao contrário dos seus antecessores, já não estavam à sombra do Hospital Termal como no século XVIII, nem se encontravam fragmentados como no período revolucionário do início do século XX. As potencialidades do concelho, fruto do seu crescimento geográfico, económico e demográfico no século XIX, podiam finalmente ser aproveitadas de acordo com um programa regionalista bem delineado.

No entanto, o final da década de 1940 e início dos anos 50 abalaram esta poderosa elite. Em 1946, Júlio Lopes abandonou a presidência da Câmara, depois de ter sido acusado de ter autorizado, enquanto Presidente da Comissão Reguladora do Comércio Local das Caldas, a venda de azeite acima do preço tabelado (Almeida, 2013a, p. 331). Sucedeu-lhe Augusto Saudade e Silva (irmão do ex-Presidente, José Saudade e Silva), que se aguentou no cargo até 1951. Pelo meio, mais precisamente a 26 de julho de 1949, a Comissão Concelhia da UN, presidida por Júlio Lopes, apresentou a demissão por, entre outros motivos (a que daremos atenção no capítulo seguinte), não dispor “nem de apoio, nem de auxílio, nem de meios necessários ao desempenho das suas funções”<sup>21</sup>. A tudo isto se acrescentavam problemas persistentes no concelho, aos quais a Câmara não conseguia dar solução e que António Sampaio Madahil (1956) descreveu na sua monografia sanitária da cidade. Tal como a demissão da Comissão Concelhia da UN, deixamos a enumeração desses problemas para uma próxima secção. Mas convém, desde já, apontar que alguns deles (mau estado das estradas municipais, falta de luz elétrica nas freguesias rurais, rede de esgotos deficitária) não parecem ter estado desligados do reduzido número de obras estruturais realizadas na cidade entre 1932 e 1952 (Ministério das Obras Públicas, 1953, pp. 748-749): apenas 60, muito abaixo dos números de Leiria (198) ou de Alcobaça (104), e sem grande diferença em relação a Peniche (59), Óbidos (58) ou Nazaré (39), concelhos dos quais as Caldas da Rainha se deveria, em teoria, destacar.

Terão alguns destes problemas ter estado na origem da nomeação de Fernando Pais de Almeida e Silva para Presidente da Câmara das Caldas em 1952? É ao que tentaremos responder no próximo capítulo. Antes de lá chegarmos, porém, dediquemos algumas linhas a traçar a história

---

<sup>20</sup> A indicação, assinada pela Comissão Executiva da União Nacional, teve a particularidade de ter sido feita “independentemente do patrocínio da Comissão Distrital [da UN], de que, usualmente, se não poderia prescindir”, como Ruy de Moraes Vaz, Secretário-Geral da Comissão Central da UN, anunciou a Júlio Lopes em dezembro de 1948 (Ofício n.º 6408 de 29 de dezembro de 1948, do Secretário-Geral da Comissão Central da União Nacional ao Presidente da Comissão Concelhia das caldas da Rainha da União Nacional, PT/TT/UN-A/A/9-137/1).

<sup>21</sup> Ata n.º 10, Registo de Atas da Comissão Concelhia da União Nacional das Caldas da Rainha, PT/TT/UN-L-A/2/1

da *Gazeta das Caldas* desde a sua primeira edição, em 1925, até ao início da década de 50. É que, se acabámos de dizer que a elite caldense teve alguns acidentes de percurso na viragem da primeira para a segunda metade do século XX, não podemos afirmar que esses se tenham traduzido numa perda efetiva de influência nas mais variadas instâncias da vida local. A *Gazeta*, por ter sido o meio predileto para a oligarquia manifestar o seu descontentamento durante o mandato do novo Presidente da Câmara, é disso ilustrativo.

### 2.2.2. O percurso da *Gazeta das Caldas* de 1925 a 1952

O primeiro quartel de vida da *Gazeta das Caldas* não esteve isolado do trajeto que a cidade e a sua elite percorreram nesse período. É fácil perceber porquê: “há uma coincidência entre os nomes de titulares do poder político e deste novo jornal” (Xavier, 2010, p. 49).

Agentes fundamentais da criação da opinião pública (Xavier, 2010, p. 45), os jornais são, em contexto local, significativos de uma “consciência e de uma possibilidade de intervenção nas tomadas de decisão” (Serra, 1985, p. 1). O surgimento de alguns jornais nas Caldas da Rainha no final do século XIX condizia, aliás, com a expansão da vila e com a afirmação das elites locais (Xavier, 2010, p. 45). *O Círculo das Caldas*, *O Caldense*, ou *O Regionalista* foram alguns dos títulos publicados nas Caldas da Rainha ao longo deste período. Em comparação com Leiria, contudo, a imprensa local caldense surgiu com alguma demora: se na capital de distrito já circulava desde 1854 o *Leiriense*, a primeira publicação periódica caldense, a folha humorística *O Demócrito*, só seria impressa pela primeira vez em 1884 (Tavares, 1993, p. 121).

A 1 de outubro de 1925, saiu o número inaugural da *Gazeta das Caldas*. “Livre, em absoluto, de toda a política de partidarismos, [o jornal] procurará servir os interesses da região, chamando a si todas as ideias, venham de onde vierem, que concorram para o seu progresso incessante”<sup>22</sup> – era desta forma que se apresentava o novo jornal regionalista, assim identificado logo no cabeçalho. Independentemente da assunção de independência face à política, o periódico era confesso apoiante do grupo que vencera as eleições para a Câmara em 1924 (Serra, 1993, p. 444). Ora, este apoio não era surpreendente: dos seis nomes do corpo redatorial, dois eram membros da Comissão Executiva da Câmara, incluindo o seu Presidente, José Saudade e Silva (Serra, 1993, pp. 439-440)

O que tinha de especial a *Gazeta das Caldas* e o que a distinguiu dos restantes projetos jornalísticos caldenses? Acima de tudo, um regionalismo consequente, na medida em que as grandes bandeiras da elite que controlava os destinos das Caldas ganhavam expressão e força nas páginas do periódico. A *Gazeta* abraçou causas como a criação do Museu de Artes ou o

---

<sup>22</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1, de 1 de outubro de 1925, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/00001

levantamento de um monumento à Rainha D. Leonor (Serra, 1993, pp. 445-446). Quando, no final da década de 20, voltaram a crescer as tensões entre Câmara e Hospital, este último sob gestão do capitão Oliveira Franco, a *Gazeta* mostrou-se crítica da administração hospitalar, deixando claro de que lado estava (Serra, 1993, p. 445). Até meados da década de 30, o jornal cumpriu o seu propósito: o de ser “o porta-voz de todos os que amam esta região”, o que, na prática, significava estar ao serviço do grupo de jovens regionalistas que dirigia a cidade (Rodrigues, 1989, p. 21).

Luís Nuno Rodrigues (1989), como já mencionámos, realizou um sucinto resumo da vida da *Gazeta das Caldas* desde a sua fundação até ao fim do Estado Novo, dividindo-a em três fases distintas. A primeira é delimitada, conforme vimos acima, pelos seus primeiros 11 anos de vida. Contudo, com a consolidação do regime salazarista, o seu vínculo às elites locais foi ultrapassado pela ligação ao Estado Novo e tornou-se no órgão da União Nacional nas Caldas da Rainha. A 10 de março de 1938, António França Borges, o mais destacado membro da Legião Portuguesa local, assumiu a direção da *Gazeta*, sucedendo a Botelho Moniz. O seu programa editorial, nas palavras do próprio, era orientado “pela integridade, prestígio e felicidade de Portugal” e tinha como objetivo destacar “tudo quanto vise a reunir os portugueses numa única organização” (França Borges, 1938). Por esta altura, já o subtítulo do jornal havia mudado de ‘Jornal Regionalista’ para ‘Jornal Nacionalista’. A nova linha editorial não tinha reflexo somente no cabeçalho: a *Gazeta* procedeu à apologia de Salazar e do Estado Novo em detrimento da informação local e regional (Rodrigues, 1989, pp. 21-22). A relação entre o jornal e o Poder local, importa ressaltar, não se alterara: apesar de escassas, as menções a Júlio Lopes, então Presidente da Câmara, eram elogiosas, ou não fosse ele também o Presidente da Comissão Concelhia da UN. No entanto, a partir de meados de 1944, com Botelho Moniz de volta à direção, a chama nacionalista apagou-se aos poucos, o conteúdo tornou-se desinteressante e a periodicidade da publicação foi inconstante. Juntando a este fenómeno o período de crise económica, no contexto do pós-guerra, que atingiu o jornal, esta segunda fase culminou na interrupção da sua publicação durante 1946 (Rodrigues, 1989, p. 22).

Em 1948, era retomada a edição da *Gazeta*, inaugurando a terceira fase da sua vida, que se estendeu até 1974. Recuperou-se, neste período, a tradição regionalista dos primeiros anos e fortaleceu-se a ligação à elite local. Júlio Lopes assumiu o papel de diretor do jornal, abrindo uma época de equilíbrio entre o conteúdo regionalista e nacionalista. O lema pessoal do novo diretor – “Tudo pelas Caldas da Rainha, nada contra as Caldas da Rainha” (Soares, 2004, p. 91) – espelhava bem este espírito de carácter regionalista combinado com as máximas do Estado Novo. Luís Nuno Rodrigues sintetiza esta fase como a “combinação entre uma renovada tendência regionalista, idêntica à dos primeiros anos da sua vida, e um verniz nacionalista que continua a cobrir as páginas do jornal e que faz com que ele nunca abandone a fidelidade ao regime vigente” (1989, p. 22). É este cenário de “quase perfeita simbiose entre o jornal e a oligarquia local” (Rodrigues, 1989, p. 23) que vamos encontrar no período de análise da dissertação.

### **3. O mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva**

#### 3.1. Nomeação: controlo ou protocolo?

Fernando Pais de Almeida e Silva foi formalmente nomeado Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha no dia 31 de julho de 1952, por portaria assinada pelo Ministro do Interior que seria publicada em Diário do Governo a 6 de agosto do mesmo ano. Era o culminar de um período de nove meses em que o concelho caldense esteve sem Presidente da Câmara, após a exoneração de Augusto Saudade e Silva a 31 de outubro de 1951. As lides da cidade ficaram, entre a exoneração de Saudade e Silva e a nomeação de Almeida e Silva, entregues ao Vice-Presidente em funções, o Dr. Manuel de Melo Ferrari de Lis Teixeira de Almeida, diretor técnico do Hospital de Santo Isidoro.

Para se entenderem as razões que levaram Fernando Pais de Almeida e Silva à Câmara Municipal das Caldas da Rainha em 1952 – e, sobretudo, para se perceber se a sua nomeação foi a resposta do poder central a algum problema concreto das Caldas e da sua elite governante –, podemos começar por olhar para o que foram os mandatos dos seus antecessores e para o atribuído processo de substituição de Augusto Saudade e Silva, que deixou o lugar de Presidente da Câmara caldense desocupado por quase um ano.

Augusto Saudade e Silva, juiz de profissão, foi apenas o segundo Presidente da Câmara que Caldas da Rainha conheceu desde a entrada em vigor do Código Administrativo de 1936. A ele havia antecedido Júlio Lopes, nome que, como vimos no capítulo anterior, já detinha uma grande influência no concelho desde a década de 1920. A sua consagração chegou a 14 de dezembro de 1937, aquando da sua nomeação formal para Presidente da Câmara da terra que conseguira elevar a cidade dez anos antes. O seu mandato durou até finais de 1945, ou seja, durante quase uma década, supervisionando o município ao longo da II Guerra Mundial. Os efeitos do conflito internacional fizeram-se sentir nos derradeiros anos da sua estadia na liderança da Câmara.

Enquanto Presidente da Câmara, Júlio Lopes deu seguimento à linha de valorização da cidade, alicerçada nas suas características mais identitárias: a cultura e o termalismo. Nos primeiros anos do seu mandato, foram inaugurados o balneário da Convalescença (em agosto de 1939), o recém-remodelado Cine-Teatro Pinheiro Chagas (em novembro de 1939) e o novo edifício do Museu José Malhoa (em agosto de 1940). Para prosseguir com a sua política, Júlio Lopes contou com os membros da Comissão Administrativa anterior a 1937, que transitaram todos, por nomeação do Conselho Municipal, para a Câmara Municipal como vereadores: João Artur Botelho Moniz, Pedro Mesquita de Oliveira, José Paulo Rodrigues dos Santos e José da Silva Natário. José Saudade e Silva, Presidente das Caldas antes da entrada em vigor do novo Código Administrativo, encontrava-se no Conselho Municipal, enquanto representante da Delegação da Ordem

dos Advogados (Cândido, 1993, pp. 475-478). A elite caldense continuava, portanto, unida e devidamente instalada nas instâncias governativas do concelho.

O mandato de Júlio Lopes não esteve impermeável às políticas que o Estado Novo introduziu na primeira metade do século XX, designadamente ao nível da urbanização. Às obras de teor regional, acrescentaram-se melhoramentos na sede do concelho e nas freguesias rurais que condisseram perfeitamente com as linhas de intervenção do novo regime. Aquando da sua saída da Câmara Municipal, a *Gazeta das Caldas*, em transição da sua fase de jornal situacionista e nacionalista para uma linha editorial mais equilibrada entre o regionalismo e o nacionalismo, não se conteve na lista de obras realizadas pelo seu editor: edificação de cinco escolas nas freguesias rurais; construção de três novas estradas; pavimentação e abertura de inúmeras ruas e de marcos fontenários; e primeiros passos dados para a melhoria da canalização das águas e a eletrificação do município. A evolução dos orçamentos camarários (300 mil escudos em 1924 e cerca de 2200 contos em 1946) era precisamente o sinal de uma Câmara em crescimento e com cada vez mais encargos e projetos<sup>23</sup>. De fora das menções da *Gazeta*, ficaram ainda o início da construção do novo edifício dos CTT (Cândido, 1993, p. 476) ou os esforços empreendidos no abastecimento da cidade, para dar resposta à vinda dos refugiados da II Guerra para as Caldas (Pereira, 2017, pp. 70-73).

Mas os anos de Júlio Lopes à frente da Câmara Municipal não foram imunes a percalços. Alguns dos seus principais projetos não ficaram concluídos em quase uma década de mandato. Falamos dos planos de urbanização para as Caldas e para a Foz do Arelho, assinados pelo Arquiteto Paulino Montês, e do plano de urbanização do Borlão, zona de mercados para onde se planeava o novo centro administrativo da cidade. Quanto a este último, para a sua concretização era necessária a aquisição dos terrenos propriamente ditos, que pertenciam a César e Matilde Santana. A negociação havia tido início em 1939<sup>24</sup> mas não se veio a concretizar. Numa carta do próprio César Santana a Júlio Lopes, a 6 de outubro de 1944, é feita referência ao incumprimento dos “compromissos assumidos [pela Câmara] de compra e venda do Borlão”, pelo que o casal se considerava desobrigado a respeitar o contrato<sup>25</sup>. Não são claros quais os incumprimentos em questão, mas não será descabido afirmar que resultariam de problemas financeiros.

Com efeito, não eram desconhecidos do governo central os problemas financeiros da Câmara Municipal das Caldas da Rainha. Em maio de 1945, realizou-se uma visita de inspeção à situação financeira do município, a propósito da qual Júlio Lopes informou os seus vereadores de que “ficaram por satisfazer diversos encargos e compromissos da Câmara, em contrário do que era seu desejo”. Nessa mesma reunião, o Presidente justificou imediatamente não só a inspeção,

---

<sup>23</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 866, de 20 de janeiro de 1940, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/00866

<sup>24</sup> Apontamento de Júlio Lopes, datado de 1939, PT/APH/JL/CX2/726

<sup>25</sup> Carta de César Santana a Júlio Lopes, de 6 de outubro de 1944, PT/APH/JL/CX2/714

mas também como o estado das finanças caldenses: “isso foi devido a dificuldades orçamentais e financeiras provenientes do desequilíbrio verificado em consequência do conflito internacional”<sup>26</sup>.

Da mesma forma que os sucessos da Câmara das Caldas, como as importantes obras que se realizaram entre 1937 e 1946, não estavam desligados da política nacional que o Estado Novo desenvolvia por todo o país, também os seus problemas financeiros não eram uma particularidade caldense. O estado de carência económica da esmagadora maioria dos municípios portugueses (que dependiam fortemente das comparticipações do Estado para obras de competência camarária) foi um tópico discutido na Assembleia Nacional em 1947, pouco depois do final da II Guerra (Oliveira, 1996e, p. 311). A conjuntura em que Júlio Lopes presidiu à Câmara Municipal torna difícil medir com exatidão o seu real papel no rumo que a cidade tomou até meados da década de 1940. Se a *Gazeta*, sem surpresas, enalteceu a sua ação em prol das Caldas, o enquadramento do seu mandato na realidade nacional permite atestar que nem as suas políticas mais eficazes e bem-sucedidas foram excecionais; nem as dificuldades por que passou eram resultantes exclusivamente da sua administração.

Júlio Lopes saíria da Câmara Municipal, como já vimos mencionado por Almeida (2013a, p. 331), em 1946, após ter estado envolvido numa investigação sobre venda de azeite acima do preço tabelado. Concretamente, e segundo relatório da Comissão Reguladora de Comércio das Caldas da Rainha datado de julho de 1943<sup>27</sup>, a situação da venda do azeite foi resultado do problema de abastecimento da cidade, em março de 1943, que viria a ser agravado dois meses depois, quando o governo central decretou um regime de autoabastecimento em todo o país. Sem poder obter azeite dos distritos de onde geralmente o importava (Santarém, Coimbra e província do Alentejo), a Comissão Reguladora, presidida por Júlio Lopes, “furtando-se ao mal de fechar os olhos ao mercado ilícito e, por outro lado, coagida pela população a apresentar o produto, resolveu comprá-lo por preços superiores ao da lei, de forma a poder vendê-los por 9 escudos cada litro”. Júlio Lopes seria formalmente acusado pelo Tribunal Militar Especial em outubro de 1945 por crimes de especulação e comércio ilícito – acusação essa agravada pelo facto de o Presidente da Câmara das Caldas ser sócio de um armazém de azeites, a Fornecedora de Azeites, Limitada, que dava azo a inúmeras especulações. Tendo em conta que o acusado era Presidente de Câmara, o Tribunal necessitava de autorização do Ministro do Interior para aquele ser demandado

---

<sup>26</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 42, p. 68

<sup>27</sup> Relatório da Comissão Reguladora de Comércio das Caldas da Rainha, 11 de julho de 1943, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/578

criminalmente. O pedido foi feito a 26 de outubro de 1945<sup>28</sup> e, de seguida, reencaminhado pela Direção Geral de Administração Política e Civil para o Governador Civil de Leiria, a 2 de novembro<sup>29</sup>.

O então Governador Civil, Acácio Sampaio Correia de Paiva, interveio a favor de Júlio Lopes. Convencido da honestidade do acusado e mencionando que os factos ocorridos estavam já esquecidos nas Caldas da Rainha, Correia de Paiva julgou “justificar-se a concessão da garantia administrativa” e “não ser dada autorização para o Presidente da Câmara, Júlio Lopes, ser julgado pelos atos de que é acusado”<sup>30</sup>. Júlio Lopes suspiraria de alívio a 29 de novembro de 1945, quando o Ministro do Interior assinou uma portaria (publicada no dia seguinte no Diário do Governo n.º 280, Série II) que denegava autorização para o seu julgamento. Justificou o Ministro que a Comissão Reguladora havia, de facto, adquirido azeite acima do preço fixado, mas que o tinha feito numa “ocasião excecional” e sem “qualquer intuito lucrativo, mas apenas com o fim de assegurar o abastecimento da população”<sup>31</sup>. No decorrer de todo este processo, a *Gazeta* não publicou qualquer notícia sobre o assunto – um dado relevante, tendo em conta que era Lopes e Botelho Moniz quem dirigiam o semanário neste período.

Pouco mais de um mês depois, Júlio Lopes pediu a demissão do cargo de Presidente da Câmara das Caldas, a 31 de dezembro de 1945. A proposta de exoneração do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior, a 2 de janeiro de 1946<sup>32</sup>, era lacónica, não incluindo quaisquer detalhes sobre as razões do caldense para abandonar a presidência do seu concelho. O próprio Júlio Lopes não deixou lavrado nas atas das reuniões camarárias mais do que um agradecimento à colaboração dos funcionários e vereadores na última sessão a que presidiu, a 26 de dezembro de 1945<sup>33</sup>. Apesar de a sua exoneração só ter sido confirmada em Diário do Governo a 9 de fevereiro, o agora ex-Presidente não esteve em nenhuma das reuniões de janeiro, tendo estas ficado a cargo do Vice-Presidente, João Artur Botelho Moniz.

Sem que sejam, portanto, explícitas as razões que levaram ao seu pedido de exoneração, pelo desenrolar dos acontecimentos é possível avançar algumas hipóteses. Primeiramente, Júlio Lopes parece ter aguardado para que fosse formalmente ilibado do processo da venda de azeite, de modo que, quando saísse da Câmara Municipal, não fosse de imediato acusado. Em segundo lugar, a demissão deu-se muito pouco tempo depois da tomada de posse dos novos vereadores (a

---

<sup>28</sup> Ofício n.º 9820-T de 26 de outubro de 1945, do Presidente do Tribunal Militar Especial ao Chefe de Gabinete do Ministro do Interior, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/578

<sup>29</sup> Ofício n.º 92 N-4/22 de 2 de novembro de 1945, do Diretor Geral de Administração Política e Civil ao Governador Civil de Leiria, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/578

<sup>30</sup> Informação prestada pelo Governador Civil de Leiria, não datada (presumivelmente de inícios de novembro), PT/TT/MI-DGAPC/D/2/578

<sup>31</sup> Portaria assinada pelo Ministro do Interior a 29 de novembro de 1945, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/578

<sup>32</sup> Ofício n.º M/11 de 2 de janeiro de 1946, do Governador Civil de Leiria ao Diretor Geral de Administração Política e Civil, PT/TT/MI-DGAPC/E/3/313

<sup>33</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 43, p. 10

5 de dezembro) e da aprovação do orçamento ordinário para 1946 (a 26 de dezembro) – ou seja, depois de ter assegurado que eram homens da sua confiança<sup>34</sup> e um orçamento por si elaborado que comporiam o futuro próximo da Câmara. Em terceiro lugar, e essa é a hipótese lançada pela *Gazeta* de 20 de janeiro de 1946, Júlio Lopes comprometera-se em abandonar as lides do concelho somente quando pudesse deixar ao seu sucessor uma Câmara “desafogada de dívidas e capaz de viver à custa dos seus próprios recursos”<sup>35</sup>. Para o jornal, a sua saída representava, por isso, missão cumprida. Por fim, e tendo em conta a correspondência que enviava por esta altura, na qual não são raros os pedidos de desculpa pela demora em responder aos seus destinatários devido a doenças<sup>36</sup>, a demissão de Júlio Lopes parece ter sido devida, também, a questões de saúde do próprio, muito provavelmente agravadas pelas pressões e tensões que o cargo lhe trazia – ainda para mais na difícil conjuntura da II Guerra Mundial.

Sucedeu-lhe Augusto Saudade e Silva, então delegado do Procurador da República no 8.º Tribunal Civil de Lisboa, que foi nomeado pelo mesmo despacho que exonerava o seu antecessor, publicado em *Dário do Governo*, n.º 33, Série II, a 9 de fevereiro de 1946. A sua nomeação careceu igualmente de justificações explícitas por parte do Governador Civil ao Ministro do Interior.

O mandato de Augusto Saudade e Silva decorreu num contexto nacional mais favorável, mas viria a sofrer alguns abanões decorrentes da sua vida profissional e pessoal, e das ações da União Nacional local. Começemos pelo primeiro aspeto.

O que, porventura, mais claramente ilustra a melhoria da conjuntura, é a conclusão de alguns dos projetos mais importantes que Augusto Saudade e Silva herdara de Júlio Lopes. Entre eles, destacou-se a aquisição dos terrenos do Borlão. O processo, que havia sido retomado por Botelho Moniz, no mês de janeiro de 1946 durante o qual foi Presidente efetivo da Câmara<sup>37</sup>, avançou significativamente em março do mesmo ano, quando Matilde Santana pediu ao novo Presidente um valor para a compra dos terrenos<sup>38</sup>. As negociações ficaram concluídas a 26 de maio de 1948, data da aquisição do Borlão, cujo processo de urbanização arrancou finalmente em 1951 (Cândido, 1993, p. 480).

Ademais, Augusto Saudade e Silva viu, no seu mandato, ser criada a SECLA, Sociedade de Exportação e Cerâmica, Limitada, que iniciou as operações no primeiro dia de 1947 e veio trazer um novo dinamismo ao setor industrial cerâmico caldense. Em março do mesmo ano, era inaugurada a Casa de Saúde do Montepio. Na área das comunicações, introduziram-se, em

---

<sup>34</sup> A composição do corpo de vereadores era a seguinte: Bernardo Álvares da Costa, Eurico Bonifácio da Silva, Jaime Ferreira Neto, João Montês, João Vitorino Soares de Avelar e Manuel Carvalho Pontes (Cândido, 1993, p. 479).

<sup>35</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 866, de 20 de janeiro de 1946, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/00866

<sup>36</sup> Júlio Lopes comentaria com o seu filho, já em meados de 1951, que a doença se tratava de reumatismo (Carta de Júlio Lopes a Júlio Manoel Lopes, de 14 de agosto de 1951, PT/APH/JL/CX4/1924).

<sup>37</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 43, p. 13

<sup>38</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 43, p. 93

outubro de 1949, os telefones automáticos nas Caldas da Rainha. Em agosto de 1950, arrancaram as obras da nova Igreja, a primeira grande construção a tomar lugar nos recém-adquiridos terrenos do Borlão e que seria concluída em outubro do ano seguinte (Cândido, 1993, pp. 479-480). A tudo isto se acrescentava a continuidade de algumas políticas que Júlio Lopes tinha supervisionado, como são os casos da construção de mais edifícios escolares nas freguesias rurais, da reparação de algumas estradas, ou da eletrificação da Foz do Arelho – melhoramentos que a *Gazeta das Caldas* não deixou passar em branco quando noticiou que o Presidente da Câmara iria regressar às suas funções judiciais, em 1951<sup>39</sup>.

Outro dos sucessos de Augusto Saudade e Silva parece ter sido a contenção de alguma divisão política nas Caldas, sobretudo nas freguesias rurais. A essa capacidade aludiu o Governador Civil de Leiria, agora Afonso Eduardo Martins Zúquete, quando, em setembro de 1948, pediu ao Ministro do Interior que prorrogasse a comissão de serviço do Presidente, após este ter sido colocado como juiz na comarca de Vinhais<sup>40</sup>. Argumentou que Saudade e Silva “conseguiu uma unanimidade de ação que nunca teve paralelo”, um facto particularmente “sensível nos meios rurais daquele concelho”<sup>41</sup>. Recetivo aos argumentos do Governador Civil, o Ministério da Justiça autorizou que o seu funcionário continuasse a exercer o cargo de Presidente da Câmara das Caldas da Rainha em comissão de serviço, informação comunicada pelo Diretor Geral de Administração Política e Civil a Zúquete a 19 de outubro de 1948<sup>42</sup>. Por esta altura, já um novo Vice-Presidente havia tomado posse: o Tenente Luís Canejo Vilela, que prestava serviço no Regimento de Infantaria n.º 5, aquartelado nas Caldas, rendera Botelho Moniz em maio desse ano.

1948 foi também o ano da tomada de posse da nova Comissão Concelhia da União Nacional das Caldas da Rainha. Júlio Lopes era o seu Presidente, descontinuando a tradição, até aí em voga no concelho, que conferia a presidência da Comissão à mesma pessoa que presidia a Câmara Municipal. Não podemos concluir, contudo, que houve qualquer atrito entre Júlio Lopes e Augusto Saudade e Silva, pois a União Nacional caldense foi uma fiel aliada do juiz até ao fim do seu mandato. A permanência de Júlio Lopes na liderança da Comissão parece ter sido uma mera formalidade, permitindo que, mesmo já não sendo Presidente da Câmara, continuasse a ter uma posição importante na vida política da cidade. Acompanharam Júlio Lopes nesta Comissão Aníbal Rodrigues Dias Correia, como Vice-Presidente da mesma, e os vogais Carlos Manuel Saudade e Silva, Francisco Batista Carvalho, Rafael Isabel dos Santos, João Augusto Pereira e João

---

<sup>39</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1010, de 4 de novembro de 1951, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01010

<sup>40</sup> Ofício não numerado de 24 de setembro de 1948, do Governador Civil ao Chefe de Gabinete do Ministro do Interior, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/683

<sup>41</sup> Também a *Gazeta* fazia implícita referência à hábil ação congregadora do Presidente, que tornara “íntimas as relações dos povos das freguesias [rurais] com a cidade” (*Gazeta das Caldas* n.º 1010, de 4 de novembro de 1951, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01010).

<sup>42</sup> Ofício n.º 1 N-2/11 de 19 de outubro de 1948, do Diretor Geral de Administração Política e Civil ao Governador Civil de Leiria, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/683

Fernando de Sousa. De todos estes, Aníbal Correia e Carlos Saudade e Silva (filho de José Saudade e Silva) iriam ser protagonistas das tensões políticas da década de 1950 que se viveram nas Caldas da Rainha.

Para já, esta Comissão Concelhia da UN seria um agitado ator na segunda metade do mandato de Augusto Saudade e Silva. A 26 de julho de 1949, todos os seus membros apresentaram à Comissão Distrital de Leiria a demissão, criticando não só o partido centralmente, mas também localmente. As críticas de primeiro teor eram muito semelhantes às críticas que se faziam sentir, de forma geral, nos Congressos e Conferências da UN: a inoperância do partido; a inconsequência das promessas reformadoras do ex-Presidente da Comissão Executiva, Marcelo Caetano; e o recíproco alheamento dos órgãos internos à sua hierarquia. Os reparos subiam de tom, no entanto, quando a Comissão falava da sua homóloga Distrital. Para a organização demissionária, escasseavam apoio, auxílio e meios necessários ao desempenho das suas funções (designadamente para preparar as campanhas eleitorais); e de Leiria “só se ouve falar quando, em períodos eleitorais (...), os serviços dos componentes desta comissão se tornam necessários”. Como se não bastasse, sempre que a Comissão Concelhia recorria a “esta ou àquela autoridade para bem do interesse geral e local, ou se recebe negativa formal ou se não tem o gosto de registar qualquer resposta”<sup>43</sup>.

O assunto ficou resolvido em finais de setembro. Ruy Morais Vaz, Secretário-Geral da Comissão Central da União Nacional, comunicava ao vogal Carlos Saudade e Silva que Júlio Lopes se havia encontrado com o Governador Civil e o Presidente da Comissão Distrital da UN e concordara em continuar a assegurar o expediente normal da Comissão, cujo pedido de demissão, “dada a [sua] importância (...) e o conceito em que são tidos todos os seus componentes, muito preocupou o Governador Civil”<sup>44</sup>. Só a 30 de janeiro de 1950<sup>45</sup> voltou a ficar lavrada em ata uma nova reunião da Comissão Concelhia<sup>46</sup>, desta feita sem João Augusto Pereira Hilário e João Fernando de Sousa, cujos pedidos de demissão foram aceites. A reconstituição da equipa foi justificada pelo “interesse do concelho” e pela “necessidade de dar soluções aos problemas políticos e urgentes”. A reunião serviu ainda para deliberar três pontos: a atribuição a Júlio Lopes, Aníbal Correia e Carlos Saudade e Silva de “plenos poderes para exercerem as funções da Comissão”; a nomeação de Domingos Isidoro Santos Del-Rio como Secretário da organização; e a convocatório de uma reunião plenária, para a qual foi convidado o Presidente da Câmara

---

<sup>43</sup> Ata n.º 10, Registo de Atas da Comissão Concelhia da União Nacional das Caldas da Rainha, PT/TT/UN-L-A/2/1

<sup>44</sup> Ofício n.º 5264 de 20 de setembro de 1949, do Secretário-Geral da Comissão Central da União Nacional a Carlos Saudade e Silva, PT/TT/UN-A/A/9-137/1

<sup>45</sup> Ata n.º 11, Registo de Atas da Comissão Concelhia da União Nacional das Caldas da Rainha, PT/TT/UN-L-A/2/1

<sup>46</sup> Colocamos a questão nestes termos pois parece-nos que muitas reuniões informais da Comissão tomaram lugar sem terem ficado registadas em ata. Assim nos parece porque a cadência de reuniões em ata é muito inconstante e houve determinadas iniciativas da Comissão que não foram sequer discutidas, como o balanço do III Congresso da UN ou a receção a Henrique Tenreiro na Foz do Arelho em 1954.

Municipal – que esteve, de facto, presente na reunião seguinte, ocorrida duas semanas depois, a 11 de fevereiro<sup>47</sup>.

Mas o final de mandato de Augusto Saudade e Silva agitou novamente as águas da política local. No seguimento da exoneração do agora Capitão Luís Canejo Vilela da vice-presidência do concelho, em outubro de 1950, o Governador Civil de Leiria propôs, a 7 de abril de 1951, a nomeação de António Luís Pascoal Avelar do Couto, engenheiro agrónomo e vogal do Conselho Municipal, para o lugar deixado vago. Na mesma carta, Zúquete referia que “reconheceu-se a vantagem de substituir também o Presidente da Câmara”, pelo que propunha, para sua substituição, o nome de José de Siqueira, proprietário e vogal da Junta de Província da Estremadura, que já havia sido Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, entre abril de 1940 e julho de 1946. E se a nomeação do Vice-Presidente podia aguardar a respetiva autorização, era solicitada a nomeação imediata do Presidente<sup>48</sup>.

O Governador Civil não detalhou quais as vantagens da substituição de Augusto Saudade e Silva. Mas uma convulsiva reunião na sede da Comissão Concelhia a 11 de abril de 1951 (narrada em ata da Comissão no dia seguinte<sup>49</sup>) pode ajudar a explicar, em parte, o que levou ao pedido de substituição do Presidente da Câmara das Caldas. Os membros da UN local foram convocados breves horas antes para um encontro com o Governador Civil, os Secretário e Aspirante do Governo Civil, o Comandante Distrital da PSP, e o Chefe da PSP concelhia. Um elenco que, liderado por Zúquete, pretendia que a Comissão Concelhia “lhe respondesse ‘sim’ ou ‘não’” a uma “série de questões sobre a vida particular do Sr. Dr. Augusto Saudade e Silva”. Ademais, foi pedida a indicação de “nomes de pessoas do sexo feminino que [o Governador] apontou como amantes daquele senhor” e ainda de “amigos do mesmo com ele coniventes, que (...) favoreciam escândalo público” na cidade. Júlio Lopes tentou defender a honra de Saudade e Silva, desenvolvendo as suas respostas muito para lá dos pedidos ‘sim’ ou ‘não’ – a contragosto do Governador, que “mandou reduzir o auto apenas a parte das repostas dadas”.

A reunião sugere que o pedido de substituição estivesse associado a um escândalo causado pela vida extraconjugal do Presidente da Câmara. Sem desmentir o aludido caso, a Comissão Concelhia lavrou em ata de 12 de abril uma série de circunstâncias que deslegitimaria a

---

<sup>47</sup> A reunião serviu, essencialmente, para a Comissão Concelhia pedir ao Presidente da Câmara diversos melhoramentos para o concelho, em especial nas freguesias rurais. Augusto Saudade e Silva ofereceu explicações sobre o ponto de situação das várias obras reclamadas pela UN local, desde a reparação de estradas à construção de edifícios escolares (Ata n.º 12, Registo de Atas da Comissão Concelhia da União Nacional das Caldas da Rainha, PT/TT/UN-L-A/2/1). Um ano depois, a 3 de abril de 1951, a Comissão Concelhia deixava em ata um voto de louvor ao Presidente da Câmara, enaltecendo a forma cabal com que vinha exercendo o seu cargo, e destacando obras como a urbanização do Borlão ou a pavimentação de diversas ruas da cidade. No plano moral, não ficaram sem menção a integração das freguesias rurais “nos princípios da política atual” e a colaboração com todos os organismos e associações caldenses (Ata n.º 15, Registo de Atas da Comissão Concelhia da União Nacional das Caldas da Rainha, PT/TT/UN-L-A/2/1).

<sup>48</sup> Ofício não numerado de 7 de abril de 1951, do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/729

<sup>49</sup> Ata n.º 16, Registo de Atas da Comissão Concelhia da União Nacional das Caldas da Rainha, PT/TT/UN-L-A/2/1

informação apurada pelo Governador<sup>50</sup>. Adicionalmente, Júlio Lopes e Aníbal Correia dirigiram-se à Comissão Executiva da UN para apresentar os protestos sobre a situação e, mais uma vez, os membros do partido local decidiram cessar funções enquanto não estivesse solucionado o problema da permanência de Augusto Saudade e Silva nas lides do concelho.

A Comissão só voltou a reunir dois meses depois, a 14 de junho, numa sessão que contou com a presença de Augusto Saudade e Silva, ainda Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu a manifestação de solidariedade que a Comissão havia evidenciado para com ele<sup>51</sup>. José de Siqueira, de facto, não voltou a ser mencionado depois da sua proposta de nomeação – o Ministério do Interior confirmou a nomeação de António Avelar do Couto para a vice-presidência, mas não se pronunciou de forma alguma sobre o ex-Presidente de Óbidos. A intervenção de Júlio Lopes junto da Comissão Executiva da UN parece ter dado resultado. Para a continuação de Saudade e Silva no seu cargo, contudo, podem também ter pesado outros dois fatores. Primeiro, o facto de Avelar do Couto nunca ter chegado a tomar posse como Vice-Presidente, devido à “multiplicidade de trabalhos de que está encarregue” – assim justificou o Diretor-Geral dos Serviços Agrícolas quando, a 21 de agosto de 1951, pediu ao Ministro do Interior que o seu funcionário fosse dispensado das funções que nem chegara a iniciar na Câmara das Caldas<sup>52</sup>. E segundo, e talvez o aspeto mais importante, as eleições presidenciais a 22 de julho de 1951, provocadas pela morte de Óscar Carmona a 18 de abril. Este falecimento, precisamente no mês em que se desenrolavam as peripécias acima descritas, pode ter obrigado o Governador Civil a suspender o processo de substituição do magistrado, cujo papel na estabilidade política das freguesias rurais fora já tão elogiado. A Comissão Concelhia da UN, no seu relatório das eleições presidenciais, a 13 de setembro, aproveitou a deixa do ato eleitoral para mencionar a “completa e sólida união em volta do Presidente da Câmara” e a “perfeita e leal colaboração entre o Presidente da Comissão” e Saudade e Silva, dois fatores que, no entender dos partidários locais, “são a chave do futuro de Caldas da Rainha, sem a qual o concelho cai em crise quer política, quer administrativamente”<sup>53</sup>.

Mas o problema da liderança da Câmara das Caldas da Rainha estava longe de estar encerrado. E agravou-se quando Augusto Saudade e Silva pediu diretamente ao Ministério do Interior a demissão, a 31 de agosto de 1951<sup>54</sup>. O juiz apresentou como razão do seu pedido de dispensa

---

<sup>50</sup> Entre estas circunstâncias, destacam-se: o facto de o Governo Civil não possuir jurisdição sobre a UN; a convocatória da reunião ter sido feita “em termos imprecisos, de surpresa e sem comunicação prévia do fim a que se destinava”; e a presença do Chefe da PSP na reunião, pois a sua autoridade policial no concelho era precisamente o Presidente da Câmara, o que fazia da sua comparência uma “insubordinação” – situação esta que o próprio auto do Governador Civil deixava implícita, já que omitia a presença do referido Chefe (Ata n.º 16, Registo de Atas da Comissão Concelhia da União Nacional das Caldas da Rainha, PT/TT/UN-L-A/2/1).

<sup>51</sup> Ata n.º 17, Registo de Atas da Comissão Concelhia da União Nacional das Caldas da Rainha, PT/TT/UN-L-A/2/1

<sup>52</sup> Ofício não numerado de 21 de agosto de 1951, do Diretor-Geral dos Serviços Agrícolas do Ministério da Economia ao Ministério do Interior, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/792

<sup>53</sup> Ata n.º 18, Registo de Atas da Comissão Concelhia da União Nacional das Caldas da Rainha, PT/TT/UN-L-A/2/1

<sup>54</sup> Ofício não numerado de 31 de agosto de 1951, do Presidente da Câmara das Caldas da Rainha ao Ministro do Interior, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/792

a vontade de voltar a exercer funções judiciais. A 18 de setembro, em carta ao Ministério do Interior, o novo Governador Civil de Leiria, João Ferreira Dias Moreira, evocou justamente o concurso judicial que iria abrir em outubro para propor a exoneração de Saudade e Silva, pois se essa não lhe fosse “concedida oportunamente, não será colocado em situação legal de aproveitar o referido movimento”<sup>55</sup>. O processo alastrou-se até finais de outubro, contudo. Para isso contribuiu o adiamento do movimento judicial para inícios de novembro, o que permitiu ao Presidente da Câmara permanecer mais um mês em funções; mas pesou também a demora da União Nacional em propor ao Governador Civil novos nomes para o cargo. Dias Moreira, a 27 de outubro, e face às dificuldades sentidas, pedia inclusivamente autorização ao Ministro do Interior para nomear diretamente<sup>56</sup> o Presidente da Câmara Municipal.

A Comissão Concelhia da UN só se reuniu a 3 de novembro de 1951 para decidir quais os nomes a sugerir a Dias Moreira, indicando João Artur Botelho Moniz; José Artur Pereira Martins Marques, delegado do Procurador da República em Portimão; e o Major Justino Moreira, oficial do exército. Nesta altura, já Augusto Saudade e Silva havia sido exonerado (por portaria, a 31 de outubro) e, no dia anterior, o Governador Civil propusera ao Ministro do Interior o nome de Manuel Ferrari de Almeida para o cargo de Vice-Presidente<sup>57</sup>, formalmente nomeado por portaria assinada no dia 5 de novembro. Quanto aos nomes propostos pela UN local, Dias Moreira parece não lhes ter dado qualquer importância, já que não os fez chegar ao Ministério do Interior. Era o início de nove longos meses sem presidência da Câmara Municipal caldense.

Só a partir de março de 1952 voltava a haver avanços no processo de nomeação de um novo Presidente de Câmara. A 22 de março, a Comissão Concelhia da UN oficiou a Comissão Distrital, solicitando a urgente nomeação de um novo magistrado administrativo<sup>58</sup>. Por esta altura, o Governador Civil também tomava as primeiras iniciativas no sentido de resolver o imbróglio, convidando, primeiro, e mais uma vez, Manuel Ferrari de Almeida a subir um degrau na hierarquia camarária; e, seguidamente, Aníbal Correia. Ambos recusaram<sup>59</sup>. A 28 de maio, Dias Moreira dirigiu-se à Comissão Distrital da UN com meia dúzia de nomes, pedindo parecer sobre eles: Major Artur de Almeida Cabaço, na situação de reserva; Engenheiro António Sales Henriques,

---

<sup>55</sup> Ofício não numerado de 18 de setembro de 1951, do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/792

<sup>56</sup> A nomeação direta do Presidente da Câmara por parte do Governador Civil – isto é, sem passar pelo processo de reunir sugestões dos órgãos locais, de fazer uma proposta ao Ministério do Interior e de aguardar autorização do Ministério do qual o nomeado era funcionário – era de facto prevista pelo §2.º do art.º 36.º do Código Administrativo. Tratava-se de uma medida provisória excepcional para colmatar as faltas ou impedimentos simultâneos dos Presidentes e do Vice-Presidentes.

<sup>57</sup> Ferrari Almeida era a pessoa que o Governador Civil queria ter designado diretamente para Presidente da Câmara em finais de outubro. A mudança do cargo para o qual o diretor hospitalar era nomeado parece dever-se à falta de vontade do próprio, que aceitou o posto apenas “até ao provimento do cargo de Presidente”, para que a sua profissão não saísse prejudicada (carta do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior, 2 de novembro de 1951, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/792).

<sup>58</sup> Ata n.º 23, Registo de Atas da Comissão Concelhia da União Nacional das Caldas da Rainha, PT/TT/UN-L-A/2/1

<sup>59</sup> Ofício não numerado de 10 de julho de 1952, do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/837

diretor dos Serviços de Construção da Junta Autónoma das Estradas; Major Ambrósio Caminata, na situação de reserva; Dr. Leonel de Parma Cardoso, funcionário das alfândegas; Dr. João Vieira Pereira, médico radiologista; e, por fim, D. Fernando Pais de Almeida e Silva, Conservador dos Monumentos do Distrito de Leiria. De todos estes, só Almeida e Silva não tinha qualquer ligação às Caldas, já que os restantes ou residiam, ou haviam nascido no concelho.

A Comissão Distrital reencaminhou os nomes para a Comissão Concelhia caldense, que indicou, a 14 de junho, os seus prediletos: António Sales Henriques e Leonel de Parma Cardoso, aos quais voltava a acrescentar a proposta de João Artur Botelho Moniz. A elite local fez ainda saber que João Vieira Pereira, Ambrósio Caminata e Artur de Almeida Cabaço eram “moral e politicamente idóneos para o exercício das funções em referência”. Apenas Fernando Pais de Almeida e Silva merecia advertência: “embora conheçamos as altas qualidades que reúnem na [sua] pessoa (...), o facto de não ser natural nem residente neste concelho e de a ele não estar ligado por quaisquer laços, leva-nos a não considerar politicamente aconselhável a sua nomeação”<sup>60</sup>. A Comissão Distrital foi, num primeiro momento, sensível às preferências dos partidários caldenses: pediu autorização ao Ministério das Obras Públicas para que fosse concedida a comissão de serviço a Sales Henriques, mas esta foi-lhe negada; e inquiriu Parma Cardoso e Vieira Pereira, mas ambos recusaram o cargo por dele “não resultarem vantagens financeiras”. Porém, chegado aos nomes restantes, foram desconsiderados Botelho Moniz, por não estar “em situação de ser convidado”<sup>61</sup>; e os majores, pela reticência do Governador Civil em nomear elementos militares<sup>62</sup>.

Sobrava, deste modo, o nome de Fernando Pais de Almeida e Silva. No entender do Governador Civil, tratava-se de alguém que, “pelo seu elevado nível de cultura e desembaraço, experiência de vida (...), pelo seu nacionalismo, pelo conhecimento que tem do concelho das Caldas, não obstante não ter lá residido, pelo seu temperamento vivo e trabalhador, está perfeitamente à altura dessas funções”. Dias Moreira desvalorizava, perante o Ministro do Interior, as razões por detrás da recusa da Comissão Concelhia da UN. Para ele, o facto de Almeida e Silva não ser “nado e criado” nas Caldas era um aspeto de valor muito discutível, e “sem interesse prático quando se esgotaram dentro da lista civil todas as indicações pela União Nacional”. O critério de

---

<sup>60</sup> Ofício da Comissão Concelhia das Caldas da Rainha da União Nacional à Comissão Distrital de Leiria da União Nacional, citado na carta do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior a 10 de julho de 1952, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/837

<sup>61</sup> João Artur Botelho Moniz encontrava-se, por esta altura, envolvido num insólito processo, que envolvia a Misericórdia local e uma “pessoa de anormal conformação mental e moral”, nas palavras da Comissão Concelhia da UN. Estavam em causa 100 mil escudos que haviam sido doados a Botelho Moniz por essa pessoa, que, entretanto, mudara de ideias e tentava, naquele momento, reavê-los, pedindo o auxílio da Misericórdia para tal. Assim era exposta (e justificada) a situação pelos membros da UN caldense, aquando da insistência no nome de Botelho Moniz para a presidência da Câmara (ofício da Comissão Concelhia das Caldas da Rainha da União Nacional à Comissão Distrital de Leiria da União Nacional, citado na carta do Governador Civil ao Ministro do Interior a 10 de julho de 1952, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/837).

<sup>62</sup> Ofício não numerado de 10 de julho de 1952, do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/837

naturalidade ou residência no concelho era, de acordo com o Governador, insuficiente<sup>63</sup>. Assim, nomeou formalmente Fernando Pais de Almeida e Silva para o cargo. A Direção-Geral da Fazenda Pública do Ministério das Finanças autorizou a nomeação a 25 de julho<sup>64</sup> e, a 6 de agosto, era publicada em Diário do Governo, n.º 185 Série II, a nomeação oficial.

Fernando Pais de Almeida e Silva, como acabámos de observar, foi apenas a sexta escolha para o cargo, após as anteriores cinco indicações, mais ao gosto da elite local, terem recusado o convite pelas mais diversas razões. O currículo do agora Presidente, no entanto, fazia lembrar, em alguns pontos, o de José Siqueira, o nome proposto em abril de 1951 para substituir Augusto Saudade e Silva. Ambos não residentes nem naturais da cidade à qual foram chamados a presidir, ambos ligados ao setor cultural<sup>65</sup>, ambos de famílias nobiliárquicas<sup>66</sup>, ambos com ligação política ao distrito por via de concelhos com um histórico de rivalidade com as Caldas da Rainha, Óbidos e Leiria<sup>67</sup>. E também a proposta de Siqueira foi, na altura, alvo de crítica da UN caldense, que, por entre a defesa de Augusto Saudade e Silva, ainda teve tempo de assinalar a alogénica origem do nomeado<sup>68</sup>.

Mas, de igual modo, o novo Presidente das Caldas da Rainha tinha algo em comum com os outros nomes propostos para ocupar o cargo. Todos representavam um corte com os perfis dos anteriores presidentes, que haviam sido, até aí, um advogado (José Saudade e Silva), um comerciante (Júlio Lopes) e um juiz (Augusto Saudade e Silva). E, em certa medida, vinham responder a algumas situações prementes da cidade. De uma assentada, foram propostos um funcionário ligado ao setor das obras, uma escolha insuspeita dados os processos de urbanização a decorrer no concelho; um médico, o que não era de estranhar numa terra conhecida pelo setor termal (já por duas ocasiões o Governador tentara nomear o Dr. Ferrari de Almeida); um empregado alfandegário, cujas razões de nomeação se explicariam mais pela sua proximidade ao setor artístico caldense (Soares, 2004, pp. 94-97); e dois majores, porventura indicados para supervisionarem a conclusão das obras do novo quartel das Caldas, que ficou concluído em 1953. Politicamente, todos os homens propostos partilhavam, ademais, o facto de não terem ligação com anteriores

---

<sup>63</sup> Ofício não numerado de 10 de julho de 1952, do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/837

<sup>64</sup> Ofício n.º 10152 de 25 de julho de 1952, do Diretor Geral da Fazenda Pública do Ministério das Finanças ao Diretor Geral da Administração Pública e Civil, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/837

<sup>65</sup> José de Siqueira, enquanto vogal da Junta da Província da Estremadura, teve o pelouro da Cultura e foi nesse âmbito que, aliás, esteve envolvido nas obras de remodelação do Museu José Malhoa na década de 1940 (Siqueira, 1954, pp. 13-14). Fernando Pais de Almeida e Silva, para além do já referido cargo de Conservador dos Monumentos do distrito leiriense, fora também Conservador do Palácio Nacional de Mafra e Paleólogo da Câmara Municipal de Lisboa. Foi nessa condição que deixou, na década de 1940, alguma obra escrita, como um pequeno livro sobre a ligação do Papa João XXI e Mafra (1943) e um artigo dividido por três números do boletim *Olisipo*, publicados em abril, julho e outubro de 1942.

<sup>66</sup> José de Siqueira era conde de S. Martinho; Almeida e Silva era irmão do Conde de Oliveira dos Arcos.

<sup>67</sup> Já vimos que Siqueira havia sido Presidente da Câmara de Óbidos entre 1940 e 1946. Já Almeida e Silva chegou a Leiria em 1950 para ser vereador da Câmara Municipal, o que representou uma inovação num corpo camarário que, até aí, era dominado, sobretudo, por industriais e comerciantes (Sousa, 2013, p. 206).

<sup>68</sup> Ofício não numerado de 7 de abril de 1951, do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior, PT/TT/MI-DGAPC/D/2/792

executivos camarários, menos ainda com as forças vivas que detinham o poder da cidade desde a década de 1920.

Com 47 anos, Fernando Pais de Almeida e Silva era nomeado Presidente da Câmara das Caldas da Rainha, ao que parece, não como uma provocação direta à elite caldense, mas como resultado de ter sido insuficiente o seu critério de seleção, que se esgotou após cinco recusas (sete, se contarmos as de Ferrari de Almeida e Aníbal Correia). Todavia, o seu perfil condizia com o das anteriores hipóteses para o cargo, e sugeria uma vontade implícita do poder central e distrital em variar a liderança da Câmara, quer profissional, quer politicamente. Almeida e Silva representava, pois, mais do que uma nomeação protocolar; antes exprimia uma tentativa de trazer alguma mudança ao município, através de alguém menos próximo da (e menos influenciado pela) elite caldense. No recém-nomeado edil eram confiados os destinos de um concelho que passou nove meses sem liderança e que, não obstante a muita obra deixada pelos antecessores, tinha muitos projetos por concluir e outros tantos problemas por resolver.

O novo Presidente herdava uma cidade que, desde o início do Estado Novo, e sobretudo nos mandatos de Júlio Lopes e Augusto Saudade e Silva, evidenciou uma evolução significativa. Foi o próprio Almeida e Silva (1953, pp. 746-747) que fez o resumo dessas evoluções: mais que quadruplicaram o número de povoações satisfatoriamente abastecidas de água entre 1928 e 1953 (de 12 para 53); fizeram-se importantes obras na rede de saneamento; alargou-se a rede de distribuição de energia elétrica na cidade e na freguesia da Foz do Arelho; e aproximaram-se as freguesias rurais da sede do concelho através da construção e reconstrução de estradas e caminhos vicinais.

Mas nem tudo era positivo. Em comparação com Leiria e Alcobaça, o número de obras era, como já vimos no capítulo anterior, reduzido. E a monografia sanitária das Caldas da Rainha, escrita por António Sampaio Madahil em 1956, denunciava problemas persistentes. Nas freguesias rurais, por exemplo, e apesar dos melhoramentos que aí se haviam feito, persistiam as parcas condições higiénicas da população, que, sem dispositivos de escoamento, faziam “os dejetos e os despejos (...) para a rua” (p. 76). Na cidade, a grande quantidade de pátios ainda existentes levava a que se aglomerassem “montes de estrume destes animais [burros], que se espalha pelas ruas” (p. 78). E se era verdade que, por um lado, muitas novas ruas e estradas haviam sido construídas; por outro, eram patentes nas mais antigas a falta de esgotos e macadame (pp. 79-83). Quanto às escolas caldenses, o autor apontou a deficiência das instalações das mesmas, “quer nas salas de aula, quer nos serviços sanitários” (p. 134). No plano social, Madahil não deixava sem menção “os mendigos e sobretudo os grupos de garotos andrajosos [que] cercam automóveis e camionetas de excursionistas” (p. 168); as discrepâncias na qualidade de vida entre a classe restrita

privilegiada e o resto dos habitantes (pp. 205-206); e os problemas de alcoolismo e de tuberculose como fatores de “depauperamento da população” (p. 207).

Na exposição das deficiências da cidade, Madahil fez por várias vezes referência à vontade e à intervenção da Câmara na sua resolução. De seguida, veremos em que consistiu em concreto essa ação no mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva.

### 3.2. Resumo do mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva

Fernando Pais de Almeida e Silva presidiu à Câmara Municipal das Caldas da Rainha durante oito anos e com três corpos de vereação diferentes. Entre 1952 e 1954, contou com o executivo camarário que havia sido nomeado em 1950, ainda durante a presidência de Augusto Saudade e Silva; entre 1955 e 1959, governou com um conjunto de vereadores por si escolhidos; e disfrutou dos seus últimos meses de mandato, em 1960, com uma nova equipa, que, como veremos, parece ter sido composta já a pensar na sua não continuação no cargo. Podemos, com isto em conta, dividir a sua ação política nas Caldas em três frases, consoante os três diferentes executivos.

O primeiro corpo de vereadores que Almeida e Silva encontrou era composto por Bernardo Álvaro da Costa, Capitão João Vitorino Soares d'Avelar, José Lalanda Ribeiro, João da Silva Natário, Paulino Montês<sup>69</sup> e José Eduardo Abrantes. Herdando a equipa do seu antecessor, o novo Presidente deu continuidade à linha que os anteriores vinham traçando desde sensivelmente o início do Estado Novo. Nos primeiros dois anos e meio do seu mandato, foram poucas as inovações que introduziu na política camarária que se desenhava há quase duas décadas. Tendo em consideração a indiscreta insatisfação da elite local face à sua nomeação, esta opção revelou alguma cautela e sensibilidade por parte de Almeida e Silva, enquanto teve ao seu redor os vereadores de Saudade e Silva. O próprio Presidente abordou, nas duas primeiras sessões a que presidiu, o elefante na sala. A 20 de agosto, afirmou que se considerava “um caldense disposto a trabalhar pelo concelho”<sup>70</sup> e, no dia seguinte, em reunião extraordinária, agradeceu, “como filho adotivo das Caldas”, o acolhimento dos vereadores<sup>71</sup>. Em abril de 1953, mostrou desconforto por a ele, “um caldense de recente data”, ter cabido a “honrosa mas dura missão” de entregar um estandarte à Banda Comércio e Indústria<sup>72</sup>.

---

<sup>69</sup> Este Paulino Montês era o diretor do Museu Joaquim Alves e não o Arquiteto Paulino Montês que já mencionámos em capítulos anteriores. Tendo em conta que o segundo continuou a ser um nome presente em alguns aspetos da urbanização do concelho, será doravante referido como Arquiteto Paulino Montês, para que não se confunda com o seu homónimo vereador.

<sup>70</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 47, p. 99

<sup>71</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 48, p. 2

<sup>72</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 48, pp. 72-73

Nesta primeira fase de governação, o “filho adotivo das Caldas” dedicou as suas atenções à urbanização da sede de concelho e ao desenvolvimento das freguesias rurais. Isso foi particularmente visível na frequência com que se discutiram nas reuniões da Câmara aspetos relacionados com trânsito, iluminação pública e melhoramentos de ruas – sobretudo o alargamento da Rua de Camões –, no caso da cidade; e as menções a escolas e estradas nas zonas rurais. O ponto de situação feito a 8 de julho de 1953 acerca dos projetos enviados à Direção de Urbanização de Leiria era igualmente clarividente: elencaram-se um total de seis estradas ou caminhos municipais que ligariam não só a cidade às freguesias rurais, mas também as sedes destas últimas às dispersas povoações que continham nas suas jurisdições<sup>73</sup>. E, como não poderia deixar de ser, a urbanização do Borlão mereceu de igual modo cuidados da Câmara, que, em janeiro de 1954, começou os estudos necessários para proceder à venda do terreno por talhões<sup>74</sup>, um importante passo para que se concretizasse, a médio prazo, a transformação da cerca no novo centro administrativo concelhio. Para os anos seguintes, designadamente 1955 e 1956, a Câmara garantiu ainda, através do Plano de Melhoramentos Urbanos, 120 mil escudos em participações do Estado para arruamentos no Borlão<sup>75</sup>. A urbanização deste espaço acabaria mesmo por se tornar a “marca mais significativa e duradoura que, desse tempo, nos ficou na cidade” (Baptista, 1993, p. 34).

Não menos importante, bem pelo contrário, para o avanço na urbanização do Borlão foi a confirmação da construção de um Tribunal nesse espaço. A obra não era uma novidade – já estava prevista no Plano de Urbanização das Caldas delineado pelo Arquiteto Paulino Montês em 1928 (cit.in Oliveira, 2016, p. IX-XI). Mas foi com Fernando Pais de Almeida e Silva que se tornou possível dar início à sua construção. As diligências para a construção do Palácio da Justiça, como foi denominado, foram encetadas logo em outubro de 1952<sup>76</sup> mas só tiveram avanços significativos no início de 1954, precisamente no momento em que a Câmara decidiu dar início à venda das várias parcelas do terreno do Borlão. A 11 de março, o Presidente dirigiu-se pessoalmente a Lisboa para tratar do assunto e, a 20 de julho, por fim, o Ministério da Justiça concedeu um subsídio de quatro mil contos à Câmara Municipal para a construção do novo edifício<sup>77</sup>. No voto de louvor proposto pelo vereador Paulino Montês a Almeida e Silva, na reunião de 27 de julho, incluiu-se também um cumprimento especial ao juiz Augusto Pais de Almeida e Silva, irmão de Fernando Pais, pela “valiosa interferência do mesmo para se conseguir tão importante melhoramento”<sup>78</sup>. A edificação do Palácio da Justiça evidenciou, pois, a capacidade do novo Presidente em negociar com o poder central melhoramentos na ‘sua’ cidade – beneficiando, neste caso concreto, das suas favoráveis relações familiares.

---

<sup>73</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 48, p. 95

<sup>74</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 49, p. 45

<sup>75</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 49, p. 62

<sup>76</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 48, p. 26

<sup>77</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 49, p. 93

<sup>78</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 49, p. 95

Outra importante obra iniciada nesta primeira fase de mandato foi a construção de uma estação elevatória de águas no Amial, na freguesia de Alvorninha, que representava um inequívoco progresso no abastecimento de águas no concelho. O concurso para a empreitada da construção foi lançado em finais de setembro de 1952 e, ao longo de 1953, foram abertos novos concursos para fornecimento de material elétrico para o local.

Quando, a 5 de dezembro de 1954, se deu a sessão de verificação de poderes e de nomeação de novos vereadores, Fernando Pais de Almeida e Silva contava com dois anos e meio de mandato tranquilos, ao longo dos quais conseguiu prosseguir a obra dos seus antecessores. O arranque das construções de um novo Tribunal e da estação elevatória de águas no Amial, iniciativas por si iniciadas e desenvolvidas, não estavam desligadas da lógica de urbanização da sede do concelho e de melhoramento da vida dos seus habitantes – neste caso, no que ao abastecimento de água dizia respeito – preconizada por Júlio Lopes e Augusto Saudade e Silva, nos seus contextos específicos e com os meios de que cada um dispôs nos seus mandatos. O novo Presidente parecia, portanto, disposto a elevar a um outro patamar o rumo traçado pelos anteriores executivos.

Talvez por isso – ou, novamente, para não ferir as suscetibilidades dos ilustres locais – optou por reconduzir metade dos vereadores com quem vinha trabalhando desde 1952. Foram eles José da Silva Natário, Paulino Montês e José Lalanda Ribeiro. As escolhas não foram justificadas pelo Presidente, mas, pela leitura das atas das reuniões da Câmara entre 1952 e 1954, é fácil detetar a maior atividade e intervenção deste trio renomeado. Um dinamismo essencial para os planos de Almeida e Silva, que, para além das já mencionadas obras, apresentou novos e ambiciosos projetos no final de 1954: a construção de uma nova cantina escolar (16 de novembro<sup>79</sup>), a construção de um mercado fechado (23 de novembro<sup>80</sup>) e a eletrificação das freguesias rurais (9 de dezembro<sup>81</sup>). A nova equipa de vereadores completou-se com a nomeação de Amílcar Antunes de Castro, César Lourenço e Artur da Conceição Capristano. Destes três, dispomos de mais informações sobre os dois últimos: César Lourenço era Presidente da Direção do Grémio do Comércio das Caldas da Rainha; e Artur Capristano era membro de uma poderosa família local ligada ao setor dos transportes. Com estas entradas na vereação, passava a haver maior peso do setor comercial urbano na Câmara Municipal.

Fernando Pais de Almeida e Silva iniciou, portanto, o ano de 1955 com novas caras na sua equipa camarária e não perdeu tempo a levar avante os seus projetos. A 18 de janeiro, a Câmara pediu participação para a eletrificação das freguesias de Santa Catarina, Serra do Bouro,

---

<sup>79</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 28

<sup>80</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, pp. 32-33

<sup>81</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 37

Salir de Matos e Couto<sup>82</sup> e, a 15 de fevereiro, assinou um novo contrato com a Sociedade Elétrica do Oeste (SEOL), que resolveu algumas das divergências entre a empresa e o município<sup>83</sup>. Em meados de janeiro, foi aprovada a construção de instalações próprias para a desinfecção de águas no Amial e convidado o Arquiteto Paulino Montês a vir às Caldas da Rainha para estudar a localização do novo mercado fechado. Na reunião de 29 de março, o Presidente comunicou ainda o início das obras da nova Cantina Escolar da cidade. De entre as muitas iniciativas, a que teve mais rápida conclusão foi estação elevatória de águas do Amial. Foi inaugurada às 17h de dia 5 de maio de 1955, por decisão do Ministro das Obras Públicas, que, por se tratar do Dia Mundial da Saúde, determinou que por todo o país se inaugurariam obras relativas ao abastecimento de água<sup>84</sup>.

Mas o primeiro semestre de 1955 trouxe também as primeiras quezílias com a elite local. A cinco dias da sua realização, a Câmara colocou-se à margem da organização das festas da cidade, o tradicional 15 de maio, dia da abertura da época termal. A justificação? As festividades de 1953 e 1954 “não atingiram grande mérito” de acordo com a imprensa local e, por isso, o Presidente optou por “não sujeita[r] a Câmara e a Comissão Municipal do Turismo a mais um possível fracasso”<sup>85</sup>. Almeida e Silva quis “ver como é que se faziam as festas nas Caldas antes de 1953 para ver se têm mais mérito”. Contudo, o anúncio feito a tão escassos dias do 15 de maio não permitiu que qualquer organização ou associação tivesse tempo suficiente para planear as festas. A *Gazeta das Caldas* de 24 de maio lamentou, logo na primeira página, o facto de não ter sequer havido “iluminação diferente da habitual” ou “festejos de carácter popular (...) capazes de aqui [à cidade] chamar o povo das aldeias do concelho”<sup>86</sup>. Uns dias antes, a 17 de maio, o Presidente já se havia dirigido aos seus vereadores, dizendo que “não viu festas algumas e por isso convenceu-se que as festas caseiras organizadas pela Comissão de Turismo ainda é o caminho a seguir”<sup>87</sup>.

Sobre este episódio em concreto e subsequentes haverá espaço para falar nos próximos capítulos do presente trabalho. Mas valeu a pena mencioná-lo já, pois deixa claro o rumo que Fernando Pais de Almeida e Silva começou a tomar nesta fase: a prioridade não eram festividades concelhias, tão valorizadas pela orgulhosa elite local; mas sim os melhoramentos do concelho, devidamente integrados na política do Estado Novo. Maio de 1955 não foi o mês dos festejos municipais, dos quais a Câmara se desresponsabilizou. Foi o mês da inauguração da estação elevatória de águas do Amial, inauguração essa num dia determinado centralmente, sem qualquer significado de maior para a cidade.

---

<sup>82</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 59

<sup>83</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 69

<sup>84</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 105

<sup>85</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, pp. 111-112

<sup>86</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1197, de 24 de maio de 1955, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01197

<sup>87</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 117

Até ao final do ano, o executivo camarário procedeu à abertura de praças para venda de talhões no Borlão – um processo que se arrastou durante o verão sem grande sucesso, por falta de interessados nas parcelas do terreno. Maiores avanços registaram as obras do Tribunal, que foram inclusivamente visitadas pelo Ministro da Justiça, em agosto. Já no plano da eletrificação, o Presidente garantiu, em outubro, a comparticipação do Estado para a eletrificação da freguesia da Tornada, o que permitiu abrir o concurso para o fornecimento de material elétrico para a dita obra. Ademais, no segundo semestre de 1955 teve início uma importante mas atribulada obra, que se iria arrastar até ao final do mandato de Almeida e Silva: a construção de um novo edifício para a Escola Industrial e Comercial. A nova escola estava prevista apenas para 1961, mas o Presidente, em conjunto com a comissão responsável pela construção (onde se inseria Júlio Lopes), começou de imediato a procurar um terreno para a mesma. Foi nesse âmbito que, em julho, a Câmara pediu à Junta para Construção de Escolas Técnicas e Secundárias que fosse dada prioridade à construção do edifício nas Caldas<sup>88</sup>; e que, a 27 de outubro, recebeu a visita de um representante do Ministério das Obras Públicas para se tratar do local destinado à obra<sup>89</sup>.

1955 não chegaria ao fim, todavia, sem mais dois reveses para o Presidente da Câmara: um a nível pessoal, e outro a nível político. A 25 de outubro, deu entrada no Montepio para uma operação cirúrgica, que o afastou das reuniões camarárias durante quase um mês<sup>90</sup>. Paralelamente, o Conselho Municipal interferiu, pela primeira vez no mandato de Almeida e Silva, no orçamento da Câmara. Não é inteiramente claro o grau de interferência do Conselho: a *Gazeta* falou, a 18 de outubro, na rejeição das bases do orçamento e de um parecer “só em parte favorável” ao plano de atividades para 1956<sup>91</sup>; mas o Presidente, nessa mesma semana, comunicou aos seus vereadores que todos os pontos tinham sido aprovados “com ligeiros aditamentos e alterações” propostos pelo órgão fiscalizador<sup>92</sup>. Com efeito, a Câmara não discutiu novamente a questão do orçamento nas suas reuniões, pelo que se dá a entender que este fora, de facto, aprovado. Mas, até aí, todos os planos de orçamento e de atividades eram aprovados sem mudanças sugeridas pelo Conselho Municipal, pelo que a mera menção a “ligeiros aditamentos e alterações” deixava implícita uma menor disponibilidade deste organismo para apreciar favorável e automaticamente a ação do Presidente.

Não é, pois, de estranhar que, em fevereiro do ano seguinte, o Presidente tenha anunciado ao seu executivo que o Conselho Municipal havia aprovado um voto de louvor à Câmara pelas obras realizadas em 1955, com especial apreço pelo “novo contrato entre a Câmara e a SEOL” e pela “construção da nova Central Elevatória do Amial”<sup>93</sup>. Era crucial passar a imagem de um

---

<sup>88</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 150

<sup>89</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 182

<sup>90</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 182

<sup>91</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1218, de 18 de outubro de 1955, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01218

<sup>92</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, pp. 175-176

<sup>93</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 18

Conselho Municipal fiel ao Presidente, especialmente depois do episódio que acabámos de abordar. E era reveladora a origem do voto de louvor: fora proposto por Aníbal Correia, que, dois meses depois, assumiu a presidência da Comissão Concelhia da União Nacional<sup>94</sup>. A elite local parecia estar numa fase de reconfiguração.

O ano de 1956, efetivamente, começou de feição a Fernando Pais de Almeida e Silva. Para além da assinatura de um novo contrato com a SEOL para fornecimento de energia elétrica em alta tensão, no final de janeiro, o Presidente viu concluídos os trabalhos de pavimentação do Borlão, em fevereiro<sup>95</sup>; e de ligação da estrada de Salir do Porto a São Martinho do Porto, em maio<sup>96</sup>. Também em maio, foram inauguradas não só três escolas nas freguesias de Serra do Bouro, Santa Catarina e Landal; mas igualmente a Cantina Escolar<sup>97</sup>.

Por esta altura, o Presidente começou a projetar a próxima grande obra nas Caldas da Rainha: a construção de silos para a Federação Nacional de Produtores de Trigo (FNPT). Em conjunto com Botelho Moniz, Presidente do Grémio da Lavoura, a Câmara fez chegar à Federação uma proposta de troca de terrenos. O município cedia à FNPT uma área de 2500 m<sup>2</sup> para a construção dos silos, e à Câmara seriam entregues as superfícies (incluindo o celeiro) no Borlão, que contabilizavam 600 m<sup>2</sup><sup>98</sup>. A proposta, feita em agosto, foi aceite a 9 de outubro<sup>99</sup> e espelhou, novamente, a capacidade de negociação de Almeida e Silva com o poder central em prol de melhoramentos no concelho. Mas a sua habilidade negocial ganhava também contornos locais, como foi disso exemplo a cedência dos Pavilhões do Parque, negociada em outubro com o Hospital Termal, para aí funcionarem quatro salas de aula, de modo a colmatar a falta de instalações para o devido funcionamento de escolas primárias na cidade<sup>100</sup>.

A 9 de outubro deu-se similarmente um passo determinante para a eletrificação do concelho, um dos principais objetivos do Presidente. Foi acordado pela SEOL o fornecimento à Câmara de material elétrico e a sua eventual montagem nas instalações de distribuição elétrica nas freguesias de Carvalhal Benfeito, Salir de Matos e Santa Catarina<sup>101</sup>. Para estas duas últimas, foi aberto concurso para as obras necessárias para o efeito a 6 de novembro e, mais tarde, a 20 de novembro, Almeida e Silva propôs que também o lugar do Nadadouro fosse eletrificado, “em virtude de a Câmara possuir bastante material elétrico”<sup>102</sup>. Quanto à eletrificação da Tornada, cujo processo se havia iniciado no ano anterior, as instalações de distribuição elétrica nessa freguesia

---

<sup>94</sup> Ata de tomada de posse, Registo de Atas da Comissão Concelhia da União Nacional das Caldas da Rainha, PT/TT/UN-L-A/2/1

<sup>95</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 19

<sup>96</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 57

<sup>97</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 49

<sup>98</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, pp. 84-85

<sup>99</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 99

<sup>100</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 108

<sup>101</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 97

<sup>102</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 114

foram inauguradas no final do ano, a 16 de dezembro. Porventura um dos mais importantes e necessários melhoramentos estava, por fim, em andamento.

Muitas das obras e melhoramentos que marcaram a primeira metade do mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva teriam continuidade em 1957. O Presidente conseguiu participação do Estado para a eletrificação de Salir de Matos na primeira semana de janeiro e, em março, decidiu colocar em praça novos talhões do Borlão, que estavam, finalmente, a ser muito “procurados por diversos interessados”<sup>103</sup>. Entre estes dois desenvolvimentos, mais precisamente a 12 de fevereiro, Almeida e Silva partilhou com os seus vereadores informações obtidas na Direção Escolar de Leiria, que previa a construção de mais duas escolas nas freguesias rurais e outro par de novos edifícios escolares na sede do concelho<sup>104</sup>. Já as obras quer do Tribunal, quer dos Silos da FNPT, continuavam a avançar a bom ritmo. E o conjunto de grandes construções em execução na cidade seria alargado a 11 de março, quando chegou à Câmara um ofício do Governador Civil de Leiria que dava conta da conclusão do projeto para o Hospital Sub-regional das Caldas da Rainha<sup>105</sup>. Em despacho de 4 de abril, o Subsecretário de Estado da Assistência Social confirmou a obra.

Todavia, entre abril e junho de 1957, surgiram alguns problemas relativamente a um outro projeto, que até aí estivera em ponto morto: a escolha do local da Escola Industrial e Comercial. De entre os três locais propostos para a construção do novo edifício, a Câmara e a Junta de Construções para o Ensino Técnico e Secundário pareciam ter, no ano anterior, mostrado preferência pela opção C<sup>106</sup>. No entanto, a 16 de abril, a Junta comunicou que o executivo tinha alterado a sua escolha para a opção B. O Presidente e os vereadores de imediato oficiaram a Junta, pedindo esclarecimentos “da pessoa ou da entidade que – em nome da Câmara e sem para tal estar autorizada – prestou tal informação”<sup>107</sup>. Ao contrário do que lhe havia sido transmitido, o executivo camarário não tinha mudado, de forma alguma, a sua preferência. Um caso insólito, no mínimo, e, por falta de mais informações e fontes sobre o assunto, é impossível entender em concreto o que se terá passado. A verdade é que, até ao final do mês, o Presidente da Junta de Construção, José de Lencastre Távora, voltou a considerar como definitiva a escolha da opção C, desculpando-se ao executivo caldense por não se “recordar como nasceu na minha mente a ideia de que a Câmara dava preferência ao terreno indicado pela letra B”<sup>108</sup>. Mas o assunto não ficou encerrado. Em maio, a Junta informou Almeida e Silva que, afinal, a preferência pelo terreno B era do

---

<sup>103</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 155

<sup>104</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 146

<sup>105</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 63

<sup>106</sup> Os locais propostos são, nas atas da Câmara, referidos como A, B e C, sem que sobre os mesmos sejam dados mais detalhes sobre a sua localização concreta. Seguramente que o Presidente e os vereadores discutiam o assunto com as três hipóteses devidamente assinaladas na planta da cidade, mas, infelizmente, essas especificações não ficaram plasmadas nas atas. Assim sendo, referir-nos-emos às mesmas de acordo com as letras que lhes foram atribuídas.

<sup>107</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 166

<sup>108</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 171

Ministério da Educação Nacional. O Presidente, naturalmente, consentiu, mas conseguiu, em troca, que a Junta sustentasse a diferença dos valores de aquisição entre o terreno B e C<sup>109</sup>.

A discussão em torno do local da Escola Comercial e Industrial prolongou-se no ano seguinte. Em abril, a Direção de Urbanização do Distrito de Leiria oficiou a Câmara para saber a sua opinião em relação à nova localização proposta por um “urbanista indefinido”. O executivo camarário, antes de se pronunciar sobre a mais recente hipótese para a construção da escola, pediu esclarecimentos sobre o urbanista e sobre as alterações ao Plano de Urbanização que acompanhavam a nova proposta<sup>110</sup>. Após explicações de várias entidades, a Câmara aprovou a nova localização em junho<sup>111</sup> e, no mês seguinte, a Junta de Construções deu o seu aval ao novo traçado urbanístico apresentado<sup>112</sup>. Como consequência da mudança do local das futuras obras, o Presidente teve de solicitar ao Arquiteto Paulino Montês novas indicações para as escolas primárias previstas para a cidade, que, perante a mudança do projeto da Comercial e Industrial, teriam de ser deslocadas para outro sítio<sup>113</sup>.

Este esteve longe de ser o único problema que Fernando Pais de Almeida e Silva enfrentou em 1958. Em finais de abril, uma avaria nos furos de captação de água do Amial deixou as Caldas da Rainha com grandes deficiências no abastecimento de água. Outrora a rondar os 600 m<sup>3</sup>, o abastecimento sofreu uma redução diária na ordem dos 200 m<sup>3</sup>, deixando algumas zonas sem acesso a água e outras tantas com muito pouca pressão da mesma. A Câmara, que três anos antes celebrara a inauguração da infraestrutura como uma obra sua, desresponsabilizava-se, desta feita, dos problemas: tinham sido os Serviços de Salubridade a escolher o local da obra; o concurso para a empreitada havia sido supervisionado pela Direção de Urbanização do Distrito; e o projeto propriamente dito e respetiva fiscalização eram da jurisdição da Federação de Municípios da Estremadura. À Câmara cabia somente o dever de “fazer chegar a água aos seus consumidores domiciliários”<sup>114</sup>. Só a 20 de maio houve movimentos concretos para a resolução da situação, com a adjudicação à firma Johann Kessen da obra de ligação de um novo furo à rede geral de águas, que reforçaria o abastecimento da população<sup>115</sup>. A demora na resposta e uma certa inação da Câmara foram uma oportunidade de ouro para a *Gazeta das Caldas* criticar o executivo, como veremos no próximo capítulo.

Mas o comportamento de Fernando Pais de Almeida e Silva ao longo deste processo deixava à vista uma mudança de atitude. Se, ao longo dos primeiros seis anos de mandato, o Presidente mostrara um certo dinamismo, com o lançamento de muitas obras e a intervenção junto do

---

<sup>109</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 187

<sup>110</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 71

<sup>111</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 102

<sup>112</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 114

<sup>113</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 126

<sup>114</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 85

<sup>115</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 91

poder central para se concretizarem melhoramentos vários, desta vez Almeida e Silva não parecer reconhecido a urgência de resolver um problema complexo, nem ter efetuado grandes diligências nesse sentido. Anteriormente, havíamos visto o Presidente a receber representantes de alguns ministérios ou, até, a dirigir-se pessoalmente a Lisboa para apressar alguns projetos. Agora, limitava-se a culpabilizar diversos organismos.

Fernando Pais de Almeida e Silva chegou a receber, em meados de maio de 1958, a visita do Ministro das Obras Públicas, Eduardo de Arantes Oliveira, nos Paços do Concelho. A julgar pelo balanço feito pelo vereador Artur Capristano sobre o encontro do Ministro com a Câmara, na reunião de 27 de maio, o assunto da estação elevatória de águas não foi, no entanto, sequer abordado<sup>116</sup>. Os assuntos tratados resumiram-se a alguns dos projetos de menor envergadura já em andamento na cidade, e que até aqui ainda não tínhamos tido oportunidade de mencionar: alguns melhoramentos no Hospital de Santo Isidoro; a abertura de uma nova avenida, em continuação da Praça da República; a construção de um novo edifício para a agência da Caixa Geral de Depósitos e de uma piscina municipal; e a concessão de um subsídio de 100 contos para acabamentos nas bancadas do Campo de Jogos da Mata. Com apenas mais dois anos de mandato pela frente, o Presidente da Câmara parece, neste momento, mais concentrado em cimentar e concluir as obras e os melhoramentos que iniciara, em vez de continuar o grande ritmo de novas políticas que até aí marcavam a sua governação.

É neste âmbito que podemos observar o seu último par de anos à frente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, que, em alguns aspetos, se aproximou da ação política dos antecessores. A prioridade começou a ser dada, de novo, à inauguração de escolas e estradas nas freguesias rurais. Em novembro e dezembro de 1958, abriram portas duas novas escolas, uma na freguesia dos Vidais e outra na de Alvorinha, respetivamente; a 25 de fevereiro de 1959, seria Salir de Matos a registar um novo posto escolar; e, meses depois, a 29 de novembro, também os alunos da freguesia do Couto passaram a beneficiar de um novo edifício para as suas aulas. Em 1959, concluíram-se, ademais, as negociações com o Hospital Termal para a cedência dos Pavilhões do Parque para aí se estabelecerem quatro salas de aulas, que entraram em funcionamento em meados de outubro desse ano<sup>117</sup>. Por sua vez, a rede viária caldense viu inaugurados, entre fevereiro de 1958 e outubro de 1959, três novos caminhos municipais, que ligaram as sedes de freguesia de Alvorinha, Salir de Matos e Salir do Porto às povoações de Vila Nova, Guisado e Casais de Salir, respetivamente. Já na cidade, o tão aguardado alargamento da Rua de Camões foi concluído em agosto de 1959; e as ruas 15 de Maio, do Funchal e Sales Henriques mereceram, com a ajuda de mais uma comparticipação do estado, melhoramentos nas suas redes de esgotos<sup>118</sup>.

---

<sup>116</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 95

<sup>117</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 54, p. 181

<sup>118</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 121

Outra prioridade foi a comemoração do quinto centenário do nascimento da Rainha Dona Leonor, que se assinalaria a 2 de maio de 1958. As diligências para a sua celebração já tinham começado a ser tomadas em abril de 1957, mas foi só a 25 de março do ano seguinte que se constituíram as duas comissões organizadoras das festividades da efeméride. Duas, pois a data foi comemorada, para além das Caldas, nas cidades de Lisboa, Porto e Beja. A Comissão Central era constituída por representantes de organismos de assistência das referidas localidades e pela Fundação Calouste Gulbenkian; já a Local era liderada pelo próprio Fernando Pais de Almeida e Silva, que teve como vogais o Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional, Aníbal Correia; o Provedor da Misericórdia; o Diretor do Hospital Rainha D. Leonor, Alcino de Sousa Coelho; o Diretor do Museu José Malhoa, António Montês; o Diretor da Escola Industrial e Comercial, Leonel Sottomayor; o Prior da Freguesia das Caldas da Rainha e um representante do Comando Militar<sup>119</sup>. A participação do Presidente da Câmara nesta iniciativa distinguiu-se da atitude que tinha tido aquando das celebrações de anteriores datas importantes para o concelho, tais como o já aqui abordado 15 de maio ou o centenário do nascimento José Malhoa, em 1955. Desta vez, quis ter um papel preponderante num momento importante para os caldenses, quiçá pelo facto de as relações com a elite local terem melhorado ligeiramente desde o início do mandato, em resultado da reconfiguração desta a que já aludimos. Mas importa assinalar que o centenário da rainha D. Leonor serviu também de pretexto para acelerar o início da construção do Hospital Sub-regional (um pedido feito ao Ministério das Obras Públicas pela própria Comissão Local das Comemorações<sup>120</sup>) e para a Câmara solicitar ao Ministério das Corporações a edificação de um “bairro para indigentes”, por proposta do vereador César Lourenço<sup>121</sup>. Não só numa lógica estritamente identitária caldense, chamemos-lhe assim, se inseriram as festas comemorativas – por detrás da sua ação mais participativa numa iniciativa deste género, Fernando Pais de Almeida e Silva não deixou de, através delas, procurar melhoramentos concretos.

Naturalmente, as obras pelas quais o Presidente se havia batido ao longo da sua governação não ficaram esquecidas, não obstante terem sido desenvolvidas com menos urgência do que até aí, a julgar pela menor frequência com que foram discutidas nas reuniões da Câmara deste período. O tão aguardado Palácio da Justiça foi inaugurado, com pompa e circunstância, no dia 1 de dezembro de 1959, numa cerimónia que contou com a presença do Ministro da Justiça, João Antunes Varela. O programa de eletrificação do concelho alargou-se às freguesias de Santa Catarina, Carvalhal Benfeito e Salir de Matos, cujos serviços de eletricidade foram inaugurados, respetivamente, a 21 de setembro de 1958, e a 1 e 11 de novembro de 1959. Em 1960, seriam abertos os concursos e solicitadas participações para a eletrificação das freguesias do Couto, Nadadouro e Salir do Porto. Por sua vez, a central de águas do Amial, já com o problema de 1958

---

<sup>119</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 68

<sup>120</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 89

<sup>121</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, pp. 89-90

resolvido, foi alvo de alguns trabalhos de limpeza e recuperação dos furos de abastecimento. E os talhões do Borlão continuaram a ser vendidos até ao final da década e do mandato do Presidente, que, já em fevereiro de 1960, chegou a pedir ao arquiteto urbanístico da Câmara um estudo de alteração do limite do número de andares dos prédios que se iriam construir naqueles terrenos<sup>122</sup>.

No entanto, nem só de continuidade e estabilidade se fizeram os anos de 1958 e 1959 – bem pelo contrário. No final desta segunda fase do mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva, houve duas mudanças na equipa da Câmara: a 9 de setembro de 1958, foi nomeado um novo chefe de secretaria, Manuel de Oliveira Pires, que rendeu José Venâncio Coelho Pereira no cargo; e a 4 de agosto de 1959, foi exonerado o Vice-Presidente Manuel Ferrari Almeida. Quanto a esta última mudança, não há muito a dizer. Ferrari Almeida, de facto, nunca fora uma presença ativa ou frequente nas reuniões camarárias, pelo que a sua saída do executivo não se revelou surpreendente. A vice-presidência do município, contudo, teve de aguardar até 1960 para voltar a ser ocupada.

Mas a alteração do chefe de secretaria decorreu noutra contexto, que não se encerrou com a saída de Coelho Pereira. A 19 de junho de 1959, a visita de inspeção do Ministério das Finanças detetou várias irregularidades nos serviços de secretaria da Câmara Municipal das Caldas e abriu um processo disciplinar ao ex-chefe desses serviços. Era acusado de “não ter exercido, como lhe competia, a indispensável e conveniente fiscalização aos serviços relacionados com a escrituração da receita e a organização das respetivas contas de gerência”, o que deu lugar a “graves e condenáveis irregularidades” cometidas pelos serventuários da Câmara, que eram também formalmente acusados<sup>123</sup>. Possivelmente em resposta a este processo, a entrada do novo chefe de secretaria coincidiu com uma novidade nas atas das reuniões do executivo camarário: no início de cada sessão, passou a ser analisado e devidamente lavrado em ata o balancete da conta corrente da Câmara<sup>124</sup>.

Fernando Pais de Almeida e Silva não foi diretamente implicado na investigação, apesar de se ter criado algum burburinho na cidade com a situação. É disso que dá conta Custódio Maldonado Freitas, conceituado farmacêutico residente nas Caldas da Rainha e com um histórico de oposição ao Estado Novo, que endereçou ao Ministério do Interior e até ao Presidente do Conselho a sua opinião sobre o assunto, em fevereiro de 1960. Segundo ele, Almeida e Silva era “pouco considerado nesta cidade” em resultado do “relatório<sup>125</sup> nada favorável ao Presidente”. Em

---

<sup>122</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 55, p. 89

<sup>123</sup> Processo n.º 13243/2345 do Ministério das Finanças, PT/TT/MI-DGAPC/E/3/1020

<sup>124</sup> A última vez que um balancete tinha ficado lavrado em ata foi no final do mandato de Júlio Lopes, nas atas das reuniões do segundo semestre de 1944 – justamente num momento em que a Câmara também se via confrontada com problemas financeiros, ainda que num contexto totalmente diferente. Vale a pena, já agora, comparar os dois balancetes, que espelham bem a evolução do município em cerca de década e meia: em 1944, a conta corrente continha pouco mais de 180 mil escudos; em 1958, esse valor atingia quase quatro mil contos.

<sup>125</sup> Maldonado Freitas refere-se ao relatório da Inspeção do Ministério das Finanças, que, conforme dissemos, não implicava diretamente Almeida e Silva. A julgar pelo testemunho do farmacêutico, contudo, o simples facto de a inspeção ter resultado num processo contra um funcionário da Câmara parece ter sido suficiente para que alguma opinião

referência ao facto de a substituição no cargo só se dar “quando terminar o exercício dos oito anos” definidos pelo Código Administrativo, Maldonado Freitas pedia que o seu sucessor fosse uma “pessoa competente e prestigiosa”<sup>126</sup>.

Como se não bastasse, a 28 de abril de 1959 a *Gazeta das Caldas* noticiou que o passivo da Câmara tinha ascendido ao valor de quatro mil contos<sup>127</sup>. O Presidente não desmentiu, mas, no esclarecimento que enviou ao jornal e que foi publicado na edição de 19 de maio, escudou-se com os débitos de “quase todas as Câmaras Municipais do país”, muito superiores ao passivo caldense<sup>128</sup>. Independentemente do grave contexto financeiro da generalidade dos municípios do país, a verdade é que as finanças da Câmara das Caldas sofreram várias mudanças nos oito anos de mandato de Almeida e Silva. O primeiro orçamento ordinário que havia aprovado, para o ano de 1953, rondava os oito milhões e meio de escudos, mas em 1957 esse valor disparou para mais de dezoito mil contos. Apesar deste número ter decrescido bastante até ao final do mandato<sup>129</sup>, o último orçamento que o Presidente elaborou teve a importância de 11 565 contos, quase tanto quanto o do concelho de Leiria<sup>130</sup>. No mesmo sentido, os quatro mil contos de passivo da Câmara representaram um valor quatro vezes superior ao passivo da administração anterior, que, segundo Almeida e Silva no esclarecimento endereçado à *Gazeta* e aos leitores, se situava nos mil contos.

Ciente da pressão que se voltava a fazer sentir em torno da sua pessoa e com problemas financeiros e administrativos em redor da sua Câmara, Fernando Pais de Almeida e Silva parece ter decidido logo em finais de 1959 que não continuaria no cargo. Na reunião de 10 de novembro desse ano, o Presidente anunciou que o Ministro do Interior apresentara uma nova orientação: a “renovação de todos os quadros, quer no setor administrativo, quer no político, de forma a chamar ao ativo novos valores”. A propósito, Almeida e Silva comentou que os próximos vereadores “terão ou não de trabalhar sob orientação de outro Presidente” e lembrou os “momentos felizes passados em conjunto” com a equipa de então<sup>131</sup>. Um discurso a soar quase a despedida, o que,

---

pública olhasse desfavoravelmente para o seu Presidente da Câmara – ou para que os seus opositores se aproveitassem da situação para denegrir a sua imagem junto do poder central.

<sup>126</sup> Cópias das cartas de Custódio Maldonado Freitas ao Ministro do Interior e ao Presidente do Conselho, PT/TT/MI-DGAPC/E/3/1020

<sup>127</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1407, de 28 de abril de 1959, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01407

<sup>128</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1413, de 19 de maio de 1959, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01413

<sup>129</sup> 1957 foi, de facto, o ano com o maior orçamento no mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva. Para 1958, os valores foram de 17 933 770,40 de escudos; para 1959, \$12 305 688,70; e, para 1960, \$11 565 509,00. Não obstante os orçamentos suplementares desses anos, que, somados aos ordinários, atenuaram a queda (no total, de 1958 a 1960 a Câmara dispôs de importâncias nos valores de, respetivamente, \$18 877 175,80; \$17 052 724,20; e \$15 706 981,00), é indesmentível a tendência de queda no último terço do mandato – precisamente nos anos em que a atividade da Câmara desacelerou, conforme observámos.

<sup>130</sup> O concelho sede de distrito teve, para 1960, um orçamento de \$12 418 215,90. E, no ano anterior, o orçamento ordinário caldense foi mesmo superior ao leiriense: \$12 305 688,70 no primeiro caso, e \$11 458 211,80 no segundo. Esta aproximação orçamental das Caldas com Leiria ganha maior significado quando comparamos os valores entre os dois concelhos na década de 1940, quando a sede de distrito tinha orçamentos que representavam mais do dobro do do município caldense (orçamentos enviados pelas Câmaras ao Ministério do Interior, PT/TT/MI-DGAPC/E/3/946, PT/TT/MI-DGAPC/E/3/1021, PT/TT/MI-DGAPC/E/3/313).

<sup>131</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 55, pp. 10-11

para metade dos vereadores, foi mesmo. A 10 de dezembro, foram nomeados os novos membros do executivo camarário, transitando do anterior os nomes de Amílcar Antunes de Castro, César Lourenço e José da Silva Natário. A eles se juntaram António Nunes Teixeira, Mário de Oliveira Felizardo e Raúl da Conceição Silvério<sup>132</sup>. A 8 de janeiro de 1960, o ex-vereador Lalandia Ribeiro voltaria à Câmara, mas desta feita como Vice-Presidente<sup>133</sup>. A nova vereação tinha ainda a particularidade de ter apenas um elemento residente numa freguesia rural (Conceição Silvério, de A-dos-Francos). A Câmara Municipal entrava para a década de 1960 com um forte cunho urbano.

Abria-se assim a terceira e última fase do mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva, que duraria cerca de sete meses. Um período de pouco mais de meio ano, ao longo do qual há a destacar: em janeiro e março, o regresso da discussão em torno da construção de um mercado fechado, por iniciativa do novo vereador Nunes Teixeira, tópico que não tivera continuidade depois de ter sido amplamente discutido em 1954 e 1955<sup>134</sup>; em abril, a designação de Museu Nacional para o Museu José Malhoa, que se batia, neste período, com muitos problemas financeiros<sup>135</sup>; e, a 24 de maio, a simbólica entrega das chaves do celeiro da FNPT no Borlão ao Presidente, pela mão de Botelho Moniz, sinal de que a construção dos silos estava a avançar eficazmente<sup>136</sup>. A presença de Botelho Moniz nesta reunião não deixa de ser curiosa, tendo em conta que foi nomeado, dois meses e meio depois, para suceder a Fernando Pais de Almeida e Silva na presidência da Câmara das Caldas. Apesar de nada ter ficado lavrado em ata, pode ser que algumas ideias possam ter sido trocadas sobre o assunto nesse dia.

Com efeito, depois de o Ministro do Interior ter notificado o Governador Civil de Leiria, a 30 de julho, acerca da proximidade do fim do mandato do Presidente da Câmara das Caldas<sup>137</sup>, Fernando Pais de Almeida e Silva não mais presidiu nenhuma reunião depois da de 26 de julho. Não esteve sequer presente na tomada de posse do sucessor, a 31 de agosto (onze dias depois de a sua nomeação ter sido oficializada em Diário do Governo, n.º 194 Série II), ausência que justificou ao Governador Civil com um motivo que “grande e dolorosamente me feriu – a morte de minha mãe”<sup>138</sup>. Antes dessa justificação, já o vereador Nunes Teixeira havia apresentado um voto de censura contra o Presidente cessante, na reunião de 16 de agosto, presidida pelo Vice-Presidente Lalandia. O voto baseou-se na “atitude de menos correção” que Almeida e Silva teve para com os vereadores, de quem nem se chegou a despedir, precisamente por ter estado ausente das

---

<sup>132</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 55, pp. 24-25

<sup>133</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 55, p. 73

<sup>134</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 55, pp. 26&126

<sup>135</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 55, p. 159

<sup>136</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 55, p. 197

<sup>137</sup> Comunicado de 30 de julho de 1960, do Ministro do Interior ao Governador Civil de Leiria, PT/TT/MI-DGAPC/D/1/45

<sup>138</sup> Carta de Fernando Pais de Almeida e Silva ao Governador Civil de Leiria, de 14 de setembro de 1960, PT/TT/UN-A/A/9-137/3

últimas reuniões do seu mandato<sup>139</sup>. Os cumprimentos de despedida do agora ex-Presidente foram antes dirigidos, em telegrama, à Direção-Geral de Administração Pública e Civil, a 13 de agosto de 1960, exatamente oito anos depois da sua nomeação para o cargo que agora abandonava<sup>140</sup>.

Fernando Pais de Almeida e Silva saía, pois, da liderança da Câmara Municipal das Caldas da Rainha sem louvores nem clamores. Para trás ficaram oito anos de mandato durante os quais, e apesar dos conflitos com a elite local, conseguiu trazer muitos melhoramentos ao concelho.

Entre 1952 e 1960, inaugurou sete escolas nas freguesias rurais, uma cantina escolar na cidade e converteu parte dos Pavilhões do Parque em salas de aulas para os alunos da sede do concelho. Quatro caminhos municipais foram também encetados neste período. Conseguiu, ademais, levar eletricidade a quatro freguesias, deixando bem encaminhadas as eletrificações de outras três. No que a obras de maior envergadura diz respeito, destacaram-se claramente a Estação Elevatória de Águas do Amial e, sobretudo, o Palácio da Justiça. E, apesar de não terem ficado concluídos no seu mandato, foi com a sua governação que se iniciaram as obras dos silos da Federação Nacional de Produtores de Trigo e do Hospital Sub-regional das Caldas.

Alguns aspetos do quotidiano dos caldenses foram de igual modo alvo de intervenção por parte do Presidente. O mercado da Praça 5 de Outubro, mais conhecida como Praça do Peixe, passou a ter um controlo mais rigoroso sobre os produtos aí vendidos, uma decisão que não estava desligada de preocupações sanitárias e higiénicas que Almeida e Silva teve no decorrer do mandato. Foram dessa preocupação exemplo a entrada em vigor de uma postura sobre arrumação de lixo em casas de habitação, em março de 1955, ou a aquisição de uma camioneta para recolha do lixo, que começou a circular no município em abril de 1955. Suplementarmente, a melhoria da rede de esgotos ou a criação de setinas subterrâneas, sempre que se proporcionavam obras à superfície de determinadas ruas, muito contribuíram para o progresso do saneamento da cidade. No setor da assistência, o Presidente esteve ainda atento aos aglomerados de casas ilegais e à mendicância, que tentou colmatar com a urbanização de determinados bairros desse género ou a construção de casas económicas para classes pobres; e à crise de tuberculose, à qual respondeu com a construção de uma enfermaria-abrigo da Assistência Nacional ao Tuberculoso em finais de 1957.

No entanto, para se fazer o balanço do mandato de Almeida e Silva, há que pesar também o prato da balança onde se inseriram as iniciativas menos conseguidas. Os planos de urbanização do Borlão e da Foz do Arelho, por exemplo, estavam longe de estar concluídos no final dos seus oito anos de presidência. No primeiro caso, e apesar de o ritmo de vendas de talhões ter aumentado

---

<sup>139</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1487, de 27 de setembro de 1960, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01487

<sup>140</sup> Telegrama de 13 de agosto de 1960, de Fernando Pais de Almeida e Silva à Direção-Geral de Administração Pública e Civil, PT/TT/MI-DGAPC/D/1/45

na segunda metade da década de 1950, o Palácio da Justiça e a Igreja de Santa Conceição continuavam a ser os únicos grandes edifícios na nova Praça Marechal Carmona, o que, para um desejado centro administrativo da cidade, era ainda escasso. Quanto à Foz, houve de facto alguns melhoramentos, entre eles a construção de um novo parque de estacionamento na freguesia, em 1955, ou a inauguração de uma estação de correios e telefones automáticos, em julho de 1957. Mas estas pequenas obras foram muito esporádicas e estiveram longe de constituir um programa coeso e continuado de urbanização. Efetivamente, a 6 de janeiro de 1959, foi mais uma vez pedido à Federação de Municípios da Estremadura a elaboração de um antepiano de urbanização para a Foz<sup>141</sup>.

Adicionalmente, houve três projetos de novos edifícios que deixaram a desejar, nomeadamente os da Caixa Geral de Depósitos, dos Paços do Concelho e da Escola Comercial e Industrial. Os dois primeiros estiveram, de alguma forma, dependentes um do outro, pois, até setembro de 1956, esteve na mesa a cedência da sede da Câmara para servir de nova agência da CGD, já que estavam planeados os novos Paços do Concelho para o Borlão. Mas nem a obra da CGD, nem a dos Paços do Concelho ficaram concluídas até 1960 – a primeira, por desentendimentos com os comerciantes da Praça da Fruta, nos contornos da qual se quis estabelecer o banco; a segunda, pelo demorado processo de urbanização do Borlão. Quanto à Escola Comercial e Industrial, o concurso para a empreitada da construção foi lançado em finais de julho de 1960, mas, tendo em conta os inúmeros desentendimentos sobre a sua localização que percorremos em parágrafos anteriores, ficou a sensação de que a edificação da nova escola poderia ter ficado encaminhada bem mais cedo.

E, evidentemente, importa relembrar que a ambição que Fernando Pais de Almeida e Silva materializou nos seus melhoramentos teve o reverso da medalha nas finanças da Câmara, como vimos.

O concelho das Caldas da Rainha que João Artur Botelho Moniz herdava em 1960 era manifestamente diferente daquele ao qual Fernando Pais de Almeida e Silva chegara em 1952 – como, aliás, não poderia deixar de ser, atendendo não só à longa duração do mandato do seu antecessor, mas também à evolução do país registada nessa década. Uma diferença mais particular das Caldas da Rainha foi a evolução da elite local, que, ao longo destes oito anos, teve um momento de reconfiguração. A essa reconfiguração importa dedicar algumas linhas antes de passarmos à análise de conteúdo das *Gazetas*.

---

<sup>141</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 53, p. 4

### 3.3. As relações do Presidente da Câmara com a elite local e a sua reconfiguração

Quando falamos em reconfiguração da elite local, não estamos a falar de uma mudança drástica. O facto de o sucessor de Fernando Pais de Almeida e Silva ter sido Botelho Moniz, nome proposto pelos ilustres locais para a presidência já em 1952, poderia sugerir, aliás, uma certa continuidade nos protagonistas e nas aspirações da elite. À primeira vista, Botelho Moniz contrastava com o seu antecessor em alguns aspetos para lá do da naturalidade: como Presidente do Grémio da Lavoura e anterior Presidente da Junta de Freguesia dos Vidais, representava o mundo rural, que vinha perdendo representantes na vereação da Câmara ao longo da década de 1950. A sua passagem pela direção da *Gazeta das Caldas* entre 1936 e 1949 posicionava-o, em teoria, muito proximamente de Júlio Lopes. E a sua avançada idade – 71 anos completados em março de 1960 – colocava-o numa geração ligeiramente diferente da de Almeida e Silva, agora com 55. Mas a década de 1950 tinha obrigado os ilustres caldenses (incluindo Botelho Moniz) a adotar comportamentos distintos. A evolução da elite local neste período foi feita de alguns momentos de divisão, não necessariamente traduzidos por uma luta interna, mas antes por dois modos diferentes de interagir com o Presidente alóctone. No decorrer dos oito anos de mandato de Almeida e Silva, a experiência da elite esteve sujeita ao velho percurso da dialética hegeliana: a tese, a antítese e a síntese.

A tese foi já evidente quando narrámos o processo de nomeação de Fernando Pais de Almeida e Silva: a elite local tinha várias reticências quanto à falta de ligação do então conservador de monumentos às Caldas. A Comissão Concelhia da União Nacional, por exemplo, resignou-se completamente após a nomeação do único nome ao qual se opusera: só recebeu o novo Presidente na sua sede a 20 de março de 1953, sete meses depois de este ter tomado posse, e, daí para a frente, reuniu-se apenas sete vezes até 1956, em encontros muito rápidos, nos quais se limitou a aprovar ou recusar filiações no partido local. A Comissão tentou realizar algumas iniciativas políticas à margem da ação da Câmara, como o convite feito ao Comandante Henrique Tenreiro<sup>142</sup> para visitar a Foz do Arelho, em abril de 1954. O almoço em honra do comumente conhecido por “patrão das pescas” serviu de pretexto para pedir auxílios no desassoreamento da Lagoa de Óbidos, diligências que contaram, aliás, com a intervenção do anterior Presidente, Augusto Saudade e Silva (Soares, 2004, p. 115). A Câmara chegou a ser convidada para o almoço, mas recusou<sup>143</sup>.

Os meados da década de 1950 representaram, nitidamente, o agravar das tensões entre o Presidente e uma parte da elite caldense, mas foram igualmente anos de aproximação de Almeida e Silva a alguns ilustres locais – a antítese, se assim a podemos chamar. A nomeação dos novos

---

<sup>142</sup> Tenreiro era justamente conhecido por ser um dinâmico militante da União Nacional, em especial na relação com as comissões distritais e concelhias do partido, de onde conseguia recrutar quadros para variadíssimas tarefas (Garrido, 2009, p. 258).

<sup>143</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 49, p. 70

vereadores em 1954 pelo Conselho Municipal é um bom caso de estudo desta situação. O organismo fiscalizador era, então, composto por Carlos Manuel Saudade e Silva, enquanto representante das Ordens do concelho; Aníbal Correia, representante da Misericórdia, da qual era secretário; Jaime Arsénio de Oliveira, da secção concelhia do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros; António dos Santos Rego, do Grémio do Comércio; José Pina Noronha, do Grémio da Lavoura; e, por fim, os quatro representantes das juntas de freguesia eram João Artur Botelho Moniz, João Henriques, Manuel Faustino Ferreira e Mário de Oliveira Felizardo. Destes nove vogais, três não votaram favoravelmente os nomes dos vereadores Amílcar Antunes de Castro e de Artur Capristano. Sobre este último, recaíam aliás duras críticas, que Fernando Pais de Almeida e Silva tomava como ataques dirigidos a si<sup>144</sup>. O voto dos vogais do Conselho Municipal foi secreto, mas não é difícil identificar a origem de pelo menos dois dos chumbos: Carlos Saudade e Silva, fiel companheiro de Júlio Lopes na Comissão Concelhia da UN e na *Gazeta das Caldas*; e Jaime Arsénio de Oliveira, também redator no semanário local e que, inclusivamente, começou, em 1957, a faltar às reuniões do Conselho por “não concordar com a orientação seguida no município”, o que lhe valeu a expulsão da direção do seu sindicato<sup>145</sup>.

O primeiro ano da nova vereação, eleita sem unanimidade em dois nomes, foi o ano em que a Câmara viu um Conselho Municipal menos concordante com o orçamento e o plano de atividades propostos pelo executivo. Também já vimos que, no seguimento desse episódio, Almeida e Silva fez questão de anunciar aos seus vereadores que Aníbal Correia havia proposto um voto de louvor à Câmara na reunião ordinário do Conselho Municipal a 15 de fevereiro de 1956. Este momento indicou uma nova abordagem com alguns ilustres locais, bem como uma inédita recetividade destes para com o outrora indesejado Presidente. A Aníbal Correia seria concedida, a 14 de maio de 1956, a presidência da Comissão Concelhia da UN, cuja vice-presidência passou a ser desempenhada por João Vieira Pereira, um dos nomes propostos para a presidência da Câmara Municipal das Caldas em 1952. Da nova Comissão, não fizeram parte nem Júlio Lopes nem Carlos Saudade e Silva, que tinham até aí plenos poderes para representar o partido local.

A relação da Câmara com a nova Comissão Concelhia da UN foi, até ao final do mandato, muito mais proveitosa. Logo em setembro de 1956, Aníbal Correia acompanhou Fernando Pais de Almeida e Silva numa reunião com a Junta de Construções para Escolas Técnicas e Secundárias, a propósito da construção do novo edifício da Escola Comercial e Industrial<sup>146</sup>. A 29 de janeiro de 1957, em jeito de troca, a Câmara concedeu, a título gratuito, uma nova sede à União Nacional local, no edifício que o tribunal em breve ia desocupar por ocasião da mudança para o Palácio da Justiça<sup>147</sup>. O mais ilustrativo exemplo da boa relação entre os presidentes da Câmara e

---

<sup>144</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 48

<sup>145</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, pp. 171-172

<sup>146</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 93

<sup>147</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 140

da UN caldenses, todavia, só chegaria em 1958, quando Aníbal Correia ajudou a criar um novo jornal local, *O Caldense*, que ofereceu um escrutínio mais favorável ao desempenho do executivo camarário. Sobre ele nos debruçaremos no capítulo seguinte.

Outro nome da elite local que se aproximou do Presidente foi Botelho Moniz. Isso foi visível através do projeto dos silos da FNPT, nos quais trabalharam juntos. Mas o sucessor de Almeida e Silva teve mais ações em seu benefício. Enquanto líder da Direção dos Bombeiros Voluntários das Caldas, batizou de “Casa Escola Dom Fernando Pais de Almeida e Silva” o novo edifício que a Câmara construiu para a associação, em maio de 1957<sup>148</sup>. E foi de Botelho Moniz que partiu mais um “voto de felicidades para o Presidente, vereadores e [suas] famílias”, na sessão ordinária do Conselho Municipal de 4 de fevereiro de 1958.

Em sentido contrário, uma parte da elite caldense foi absolutamente intransigente com o Presidente da Câmara ao longo de todo o seu mandato. Nesta facção, Júlio Lopes era, sem dúvida, o nome mais proeminente. A 29 de setembro de 1956, já depois de ter saído da Comissão Concelhia da UN, pediu também a demissão do lugar de representante da Câmara no Conselho Administrativo do Hospital Termal, cargo que ocupava desde 1933<sup>149</sup> e última ligação formal que tinha à vida política do concelho. E, enquanto editor da *Gazeta*, não deu descanso a Fernando Pais de Almeida e Silva. Mas Júlio Lopes não esteve sozinho neste lado da elite local. Carlos Saudade e Silva e Jaime Arsénio de Oliveira mostraram-se tão ou mais intolerantes que o ex-Presidente em relação ao homem que, no seu entender, lhes havia roubado a liderança do município. No plano jornalístico, assinaram alguns dos artigos mais duros contra Almeida e Silva na *Gazeta*; no plano institucional, foram os mais rígidos vogais do Conselho Municipal – tanto que já não faziam parte desse organismo em 1959, quando os novos vereadores foram nomeados. Entre os três partilharam, aliás, alguma correspondência sobre os destinos do concelho, que tanto os entristecia. Numa carta enviada a Arsénio de Oliveira, a 19 de agosto de 1959, Júlio Lopes confessava-se “perfeitamente desiludido e no firme propósito de [me] remeter cada vez mais ao silêncio, tal o nojo que estas coisas [política local] me metem”<sup>150</sup>. É em referência a este conjunto de opositores<sup>151</sup> que parecem ter sido feitos muitos dos desabafos de Fernando Pais de Almeida e Silva aos seus vereadores, quando mencionava as inimizades que tinha naquela terra.

Os ilustres locais que mantiveram uma relação de maior cumplicidade com o Presidente da Câmara viram a sua atitude recompensada em 1960, com a nomeação de Botelho Moniz para

---

<sup>148</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 176

<sup>149</sup> Carta de Júlio Lopes ao Presidente da Câmara Municipal das Caldas, 29 de setembro de 1956, PT/APH/JL/CX3/1258

<sup>150</sup> Carta de Júlio Lopes a Jaime Arsénio de Oliveira, 19 de agosto de 1959, PT/PH/JL/CX9/2536

<sup>151</sup> Vimos anteriormente que também Custódio Maldonado Freitas, em 1960, teceu, junto do poder central, duras críticas a Fernando Pais de Almeida e Silva. Contudo, se tivermos em consideração que o farmacêutico fizera parte do Movimento de Unidade Democrática das Caldas em 1945 (PT/APH/JL/CX4/1303), podemos depreender que a sua oposição tinha uma natureza bem diferente da de Júlio Lopes e companhia. Por isso, não o incluímos neste grupo da elite local.

o cargo. A julgar pelo regozijo da *Gazeta* quando noticiou o acontecimento<sup>152</sup>, a elite encontrava-se de novo unida e em sintonia, desta feita com novos protagonistas a liderá-la. Estavam reunidas as condições para a síntese, que se manifestou numa traiçoeira interferência no futuro político de Fernando Pais de Almeida e Silva. O Presidente cessante estava prestes a ser nomeado para a liderança da Comissão Distrital de Leiria da UN quando Botelho Moniz começou a tecer “alguns comentários menos justos e até de possível interpretação ofensiva” para a sua dignidade. Em causa estavam contribuições de pessoas particulares à Câmara Municipal para melhoramentos nas freguesias rurais que, alegadamente, não haviam sido aplicados nas obras a que eram destinadas. Almeida e Silva esclareceu o Governador Civil de Leiria, Olímpio Duarte Alves, que não tinha ficado com qualquer montante, enviando-lhe os recibos dos donativos e os gastos orçamentais das obras<sup>153</sup>. Olímpio Alves, em carta à Comissão Executiva da UN de 27 de setembro de 1960, reconheceu que as alegações dos contribuintes e de Botelho Moniz não tinham fundamento, mas que, e apesar disso, não podiam empossar o ex-Presidente da Câmara das Caldas no lugar proposto, pois “as discussões em volta do seu nome determinaram-lhe um prestígio que não é compatível com as atribuições de um chefe político”<sup>154</sup>.

Assim foi o ponto final da experiência de Fernando Pais de Almeida e Silva nas Caldas da Rainha. Apesar das cordiais relações que conseguiu criar com alguns elementos da elite local, estes, quando se viram de novo no poder, quiseram ficar com uma última e desleal palavra. Uma palavra que em nada devia às muitas que foram escritas nas páginas da *Gazeta das Caldas* entre 1952 e 1960, sempre com o Presidente como alvo principal.

Por fim, importa entender quais os critérios que determinaram a reconfiguração da elite caldense. A idade não parece ter sido um fator decisivo: do lado dos mais obstinados, tanto temos um envelhecido Júlio Lopes como um jovem Carlos Saudade e Silva; e se é verdade que alguns intervenientes próximos de Almeida e Silva tinham tenra idade (como Artur Capristano, de apenas 32 anos quando nomeado vereador), o facto de a presidência da Câmara das Caldas ter sido entregue em 1960 a um septuagenário, Botelho Moniz, dissipa a hipótese de uma reconfiguração geracional<sup>155</sup>. Ideologicamente, todos os ilustres locais estavam integrados no espírito do Estado Novo, pelo que este também não teria sido um critério existente.

---

<sup>152</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1481, de 16 de agosto de 1960, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01481

<sup>153</sup> Carta de Fernando Pais de Almeida e Siva ao Governador Civil de Leiria, 14 de setembro de 1960, PT/TT/UN-A/A/9-137/3

<sup>154</sup> Ofício não numerado de 27 de setembro de 1960, do Governador Civil de Leiria ao Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, PT/TT/UN-A/A/9-137/3

<sup>155</sup> Com isto não ignoramos o papel que, inevitavelmente, a idade desempenhava. Com o envelhecimento de determinados intervenientes, surgia espaço para ascenderem novos protagonistas na vida da cidade – bastará notar que a grande maioria dos vereadores dos executivos camarários da década de 1940 está ausente nos anos 50 (alguns, inclusivamente, foram mencionados pela *Gazeta*, neste período, apenas na sua secção obituária). O que nos parece, contudo, é que este aspeto seria uma circunstância e não uma motivação para renovar deliberadamente a elite local com elementos de novas gerações.

Olhemos, assim, para os membros da elite que melhor se moveram no mandato de Almeida e Silva. Estes revelaram uma boa capacidade de adaptação às mudanças introduzidas pelo Presidente da Câmara: a título de exemplo, não deixa de ser relevante que Botelho Moniz tenha colaborado com o Almeida e Silva numa grande obra na urbanizada sede do concelho. Teria ele, um dos principais representantes das freguesias rurais, feito uma leitura rigorosa da situação, reconhecendo que a Câmara Municipal das Caldas tinha um corpo vereador cada vez menos ligado ao setor agrícola? Se assim foi, e notando que, de facto, a constituição dos executivos camarários entre 1952 e 1960 favoreceu membros da elite comercial e urbana, a reconfiguração que analisámos parece ter sido uma reconfiguração ocupacional, em conformidade com as evoluções setoriais ocorridas no resto do país nesta década que conduziram a desruralização e terciarização da sociedade. Os sucessores de Botelho Moniz na presidência da Câmara das Caldas até ao 25 de Abril de 1974 parecem comprovar essa nova faceta da elite: em 1969, Luís de Paiva e Sousa, engenheiro; e, em 1973, Artur Capristano, que já conhecemos.

#### 4. A *Gazeta das Caldas* como “arma poderosa”

##### 4.1. A simbiose entre o jornal e a elite local

A *Gazeta das Caldas* que encontramos na década de 1950 estava, como Luís Nuno Rodrigues descreve (1989, p. 22-23), em perfeita simbiose com a elite local, combinando eficazmente regionalismo com nacionalismo. Tal é evidente no equilíbrio entre notícias locais e notícias nacionais; entre artigos acerca das instituições centrais e caldenses; e, sobretudo, no tom enaltecido do espírito das Caldas da Rainha, um autêntico chauvinismo dentro do nacionalismo salazarista. A defesa intransigente que o corpo redator fazia da sua cidade remete para a frase de Afonso Lopes Vieira – “é do amor das pequenas pátrias que se enraíza e fortifica o amor das grandes” – que serviu de mote ao livro “Pequena Pátria”, editado pelo próprio jornal em 1957, reunindo um conjunto de textos do escritor Luís Teixeira sobre o concelho de onde era natural.

Quem são as principais figuras do periódico neste período? Como já vimos anteriormente, a *Gazeta* havia voltado a ser editada regularmente em 1948 sob direção de Júlio Lopes. Ao logo da década de 1950, o antigo Presidente da Câmara foi-se desligando da vida política do concelho, cujo corte definitivo aconteceu em outubro de 1956, quando se demitiu do cargo de representante da Câmara no Conselho Administrativo do Hospital Termal. Não obstante, Lopes manteve, neste período, o seu nome associado a inúmeras instituições caldenses de grande relevo: presidia as Mesas das Assembleias Gerais do Montepio Rainha D. Leonor e dos Bombeiros Voluntários, e conservava uma prolífica atividade comercial, através da sua empresa, Lopes Limitada. A sua correspondência pessoal revela, contudo, que a sua atenção nunca se desviou do poder local. Nesse sentido, o lugar que ocupava na *Gazeta* representou uma posição privilegiada para fazer política por outros meios: pelo escrutínio ao Presidente da Câmara Fernando Pais de Almeida e Silva, pela crítica às decisões do executivo camarário, e pela constante denúncia dos problemas que afetavam as Caldas da Rainha. Em suma, o semanário era, nas mãos de Júlio Lopes, uma “arma poderosa” contra o novo Presidente da Câmara Municipal (Rodrigues, 1989, p. 22).

Mas o diretor da *Gazeta* não foi o único a disparar esta arma. Tão ou mais importante do que Júlio Lopes nesta conjuntura foi o advogado Carlos Saudade e Silva. O mais jovem elemento de uma família habituada ao poder local foi um fiel aliado de Lopes. Foi sob a presidência deste na Comissão Concelhia da União Nacional que Saudade e Silva ascendeu alguns degraus na hierarquia política do concelho e do próprio partido local, tornando-se numa figura muito ativa nas campanhas eleitorais e de propaganda no virar das décadas de 1940 e 1950<sup>156</sup>. No decorrer do

---

<sup>156</sup> Ulisses Cortês, membro da Comissão Executiva da UN, agradeceu a Carlos Saudade e Silva por um “notável discurso” na sessão de propaganda no concelho a 10 de fevereiro de 1949 (ofício n.º 5973 de 18 de fevereiro de 1949, PT/TT/UN-A/A/9-137/1); e o Relatório da Comissão Concelhia, datado de abril de 1951, registou que fora o jovem advogado a conduzir uma campanha de divulgação da doutrina corporativa pelas freguesias, em fevereiro desse ano (PT/TT/UN-A/A/9-137/1).

mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva, como anteriormente constatámos, Saudade e Silva manter-se-ia na facção mais intransigente da elite local, usando dos seus talentos retóricos, tão apreciados anos antes pela UN, para escrever agres artigos contra a presidência da Câmara. Saudade e Silva chegou mesmo ao cargo de subdiretor da *Gazeta* e, em 1959, tornou-se praticamente codiretor do jornal, após Júlio Lopes sofrer uma hemiplegia e se afastar do semanário<sup>157</sup> – sem que o seu nome, em momento algum, saísse do cabeçalho da primeira página.

Jaime Arsénio de Oliveira escreveu também logos textos focados nos problemas do concelho, ainda que não visando tão vincadamente o Presidente da Câmara como Saudade e Silva. Nos primeiros dois anos de mandato de Almeida e Silva, Oliveira referia-se ao edil, aliás, em termos muito cordiais. Foi só a partir de 1955, na já analisada segunda fase do mandato do Presidente, que reajustou o tom dos seus escritos, redigindo, até finais de 1957 (ano em que foi viver para Luanda<sup>158</sup>), um elevado número de notícias respeitantes às necessidades da cidade e das freguesias rurais, às quais a Câmara, no seu entender, não dava resposta.

Para lá destes três intervenientes, há alguma dificuldade em identificar outros membros da elite local que militassem na *Gazeta*. Sabemos que Ramiro de Sousa era o administrador do jornal e que Domingos Del-Rio era chefe de redação e responsável pela secção desportiva, mas não é fácil precisar onde se inseriam os restantes redatores (que eram, em outubro de 1959, Aristides da Conceição Silva, Manuel Morais, José Garcia da Silva e Eduardo Tavares Gorjão) na campanha de oposição ao Presidente da Câmara – não só porque não dispomos de informação sobre as suas trajetórias pessoais e profissionais, mas também porque não assinavam os seus artigos. A estes elementos, juntam-se ainda os correspondentes da *Gazeta* nas freguesias rurais, que assinavam somente com a inicial do seu apelido. O único que tinha honras de ser mencionado, de vez em quando, pelo nome completo era o correspondente no Carvalhal Benfeito, Eurico Bonifácio da Silva, que fazia parte da respetiva Junta de Freguesia na segunda metade da década de 1950.

A *Gazeta das Caldas*, como instituição, estendia a sua influência na cidade muito para lá da sua função informativa. Não poderia o jornal defender avanços no concelho sem que tomasse um papel ativo na dinamização de iniciativas e eventos que colocassem Caldas da Rainha no mapa – como, aliás, fizera na década de 1920. Deste modo, ao longo dos anos 1950 patrocinou e divulgou, por exemplo, os primeiros jogos florais das Caldas, os concursos hípicas, os programas culturais do Museu José Malhoa ou a atividade do Conjunto Cénico Caldense. Quando as notícias incidiam sobre personalidades conhecidas e queridas dos caldenses, era costume que os seus nomes viessem precedidos de “o nosso amigo” ou “o nosso estimado assinante”, o que pontuava a

---

<sup>157</sup> Ofício n.º 327 de 1 de setembro de 1959, do Presidente da Comissão Distrital de Leiria da União Nacional ao Presidente da Comissão Administrativa da União Nacional, PT/TT/UN-A/A/9-137/3

<sup>158</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1335, de 31 de dezembro de 1957, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01335

união entre o jornal e os ilustres locais. Ademais, rúbricas como “Das Freguesias” mantinham os leitores a par da atualidade das freguesias rurais e, como não poderia deixar de ser, a secção desportiva era dedicada sobretudo ao Caldas Sport Clube, que, entre 1955 e 1959, jogou na Primeira Divisão de futebol. No plano regional, lia-se no cabeçalho da *Gazeta* que esta se tratava do “único [semanário regionalista] que se publica no sul do distrito [de Leiria]”, o que lhe conferia a missão de cobrir a realidade dos concelhos vizinhos (em especial os de Óbidos e Bombarral) e de noticiar reuniões e encontros de entidades intermunicipais, como a Federação de Municípios da Estremadura ou grupos informais de representantes das cidades do distrito leiriense. Com uma influência cada vez maior e um critério editorial cada vez mais abrangente, a *Gazeta* passou de edições de 4 páginas em 1952, para 6 a 8 páginas no final da década – para além de longos números especiais que publicou nos aniversários da Rainha D. Leonor, da elevação da vila a cidade e do Montepio.

Quanto ao “verniz nacionalista” que continuava a cobrir a “tendência regionalista” das páginas do jornal (Rodrigues, 1989, p. 22), há uma ténue mudança na sua cor. Não nos equivoquemos: a *Gazeta* mantinha-se um periódico nacionalista e situacionista. Temas como a religião ou o anticomunismo nunca deixaram de merecer um bom número de linhas. E o semanário entrava na década de 1950 como um dos casos de sucesso da frustrada tentativa de Salazar em ter um órgão da União Nacional em cada concelho do país. Contudo, é precisamente na sua relação com o partido local que vemos uma alteração no critério editorial. Se até 1956 era frequente ler-se nas suas páginas breves apontamentos sobre a atividade e as reuniões da Comissão Concelhia, as referências à UN caldense deixam de ser tão aprofundadas ou frequentes a partir do momento em que Júlio Lopes deixa de a presidir. A partir desse momento, o salazarismo do jornal expressava-se através de notícias acerca do poder central, ao qual a *Gazeta* endereçava, por não raras ocasiões, apelos para que solucionasse o marasmo administrativo local em que Caldas havia caído.

#### 4.2. A análise às edições da *Gazeta* das Caldas entre 1952 e 1960

Relembremos os conselhos de Bardin (1991) para uma proveitosa análise de conteúdo: sistematizar ideias iniciais e hipóteses, ler criticamente os objetos sob análise e, por fim, interpretá-los. Desta interpretação, ser-nos-á possível descortinar as estratégias do corpo dirigente da *Gazeta das Caldas* – que, como acabámos de ver, era “suficientemente estruturado para promover a produção e circulação de informação e se relacionar com a opinião pública” (Serra, 1985, p. 6).

No capítulo introdutório, avançámos com a hipótese de, durante o mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva, a *Gazeta* se ter concentrado em notícias sobre temas indissociáveis da identidade caldense – o termalismo, o turismo e o comércio –, de modo a tecer críticas que ressoassem mais com o público geral. Mas, e conforme vimos ao analisar o longo processo de nomeação para a presidência da Câmara caldense que se arrastou entre 1951 e 1952, o facto de Almeida

e Silva não ser natural nem residente das Caldas foi o principal elemento de desconfiança apresentado pela elite local ao Governador Civil de Leiria. Assim sendo, é pertinente dedicar também parte da nossa atenção a possíveis referências à naturalidade do novo Presidente. Por fim, e porque uma análise de conteúdo não está completa sem uma análise à forma, ao canal pelo qual passa a mensagem, olhemos de igual modo para o aspeto formal dos artigos mais críticos.

As *Gazetas* doravante analisadas concentram-se sobretudo nas segunda e terceira fases do mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva. De facto, desde que tomou posse até ao final de 1954, o Presidente da Câmara não foi alvo de críticas cerradas – e, em alguns momentos, mereceu inclusive alguma simpatia e cortesia por parte do jornal. Nos primeiros dois anos e meio de mandato, a *Gazeta* concedeu-lhe uma entrevista, publicada ao longo de três números<sup>159</sup>; assinalou o primeiro e o segundo aniversários da sua tomada de posse<sup>160</sup>; e dedicou sempre algum espaço de cada edição à ação do Presidente, ora noticiando as visitas que fazia às freguesias rurais (muitas vezes em conjunto com a Comissão Concelhia da UN, ainda presidida por Júlio Lopes), ora publicando os resumos das reuniões camarárias. De 1955 em diante, estes aspetos desapareceram. Nunca mais o edil foi entrevistado, muito menos se voltou a assinalar o aniversário da sua tomada de posse. Reportagens sobre a sua agenda deixaram de ser publicadas e os sumários das reuniões da Câmara só voltaram em março de 1960<sup>161</sup>. Podemos atestar, novamente, que a primeira fase de mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva foi tranquila, sem conflitos de maior com a elite local. Foi só na segunda metade da década de 1950 que a situação se agravou.

#### 4.2.1. Os temas

Entre 1952 e 1960, um tema sobrepôs-se a todos os outros: o turismo. Mesmo quando o intuito dos artigos não era criticar o Presidente da Câmara, o turismo era, sem dúvida, o tópico principal das páginas da *Gazeta*. Tal não é de estranhar: a elite local que militava no jornal, com Júlio Lopes à cabeça, havia participado ou era descendente dos que tinham tido um papel relevante na elevação das Caldas da Rainha a cidade em 1927. Essencialmente, estes ilustres locais continuavam a querer um concelho desenvolvido, com grande centralidade na região Oeste e no distrito de Leiria, e projeção nacional. Numa localidade com a tradição termal das Caldas, o caminho para conseguir tal progresso seria, naturalmente, por via do turismo, sobretudo na época termal, que continha duas importantes datas para atrair visitantes: o 15 de maio, dia de abertura das termas; e o 15 de agosto, data da festa que comemorava a elevação da vila ao estatuto cidadão.

---

<sup>159</sup> *Gazetas das Caldas* n.º 1116, de 24 de novembro de 1953, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01116; n.º 1118, de 8 de dezembro de 1953, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01118; e n.º 1120, de 22 de dezembro de 1952, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01120.

<sup>160</sup> *Gazetas das Caldas* n.º 1102, de 16 de agosto de 1953, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01102; e n.º 1154, de 10 de agosto de 1954, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01154

<sup>161</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1461, de 29 de março de 1960, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01461

Dentro do tema do turismo, estas duas festas de maio e de agosto tinham especial centralidade. A *Gazeta* muito as publicitava, dedicando artigos de antecipação às mesmas e reportagens sobre como se haviam vivido as datas no município. E falar destas festas era falar da Comissão Municipal de Turismo, presidida por Fernando Pais de Almeida e Silva. Como já vimos, um dos primeiros momentos de tensão entre o Presidente da Câmara e a elite local surgiu, justamente, no 15 de maio de 1955, quando aquele optou por não participar na organização das festividades, em resposta às críticas da imprensa acerca das comemorações de 1953 e 1954. O curioso nesta situação é que em nenhum desses dois anos a *Gazeta* se mostrou desfavorável às iniciativas do 15 de maio. Em 1953, ainda em março, a Comissão Municipal de Turismo era elogiada por ter estado a desenvolver “grande atividade no sentido de reconduzir as Caldas da Rainha à sua posição de cidade essencialmente turística”<sup>162</sup>. Na edição de 24 de maio, o balanço das festas não poderia ter sido mais positivo, tendo o semanário entendido que era de “toda a justiça registar nestas colunas os mais rasgados e merecidos louvores à Comissão Municipal de Turismo” e em particular à “notabilíssima ação” do seu presidente, “pela forma gentil e inteligente como soube escolher os componentes daquele órgão consultivo municipal e, a cada passo, fixar segura e profícua orientação para os seus trabalhos”<sup>163</sup>. No ano seguinte, e apesar de os elogios terem sido muito mais comedidos, a *Gazeta* registou novamente “o maior êxito” das festividades, que atraíram “em massa” todos os caldenses<sup>164</sup>.

Mentiu Fernando Pais de Almeida e Silva sobre os reparos da *Gazeta* à sua Comissão de Turismo e às festas por ela organizada? Assim seria o caso se o Presidente se estivesse a referir exclusivamente às reportagens dos anos anteriores. Contudo, nos meses que antecederam o 15 de maio de 1955, o jornal mudou drasticamente de atitude. Logo em fevereiro, defendeu a criação de uma Comissão de Festas, que juntasse os serviços municipais de turismo com as “forças vivas caldenses”, um passo indispensável para sanar aquela que era, no entender da *Gazeta*, a “preocupação dominante”: atrair turistas<sup>165</sup>. No rescaldo da não comemoração do dia da cidade, o semanário fez críticas às celebrações dos anos anteriores que não havia deixado por escrito nas respetivas edições. Afinal, em 1954 teriam sido gastas dezenas de contos em “luminárias à moda do Minho, incharacterísticas e caras” e a participação dos povos das freguesias rurais tinha acontecido em grande sacrifício dessas “pobres gentes (...), tão carecidas dos mais essenciais melhoramentos”<sup>166</sup>.

O mais interessante apontamento do semanário neste número, no entanto, foi o seguinte: “as festas do 15 de maio deveriam ser de cunho puramente local, isto é, destinadas ao povo do

---

<sup>162</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1082, de 29 de março de 1953, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01082

<sup>163</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1090, de 24 de maio de 1953, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01090

<sup>164</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1143, de 25 de maio de 1954, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01143

<sup>165</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1180, de 1 de fevereiro de 1955, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01180

<sup>166</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1197, de 24 de maio de 1955, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01197

concelho. Ao contrário, as que têm lugar no verão são, por sua natureza, de atração turística”. Desta passagem se retiram duas leituras: primeiramente, o seu carácter contraditório em relação a artigos anteriores. Se em fevereiro a *Gazeta* afirmava que a preocupação dominante era atrair turistas em momentos de festividades, agora fazia uma distinção entre o 15 de maio (para os caldenses) e o 15 de agosto (esse sim, para os turistas). E, em segundo lugar, a passagem supra-citada parece um esclarecimento à justificação dada por Almeida e Silva na reunião camarária de 10 de maio, quando se queixou de que as festas por ele organizadas haviam sido apelidadas de “festas caseiras” pela imprensa local<sup>167</sup>.

As duas leituras que fizemos são dois lados da mesma moeda. 1955 foi decididamente o ano de viragem nas relações de Fernando Pais de Almeida e Silva com a elite local caldense, sobretudo com a fação que se reunia na *Gazeta das Caldas*. Se tal havia sido notório no estudo do mandato do Presidente, mais patente fica com a análise do semanário nestes primeiros meses de 1955. Registou-se uma mudança de atitude tal que os efeitos foram quase retroativos, projetando-se nos 15 de maios anteriores um desagrado mais recente – ou, pelo menos, até aí tolerado. E com essa mudança surgiram algumas contradições ou incoerências: apelava-se a uma ação concreta da Câmara e, quando esta respondia, em parte, à crítica, dizia-se que tinha interpretado mal as ressalvas. Subentendia-se uma permanente insatisfação com a atuação de Almeida e Silva, tão ou mais constante quanto os comentários que o corpo redator do jornal fazia à sua presidência. E esses reparos tinham, claramente, o intuito de influenciar os rumos do concelho, de sugerir um caminho para solucionar os problemas que a *Gazeta* identificava. Uma resposta, porventura, à sensação cada vez mais premente de perda de poder por parte desta fatia da elite caldense, no primeiro ano de nova vereação e de nova política na Câmara. As transformações da cobertura jornalística ao edil forasteiro traduziram-se, assim, numa exigência intransigente, que inevitavelmente conduzia a alguma incongruência – e a uma maior pressão sobre o executivo camarário.

A cobertura dos três primeiros 15 de maios do mandato de Almeida e Silva é paradigmática para compreender as mudanças de atitude da elite local ao longo da sua presidência. Mas não é o único elemento para avaliar o critério editorial no que ao turismo diz respeito, muito menos o turismo foi o único tópico que se usou como campo de crítica ao Presidente.

A *Gazeta das Caldas* fazia, comumente, propostas muito concretas para a cidade. No âmbito do turismo, repetiram-se por diversas vezes os apelos à melhoria da propaganda do concelho, aconselhando-se, para o efeito, a produção de monografias, de cartazes e de publicidade na imprensa e na rádio. De facto, o Presidente, abordou, em reunião da Câmara Municipal, a importância de se lançar uma monografia sobre as Caldas, logo a 25 de fevereiro de 1953<sup>168</sup> – cerca de

---

<sup>167</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, pp. 111-112

<sup>168</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 48, p. 58

duas semanas depois de, na *Gazeta*, se ter defendido essa mesma ideia<sup>169</sup>. Apesar de o regulamento do concurso ter sido aprovado pelo executivo em outubro de 1954<sup>170</sup>, não foi dado, nas reuniões, qualquer seguimento ao mesmo. O jornal não perdoou: em janeiro de 1956, recolheu informações de um concorrente e noticiou que nem a Câmara nem a Comissão de Turismo haviam procedido sequer à nomeação de um júri, nem tampouco tornaram pública qualquer deliberação acerca do concurso<sup>171</sup>; e meses depois, em outubro, Carlos Saudade e Silva, na conclusão de uma série de seis artigos dedicados à ação do município caldense, voltava a mencionar a monografia que “ainda não veio a lume”<sup>172</sup>.

A sinalização da ausência da monografia centrava-se na inação da Câmara e da sua secção de turismo. Em suma, tratava-se de uma crítica à obra em falta ao invés duma crítica à obra feita. Foi quase sempre nestes modos que a *Gazeta* se dirigiu à Comissão Municipal de Turismo. Em início de maio de 1956, Jaime Arsénio de Oliveira assinava um duro artigo sobre a inexistência de um programa para as festividades desse mês<sup>173</sup>; em outubro do mesmo ano, Carlos Saudade e Silva atribuía ao Hospital Termal a iniciativa da ação turística na cidade, para a qual, na visão do advogado, a Câmara nada contribuía<sup>174</sup>; em julho de 1957, Saudade e Silva voltou ao ataque, dizendo que o “órgão oficial do turismo (...) nada fez nem nada faz” no setor da propaganda<sup>175</sup>. O tom agravou-se nos derradeiros anos de mandato de Almeida e Silva, com o já subdiretor da *Gazeta* a acusar o executivo camarário de “inação no capítulo do turismo”<sup>176</sup>, inquirindo se “existirá de facto (...) uma Comissão de Turismo”<sup>177</sup> e para que serviria ela<sup>178</sup>. Após a *Gazeta* ter sido convidada, em 1960, a integrar a Comissão que tanto glosava, noticiou que o livro de atas do organismo, aberto em 1954, continha somente “duas ou três reuniões” até abril de 1960<sup>179</sup>, prova inequívoca da inércia apontada ao longo dos anos pelo jornal. Quando se apresentava obra feita no setor do turismo, vinham à tona, de novo, as contradições. Em janeiro de 1956, por exemplo, a Comissão de Turismo editou um folheto de propaganda turística, um material há muito desejado pela elite e efetivamente gabado nas edições de 10 e de 17 desse mês<sup>180</sup>. Contudo, um mês depois, argumentava-se que o que era necessário era a criação de uma “mentalidade turística” e que a atividade da Comissão não podia circunscrever-se a edições de propaganda<sup>181</sup>. As exigências do

---

<sup>169</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1075, de 8 de fevereiro de 1953, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01075

<sup>170</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 22

<sup>171</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1230, de 10 de janeiro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01230

<sup>172</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1274, de 13 de novembro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01274

<sup>173</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1247, de 8 de maio de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01247

<sup>174</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1271, de 23 de outubro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01271

<sup>175</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1308, de 9 de julho de 1957, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01308

<sup>176</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1364, de 1 de julho de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01364

<sup>177</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1376, de 23 de setembro de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01376

<sup>178</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1439, de 17 de novembro de 1959, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01439

<sup>179</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1476, de 12 de julho de 1960, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01476

<sup>180</sup> *Gazetas das Caldas* n.º 1230, de 10 de janeiro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01230; e n.º 1231, de 17 de janeiro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01231

<sup>181</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1235, de 14 de fevereiro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01235

jornal aparentavam ser cada vez mais insanáveis, e é justamente esta incomplacência que iremos encontrar noutros temas.

A par do turismo, o semanário dirigido por Júlio Lopes dedicou inúmeras linhas às freguesias rurais, sobretudo à sua eletrificação – matéria que, como vimos, esteve igualmente nas prioridades do Presidente da Câmara. Apesar de as povoações fora do centro urbano terem sido frequentemente caracterizadas nas páginas da *Gazeta* como carecidas de diversos melhoramentos (caminhos municipais, escolas, fontes, etc.), foi na eletrificação que o jornal se concentrou. Afinal, “dar luz ao povo” era a “melhor benesse que uma Câmara pode conceder aos seus munícipes”<sup>182</sup>.

Os apelos dirigidos ao executivo camarário para a eletrificação completa do concelho intensificaram-se a partir de 1955. Até aí, o tema era, sem dúvida, discutido e defendido, mas o destinatário dos artigos (quando existia) era o governo central ou a SEOL. A mira muda logo em janeiro de 1955: exigia-se que a edilidade assumisse “uma atitude firme na resolução de um problema que interessa todos os munícipes” e aconselhava-se a que ela se inspirasse na Câmara de 1927, quando esta encarado a carência no abastecimento de água. “Aí certamente se colheriam utilíssimas sugestões que poderiam dar satisfatória solução ao assunto”, rematava a *Gazeta*<sup>183</sup>. Mas os esforços de Almeida e Silva para conseguir uma solução eficaz nunca convenceram totalmente o jornal. As notícias da secção “Das Freguesias” deste período incidiram essencialmente no desejo das populações em ter luz elétrica e, mesmo quando o processo parecia estar em andamento (e estava, de facto), o semanário mostrava-se impaciente com a sua conclusão. Jaime Arsénio de Oliveira, em setembro de 1956, perguntava “caminha-se lentamente ou não se caminha” de todo na colmatação de uma deficiência que cobria o concelho com “uma mancha de densa escuridão”<sup>184</sup>. Nem as zonas já eletrificadas por anteriores executivos (cidade e Foz do Arelho) escaparam a comentário menos favoráveis, criticando-se a relação inversamente proporcional entre o preço do serviço e a sua qualidade<sup>185</sup>.

Como sabemos, a eletricidade chegou a quatro freguesias no mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva. Todas as inaugurações dos serviços mereceram menção na *Gazeta*, não obstante uma grande resistência do jornal em dar mérito ao Presidente da Câmara – um fenómeno sobre o qual nos debruçaremos em capítulo ulterior, acerca da forma como determinadas notícias foram dadas. De momento, importa salientar que, nesta matéria, o semanário demonstrou, mais uma vez, exigências demasiado elevadas – e até alguma falta de autocrítica, considerando o historial administrativo do seu diretor. Os avanços na eletrificação que Almeida e Silva conseguiu

---

<sup>182</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1174, de 21 de dezembro de 1954, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01174

<sup>183</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1177, de 11 de janeiro de 1955, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01177

<sup>184</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1265, de 11 de setembro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01265

<sup>185</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1217, de 11 de outubro de 1955, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01217

para o concelho resultaram da superação de alguns entraves no contrato da Câmara com a SEOL, que transitaram de anteriores executivos. Ademais, se a eletrificação do país era ainda uma campanha recente, regida por linhas apenas definidas em dezembro de 1944 com a Lei n.º 2002 (Sousa, 1998, p. 156); mais o era na região Oeste, já que a SEOL foi apenas criada em janeiro de 1948, operando, como agravante, durante a década de 1950 sem uma concessão formal das áreas dos concelhos que abrangia (Figueira, 2012, p. 386). Como se não bastasse, os processos de eletrificação, como tantas outras grandes obras, tinham uma enorme dependência das participações do Estado (Figueira, 2012, p. 716). Nesta complicada conjuntura, o periódico exigia ao Presidente da Câmara das Caldas uma eletrificação a um ritmo mais acelerado do que o permitido pelas condições da época.

De forma geral, a administração do concelho era um tema *per se*. Os balanços anuais que a *Gazeta* fazia nos meses de dezembro e janeiro serviam para criticar o rumo que Caldas da Rainha tomava. Em particular, o orçamento de 1956 e o passivo da Câmara de 1960 foram alvo de uma cobertura impiedosa.

No último trimestre de 1956, por exemplo, Carlos Saudade e Silva escreveu seis artigos sobre a “ação do município caldense”<sup>186</sup>, o primeiro dos quais amestrava Almeida e Silva: “os presidentes das câmaras não passam de meros executores da vontade da vereação” e quem governa o concelho “são os munícipes (...) através dos seus representantes: os vogais do Conselho Municipal”. O advogado procedia a uma autêntica desvalorização do cargo que o seu pai e o seu tio haviam ocupado, mas não se ficou por aí. Nos textos seguintes, criticou os escassos melhoramentos “à vista do que poderia ter sido feito em 4 anos de administração”; a inação camarária no setor turístico; e a escassez dos melhoramentos nas freguesias rurais. No final do ano seguinte, de novo pela mão de Saudade e Silva, a *Gazeta* lamentava que “pouco pudemos registar no capítulo de realizações municipais” em 1957, pelo que desejava para 1958 um “grande acontecimento que faça das Caldas caldense”<sup>187</sup>. Contudo, esse grande acontecimento, no entender do jornal, não chegou, já que, à entrada de 1959, as aspirações do concelho continuavam “na razão inversa da obra realizada”. Para o novo ano, os desejos eram mais desesperados: “que Deus e o governo nos salvem”<sup>188</sup>.

Carlos Saudade e Silva ia-se tornado o nome que mais frequentemente assinava textos contra o Presidente e contra a ação da Câmara. Foi também nele que se recaíram as atenções da *Gazeta* aquando da discussão do orçamento de 1956. A intervenção que fez na sessão do Conselho

---

<sup>186</sup> *Gazetas das Caldas* n.º 1269, de 9 de outubro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01269; n.º 1270, de 16 de outubro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01270; n.º 1271, de 23 de outubro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01271; n.º 1272, de 30 de outubro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01272; n.º 1273, de 6 de novembro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01273; e n.º 1274, de 13 de novembro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01274

<sup>187</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1335, de 31 de dezembro de 1957, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01335

<sup>188</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1394, de 27 de janeiro de 1959, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01394

Municipal, em outubro de 1955, foi integralmente publicada no jornal<sup>189</sup>. O discurso começou por corrigir o preâmbulo das bases do orçamento, no qual Almeida e Silva deixou por escrito que “a elaboração dos orçamentos pertence ao Presidente da Câmara e a este compete a correspondente aprovação”. Na verdade, e de acordo com o Código Administrativo, o orçamento teria de ser elaborado segundo bases aprovadas pelo Conselho Municipal, e a sua aprovação não cabia exclusivamente ao Presidente da Câmara, mas sim a todo o corpo de vereadores<sup>190</sup>. Quanto ao conteúdo do orçamento e do plano de atividades propostos, Saudade e Silva assinalava, no primeiro documento, a omissão da “discriminação das obras de interesse público a realizar pela Câmara e a sua dotação aproximada”; e, no segundo, mostrava-se insatisfeito com o “caráter demasiadamente abstrato das proposições nele contidas”, chamando-lhe, inclusive, de “inacreditavelmente utópico”. Na mesma edição em que se publicava a intervenção do advogado, o leitor era também informado sobre as alterações ao orçamento segundo as propostas de Carlos Saudade e Silva e de Jaime Arsénio de Oliveira. No “prolongado debate”, intervieram ainda, de acordo com a *Gazeta*, Botelho Moniz e Aníbal Correia.

De assuntos da ordem do dia se serviu igualmente a redação da *Gazeta das Caldas* para visar a Câmara Municipal. Por estes tópicos referimo-nos a determinados acontecimentos pontuais, como propostas muito específicas do executivo ou problemas passageiros no concelho.

Na primeira secção, cabe, por exemplo, o debate em torno de um mercado fechado, tema introduzido pela primeira vez nas reuniões camarárias a 6 de janeiro de 1954<sup>191</sup>. A discussão nos Paços do Concelho era bastante vaga e inconsequente – não só na maneira como, inicialmente, ia sendo registada em ata, com lacónicas menções a “troca de impressões” entre vereadores e “explicações” prestadas pelo Presidente; mas também no desenvolvimento do assunto, cujo primeiro passo ocorreu somente em finais de novembro de 1954, quando foi pedido um projeto para a construção do mercado ao arquiteto Paulino Montês<sup>192</sup> (num momento em que não se havia, sequer, decidido em que terrenos e em que matrizes deveria assentar o edifício). Nas páginas da *Gazeta*, contudo, eram apresentados planos muito mais concretos: logo a 2 de fevereiro de 1954, falava-se do mercado fechado como substituição da tradicional Praça da Fruta<sup>193</sup>.

É o início de uma cobertura que dura cerca de um ano, ao ritmo dos (lentos) desenvolvimentos na Câmara. Neste período, o periódico não se mostrou inteiramente contra a nova construção logo de início. Em dezembro de 1954, apontava a importância de se discutir o local do

---

<sup>189</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1218, de 18 de outubro de 1955, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01218

<sup>190</sup> De facto, de entre as competências dos presidentes de câmaras elencadas no artigo 77.º do Código Administrativo, encontrava-se a de elaborar o orçamento sobre as bases “que tenham sido aprovadas pelo conselho municipal e submetê-lo, bem como os orçamentos suplementares, à aprovação da câmara”. A maior autonomia na delimitação das propostas de orçamentos municipais era concedida apenas aos Presidentes das Câmaras de Lisboa e do Porto, de acordo com o §2.º do artigo 102.º.

<sup>191</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 49, p. 45

<sup>192</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 32-33

<sup>193</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1126, de 2 de fevereiro de 1954, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01126

mercado, o único ponto onde a opinião pública divergia, já que na necessidade da obra propriamente dita era “unânime em concordar”<sup>194</sup>. Uma importância justificada pela impossibilidade de o problema ser resolvido “dentro dos gabinetes por quem, naturalmente, nem é comerciante nem vai às compras” – uma tirada que, mesmo sem destinatário concreto, parecia ter um alvo bem definido: a Câmara Municipal. A 1 de fevereiro de 1955, um longo texto de página e meia de Luís Teixeira é publicado com um título perentório: “Mercado fechado. Um melhoramento desnecessário”. O artigo arrasava a decisão da Câmara em vários aspetos: não haveria, no coração da cidade, espaço para a construção; a sua manutenção aumentaria as taxas e os impostos sobre os munícipes; e os pequenos comerciantes e os produtores das freguesias rurais não aguentariam a concorrência. Para o escritor, Caldas “precisa de muita coisa. Precisa, por exemplo, de não fazer o mercado fechado”<sup>195</sup>. Daqui para a frente, a *Gazeta* passa a opor-se totalmente à ideia de um mercado fechado, publicando inúmeras cartas de leitores que partilhavam a mesma opinião. Em março, reuniu um vasto abaixo-assinado contra a obra com centenas de nomes, incluindo os de personalidades com expressão nacional, como Aquilino Ribeiro ou Redondo Júnior, mas sem esquecer os de ilustres locais, como António Montês ou familiares dos irmãos Bordalo Pinheiro, Rafael e Columbano<sup>196</sup>.

Uma das poucas vozes contracorrentes foi a de João Artur Botelho Moniz, que, também na *Gazeta*, tentou propor um meio-termo: “um mercado amplo (...) que não seja completamente fechado, mas onde todos possam estar resguardados das chuvas, dos frios e dos calores, com a necessária higiene e um pouco de conforto”<sup>197</sup>. O texto não originou grandes repercussões – nem o jornal o usou, como fizera com o de Luís Teixeira, para congregar e impulsionar críticas à decisão da Câmara. Apesar disso, não deixa de ser relevante que, em plena campanha contra a decisão do executivo de Almeida e Silva, tenha sido Botelho Moniz a querer acalmar os ânimos.

O tema do mercado fechado ficou concluído em junho de 1955 – não por se ter dado um passo definitivo para a concretização da obra, mas porque a Câmara o deixou de discutir nas suas reuniões. A última menção ao assunto foi a 7 de junho, quando foi lido um despacho do Ministro das Obras Públicas acerca do mercado fechado, apesar de o conteúdo do documento não ter passado para a ata<sup>198</sup>. A verdade é que só em 1960, em vésperas de Almeida e Silva abandonar a presidência do concelho, voltaria a abordar-se este tópico. De igual modo, a *Gazeta* foi deixando cair a questão após meados de 1955, voltando a ele apenas a 26 de junho do ano seguinte. Na primeira página, noticiava uma decisão do Ministério das Obras Públicas em manter “o pitoresco mercado aberto da Praça, de harmonia com os desejos formulados pelos caldenses”<sup>199</sup>. Pouco se

---

<sup>194</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1173, de 14 de dezembro de 1954, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01173

<sup>195</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1180, de 1 de fevereiro de 1955, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01180

<sup>196</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1186, de 15 de março de 1955, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01186

<sup>197</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1191, de 19 de abril de 1955, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01191

<sup>198</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 128

<sup>199</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1254, de 26 de junho de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01254

sabe, no entanto, sobre que decisão ministerial seria essa – na reunião camarária de 3 de julho, após o vereador José da Silva Natário o ter inquirido quanto ao conteúdo da notícia, o Presidente da Câmara disse não ter conhecimento de “qualquer comunicação oficial sobre o assunto”<sup>200</sup>.

O que importa concluir, ainda assim, é que em 1955 a *Gazeta* utilizou os seus melhores recursos para se opor a uma decisão da Câmara: uma cobertura constante, com espaço a artigos de muitos convidados, através dos quais parece ter conseguido moldar a opinião pública dos mais influentes a seu gosto. O texto de Luís Teixeira e o conseqüente abaixo-assinado são disso bom exemplo. E é-o de igualmente a descrição da suposta opção do Ministério das Obras Públicas em preservar a Praça da Fruta. A “harmonia com os desejos formulados pelos caldenses” a que a publicação alude sugeria, justamente, a defesa do tradicional mercado como uma causa da povoação do concelho. Apesar de não ser clara a relação de causalidade entre a campanha do jornal e o abandono do projeto por parte da Câmara, aquela não pode ter deixado de pesar, de alguma forma, nos desenvolvimentos infrutíferos deste.

Quanto aos problemas passageiros do município que a *Gazeta* instrumentalizou para diferir duros golpes contra o Presidente da Câmara, nenhum outro teve tanto impacto quanto a crise de abastecimento de água em 1958. Carlos Saudade e Silva assinou, a 22 de abril desse ano (dia em que a Câmara reuniu para trocar impressões a respeito da avaria na estação elevatória do Amial<sup>201</sup>), um duro artigo<sup>202</sup>, no qual acusava o executivo de não dar “qualquer satisfação à cidade sobre as causas da crise e as medidas em curso para a debelar”. Mais perguntava se não se deveria ter procedido de forma imediata a mais uma perfuração e se a situação não seria resultado de desleixo na manutenção da estrutura. O mesmo Saudade e Silva dirigiu o seu editorial de 6 de maio ao governo central, denunciando o “índice de deficiência que caracteriza a administração municipal” e o desvio de dinheiros públicos para fins de menor interesse municipal, ocorrências das quais era resultado a falta de água canalizada no concelho<sup>203</sup>. Na edição da semana seguinte, a 13 de maio, lia-se que os caldenses continuavam a “não admitir que a Câmara permaneça queda e muda em vez de oficialmente vir dar satisfações ao público (...), ainda que fosse para endossar responsabilidades a outrem, mesmo inconsistentemente e sem fundamento”<sup>204</sup>. Quando, em final de maio, foi finalmente restabelecido o abastecimento de água, a *Gazeta* não congratulou a Câmara pela resolução do problema. Em vez disso, notou que a solução encontrada (a de proceder a dois novos furos) confirmava “ter havido incúria dos Serviços Municipais”, sugerindo, além do mais, que a resselagem dos furos já existentes teria sido uma opção mais rápida e económica<sup>205</sup>.

---

<sup>200</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 70

<sup>201</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 80

<sup>202</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1351, de 22 de abril de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01351

<sup>203</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1353, de 6 de maio de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01353

<sup>204</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1354, de 13 de maio de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01354

<sup>205</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1359, de 27 de maio de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01359

Para lá de confirmar a persistente crítica à atuação do executivo camarário, a cobertura da crise de abastecimento de água de 1958 deixa bem claro um outro aspeto: o “divórcio inegável entre a Câmara e os municípios”<sup>206</sup>. Por diversas ocasiões se fez referência ao facto de o Presidente não vir a público esclarecer o que se passava. Este silêncio, que, segundo o jornal, os caldenses não compreendiam nem aceitavam, era sinal de um ambiente político local muito tenso, que merecia a denúncia da *Gazeta* ao poder central. Essa denúncia passou por fazer do “governo da nação” o destinatário de alguns textos; mas também pela publicação das notícias do semanário noutros periódicos. A 5 de junho de 1958, por exemplo, o *Diário Popular* baseou-se na cobertura da imprensa caldensa para escrever um artigo intitulado “É tempo de encarar o grave problema do abastecimento de água às Caldas da Rainha” – artigo esse que levou Fernando Pais de Almeida e Silva a enviar um ofício ao diretor do diário lisboeta, expressando o seu “desgosto por ver o *Diário Popular* solidário e colaborador na tendenciosa e menos verdadeira campanha a que o jornal local (...) se vem dedicando há tempo contra a Câmara Municipal”<sup>207</sup>.

O Presidente da Câmara estava, nitidamente, ciente da oposição que lhe faziam nas páginas da *Gazeta*. Valerá a pena, mais à frente, observar a reação do seu executivo a esta campanha. Para já, a partir da análise dos principais temas abordados (e instrumentalizados) pelo semanário, é possível antecipar algumas conclusões. O domínio de tópicos como o turismo e as freguesias rurais (sobretudo a sua eletrificação) revela uma elite muito atenta aos pilares de um concelho que, sem grande indústria e com um processo de urbanização ainda em curso, teria de dinamizar o seu termalismo e o seu setor agrícola para prosperar. A perda da presidência da Câmara para um estranho à cidade (e, acima de tudo, estranho à elite) e o rumo político-administrativo que Almeida e Silva começou a tomar a partir de 1955 trouxeram, evidentemente, desconfianças a Júlio Lopes, Carlos Saudade e Silva e Jaime Arsénio de Oliveira, um trio que, de acordo com o que observámos em capítulos anteriores, também exercia uma forte oposição em diversas instâncias e contextos, fora das páginas do jornal. Com as lides das Caldas da Rainha nas mãos de outrem, restava aos ilustres locais pressionar e contrapor o alóctone Presidente (ao ponto de denunciá-lo ao governo central).

Talvez por isso o teor dos artigos que visavam a administração do concelho fosse tão substancial. Mais do que criticar duramente o que era feito – e, não nos iludamos, essa crítica existia sem dúvida alguma –, a *Gazeta* apresentava pequenos projetos políticos alternativos, corrigia determinadas iniciativas do Presidente à luz do Código Administrativo, propunha e exigia soluções para problemas gerais e para deficiências específicas. Atendendo à sincronia entre o que era discutido na Câmara e o que era publicado no jornal, o objetivo aparentava ser o de influenciar algumas decisões. O corpo redator chamava a si a razão e o conhecimento para lidar com as

---

<sup>206</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1353, de 6 de maio de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01353

<sup>207</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 104

questões mais urgentes da cidade e das freguesias. No final de contas, era composto por quem já havia governado as Caldas e por quem mantinha uma profunda ligação com a população. O semanário mais não fazia do que expressar a “opinião geral ao criticarmos construtivamente a desorientação que atualmente caracteriza a administração do nosso concelho”<sup>208</sup>. E se a *Gazeta* era a voz da opinião geral, se representava o sentimento dos insatisfeitos caldenses, era porque, do lado oposto, se encontrava um Presidente da Câmara isolado, de costas voltadas para os munícipes, que não correspondia às aspirações do concelho nem a ele prestava contas quando graves problemas assolavam a população – assim era o retrato de Fernando Pais de Almeida e Silva pintado pelo jornal. Nesse retrato, um traço foi estrategicamente carregado: o facto de o Presidente não ser natural das Caldas da Rainha.

#### 4.2.2. A estratégica instrumentalização da naturalidade de Fernando Pais de Almeida e Silva

*“Senhor Governador Civil. A pessoa que V. Ex.<sup>a</sup> escolheu para dirigir os destinos do meu concelho, depois de terem resultado improficuas as soluções sugeridas pela UN, não é conhecida dos caldenses, e esta circunstância poderá levantar apreensões por parte de alguns. Eu próprio, com aquela franqueza e lealdade que costumo pôr em todos os atos da minha vida, poderei pertencer ao grupo dos apreensivos.”<sup>209</sup>*

Assim foi que Júlio Lopes se dirigiu ao Governador Civil de Leiria, João Dias Moreira, na tomada de posse de Fernando Pais de Almeida e Silva, a 13 de agosto de 1952. Nos meses anteriores, tinha sido forte a oposição da Comissão Concelhia da União Nacional à nomeação como Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha de alguém que lá não residia nem que de lá fosse natural. O facto de o então ainda Presidente da UN local ter vincado, em pleno ato de empossamento, o desconhecimento dos caldenses face ao novo edil era um sinal claro de que o descontentamento se mantinha.

O discurso de Júlio Lopes na sessão de tomada de posse do Presidente da Câmara foi inteiramente transcrito pela *Gazeta das Caldas*. A passagem escolhida para o título do artigo – “O espírito hospitaleiro do povo caldense saberá receber vossa excelência” – deixava implícito, de igual modo, a origem ádvena de Almeida e Silva. Esta tratava-se da primeira edição do jornal local já com o novo Presidente devidamente instalado no seu cargo. A *Gazeta* não perdeu tempo, portanto, em enfatizar a tão contestada característica do recém-empossado líder do concelho.

Contudo, e ao contrário do que seria de prever, as referências à naturalidade de Fernando Pais de Almeida e Silva não foram assim tão frequentes daí para a frente. Em vez disso, essa

---

<sup>208</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1266, de 18 de setembro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01266

<sup>209</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1051, de 17 de agosto de 1952, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01051

crítica foi criteriosa, não se banalizando nem dispersando por entre tantas outras que se faziam ao executivo camarário. No primeiro período do mandato, de 1952 a finais de 1954, só há duas menções às suas origens (para além da do supracitado discurso de Júlio Lopes). A primeira data de novembro de 1953, na primeira parte da entrevista que o jornal lhe concedeu<sup>210</sup>. O entrevistador (não identificado) reconheceu a importunação da pergunta, mas fê-la na mesma: tendo em conta que o entrevistado “não nasceu nas Caldas e conhece de perto os caldenses há pouco mais de um ano (...), o que pensa da nossa terra e dos caldenses?”. Uma questão sem segundas intenções, porém, visto que serviu somente de pretexto para que o Presidente elogiasse o ambiente “carinhoso, gentil e aliciante” do concelho e a “gentileza fidalga” da sua população. Um pouco depois, era-lhe mesmo inquirido se se sentia bem quando “ouve publicamente (...) a afirmação de que (...) é já um caldense”. A segunda menção deu-se em agosto de 1954 e, surpreendentemente, ainda em tom de elogio: a propósito do segundo aniversário da posse de Almeida e Silva, a *Gazeta* elogiava a sua “intensa vontade de se integrar no ambiente local, quase de molde a que nos esqueçamos não se tratar dum caldense”<sup>211</sup>.

É só em março de 1955, no âmbito da cobertura do projeto do mercado fechado, que a naturalidade do Presidente é novamente evocada com conotação negativa. A referência foi feita por uma leitora da *Gazeta*, Maria Manuela Lima de Carvalho, que, em carta aberta, se dirigiu incisivamente a Almeida e Silva:

*“Ora V. Ex.<sup>a</sup> não as pode ter [raízes na cidade], visto que não nasceu nas Caldas, nunca frequentou as Caldas. Nenhum caldense se lembra de ter visto alguma vez V. Ex.<sup>a</sup> sair da escola, dançar no clube, tomar parte numa récita de beneficência, entrar numa toirada de amadores, ou sequer atravessar a Praça para fazer uma compra. Não. Não tínhamos o gosto de conhecer V. Ex.<sup>a</sup> antes da sua nomeação para presidente da Câmara.”*<sup>212</sup>

Maria de Carvalho justificava, nestes modos, a incapacidade do Presidente em compreender a “a comunhão íntima que existe entre o mercado das Caldas e as Caldas da Rainha”, e que o levava a pretender construir um mercado fechado em sua substituição. A publicação da carta pelo jornal não pode deixar de revelar a sua sintonia com o que estava escrito.

Contudo, os textos assinados pelo corpo redator da *Gazeta* ainda demorariam a incluir de forma mais habitual alusões a este tópico. Estas intensificaram-se a partir de 1958. Antes disso, a referência mais relevante que encontramos situou-se na edição de 22 de agosto do ano anterior, comemorativa do trigésimo aniversário da elevação de Caldas a cidade. Na sua contribuição para esse número especial de 40 páginas, Carlos Saudade e Silva fazia um apelo aos ilustres caldenses

---

<sup>210</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1116, de 24 de novembro de 1953, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01116

<sup>211</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1154, de 10 de agosto de 1954, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01154

<sup>212</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1185, de 8 de março de 1955, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01185

para que continuassem “a obra iniciada há 30 anos e prosseguida pelas Câmaras a que presidiram os caldenses José Saudade e Silva, Júlio Lopes e Augusto Saudade e Silva”. Para o advogado, a urgência de retomar esse caminho resultava da ausência de um “timoneiro caldense” que agarrasse as “rédeas do poder local, abandonadas a mãos estranhas”<sup>213</sup>. A menção às “mãos estranhas” que comandavam os destinos das Caldas vinha, pois, acompanhada de um convite a que algum caldense assumisse as responsabilidades do concelho.

Foi justamente pela pena de Carlos Saudade e Silva que, em 1958, a naturalidade do Presidente da Câmara começou a ganhar maior protagonismo. Em junho, nas vésperas das eleições presidenciais, em artigo que logo no título se propunha a indicar aos leitores “em quem devemos votar”, o governo da nação era acusado de “abandonar a nossa terra (...) às mãos inábeis e inexperientes (...) de quem não sabe dirigir, política e administrativamente, os destinos locais”<sup>214</sup>. Em outubro, Saudade e Silva escrevia que a falta de obras municipais conduziria a cidade de volta ao estatuto de vila, um suposto desejo de Almeida e Silva, que havia expressado publicamente que Caldas “não merece ser cidade”<sup>215</sup>. Em outros dois textos deste ano, não assinados, voltou a fazer-se uso do Código Administrativo para contestar a edilidade: em setembro, assinalava-se que “o magistrado administrativo do concelho deve ser munícipe”<sup>216</sup>; e, em dezembro, apontava-se novamente o dedo ao poder central, que, contrariando a lei, nomeava “para presidir os destinos dos concelhos pessoas que lhes são estranhas”. Ao fim e ao cabo, para a *Gazeta* “pouco importa a forma de designação do Presidente de Câmara, desde que este seja munícipe”<sup>217</sup>.

Esta campanha continuou até ao final do mandato de Almeida e Silva. Em fevereiro de 1959, e mais uma vez com a assinatura de Carlos Saudade e Silva, identificava-se o mal fundamental do município: o facto de o governo colocar “à frente das Câmaras estranhos, indivíduos que não são da terra e se eternizam nos postos contra a evidente vontade dos povos”<sup>218</sup>. E em outubro do mesmo ano, a propósito da tomada de posse das novas Juntas de Freguesia, Saudade e Silva lembrava que era hora de novas Câmaras se constituírem – e, mais importante, que havia nas Caldas pessoas a quem sobrava “tempo e disposição para se consagrarem à Causa Pública”<sup>219</sup>. O “divórcio permanente” entre a *Gazeta* e a Câmara Municipal, que o jornal admitiu existir em março de 1960, era, portanto, sinal de que a “permanecer-se na mesma orientação político-administrativa, só erros e erros se vão de registar”<sup>220</sup>.

---

<sup>213</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1315-1316, de 22 de agosto de 1957, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01315

<sup>214</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1360, de 3 de junho de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01360

<sup>215</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1380, de 21 de outubro de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01380. Essa afirmação pública foi unicamente reportada na *Gazeta* neste texto de Carlos Saudade e Silva. Não é claro em que contexto Fernando Pais de Almeida e Silva teria dito que Caldas da Rainha não merecia o estatuto de cidade – se é que o disse, de facto. Pode não ter passado de um rumor que circulava no concelho por esta altura.

<sup>216</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1376, de 23 de setembro de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01376

<sup>217</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1390, de 30 de dezembro de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01390

<sup>218</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1398, de 24 de fevereiro de 1959, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01398

<sup>219</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1436, de 27 de outubro de 1959, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01436

<sup>220</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1460, de 22 de março de 1960, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01460

Se a naturalidade de Fernando Pais de Almeida e Silva foi, desde antes da sua nomeação formal, uma fonte de descontentamento da elite caldense, porque é que o tema só começou a ganhar maior prevalência nos últimos dois anos do seu mandato? A explicação mais simples tem a ver com o limite imposto pelo Código Administrativo aos mandatos dos Presidentes de Câmara: oito anos, seis dos quais o edil já havia completado. Estava para breve a sua substituição, pelo que valeria a pena relembrar criticamente as suas origens, de modo a condicionar a escolha do seu substituto à luz do critério de naturalidade.

Mas há outra razão que pode ajudar a compreender a intensificação da campanha da *Gazeta*: as mexidas nos cargos que decidiam a nomeação dos líderes dos concelhos – mais concretamente, os de Ministro do Interior e de Governador Civil de Leiria, que passaram a ser ocupados, respetivamente, pelo coronel Arnaldo Schulz, em novembro de 1958; e por Olímpio Duarte Alves, em fevereiro de 1959. Estes nomes vieram substituir os de Joaquim Trigo de Negreiros e de João Dias Moreira<sup>221</sup>, que detinham os referidos postos desde o início da década de 1950. Ou seja, foi durante os seus mandatos que a presidência da Câmara caldense havia sido dada a alguém vindo de fora do município. Diante destes novos rostos, a *Gazeta* parece, pois, ter tentado, nas suas páginas, influenciar a escolha do novo Presidente da Câmara das Caldas.

No caso do novo Ministro do Interior, o otimismo era publicamente demonstrado pelo jornal local. Aquando da tomada de posse de Olímpio Duarte Alves, a 17 de fevereiro de 1959, foi o discurso de Schulz que mereceu destaque. Na leitura que a *Gazeta* fez da intervenção do coronel, que qualificou “os edis máximos como pessoas gozando de prestígio nos seus concelhos”, estava implícita a referência “à necessidade e à conveniência de já serem munícipes os presidentes de câmara”. Para Carlos Saudade e Silva, o repórter na sessão solene, não havia dúvidas: o Ministro do Interior tinha “por certo ser filho, natural ou adotivo, do respetivo concelho aquele que se encontra à frente dos seus destinos”. Uma atitude que só podia agourar boas perspectivas, das quais o semanário não se inibia de recolher louros – haviam sido muitas páginas e colunas a denunciar “o mal” das Caldas, e “por isso mesmo nos agrada ver que o Governo da Nação o notou e quer remediá-lo”<sup>222</sup>.

Quando chegou a notícia de que João Artur Botelho Moniz seria nomeado para suceder a Fernando Pais de Almeida e Silva, a *Gazeta* também reclamou para si a responsabilidade da decisão: “a linha de orientação sempre definida nestas colunas” e que o jornal manteve fielmente só poderia “conduzir à altíssima finalidade ora alcançada”. Ademais, e apesar da gratidão pela

---

<sup>221</sup> Entre a saída de Joaquim Trigo de Negreiros e a tomada de posse de Arnaldo Schulz, o Ministério do Interior foi ainda liderado durante três meses, de agosto a novembro, por José Pires Cardoso. Por sua vez, João Dias Moreira parece ter saído das funções um pouco antes de fevereiro, já que, a 23 de setembro de 1958, foi o Engenheiro Mário Galo, identificado como Governador Civil Substituto pela *Gazeta*, que presidiu à inauguração da luz elétrica da freguesia de Santa Catarina.

<sup>222</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1398, de 24 de fevereiro de 1959, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01398

“lucidez da decisão” do Governador Civil, o periódico afirmava que a responsabilidade da nomeação cabeia “ao nosso diretor, exclusivamente”<sup>223</sup>. Um exagero, sem dúvida – mesmo que Júlio Lopes tenha sugerido o nome de Botelho Moniz (e muito provavelmente o fez, como havia feito no início da década de 1950), dificilmente se teria devido à sua proposta a exclusividade da decisão, já que o diretor da *Gazeta* não ocupava, por esta altura, nenhum cargo político relevante que lhe conferisse tamanha influência. Não obstante a inexactidão da afirmação, a hipérbole condizia com o entusiasmo em ver a Câmara Municipal das Caldas da Rainha novamente nas mãos de um caldense, pondo termo a “oito anos durante os quais tal posto esteve ocupado por pessoa estranha ao concelho” e que assegurava “o regresso a uma linha de orientação firmemente traçada em vista do bem comum local”<sup>224</sup>.

Não é possível atribuir à *Gazeta* os créditos da nomeação de Botelho Moniz de forma tão leviana quanto a própria fez. Mas podemos olhar para a instrumentalização da naturalidade Fernando Pais de Almeida e Silva e identificar, mais uma vez, um critério editorial estratégico, muito atento aos diferentes contextos que cada momento da década de 1950 trazia. Vimos anteriormente que os principais assuntos abordados nas páginas do jornal respeitavam a sequência em que eram discutidos nas reuniões camarárias. No caso das origens do Presidente da Câmara, foi um tópico que só ganhou maior peso quando, aos olhos do corpo redator do periódico, os novos responsáveis pelas indicações dos magistrados administrativos eram mais sensíveis a tal aspeto. Analisando em conjunto os temas do anterior subcapítulo e o do presente, é-nos permitido descortinar uma outra característica do conteúdo das *Gazetas* no decorrer do mandato de Almeida e Silva. Enquanto estava distante o cumprimento dos oito anos da sua presidência, o foco era na sua incompetência, nos desrespeitos às leis e códigos do Estado Novo, na má gestão administrativa, na insatisfação da população – enfim, num conjunto de malefícios que poderiam justificar o seu afastamento do cargo. Com o passar dos anos, e sem que o objetivo da destituição se alcançasse, aproximava-se o limite do mandato. Nessa conjuntura, tornou-se proveitoso aludir ao quão benéfico seria ter um caldense nas lides do poder local. O propósito passou a ser o de influenciar a escolha do sucessor do Presidente da Câmara ao invés de antecipar a sua saída.

Nesta campanha, a linguagem da *Gazeta* continuava revestida de algum cuidado e precaução. As críticas ao executivo camarário nunca eram críticas ao Estado Novo. E, apesar de terem sido feitos duros reparos ao governo da nação relativamente à decisão de entregar a Câmara caldense a alguém de fora, era ainda no poder central que se continuava a confiar para remediar a situação. As descrições da atuação de Fernando Pais de Almeida e Silva também mereceram alguma cautela: os adjetivos mais duros eram reservados às suas decisões, às suas ações e à sua presidência, mas muito raramente à sua pessoa, ao indivíduo propriamente dito. Numa rara

---

<sup>223</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1481, de 16 de agosto de 1960, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01481

<sup>224</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1480, de 9 de agosto de 1960, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01480

ocasião, a redação recorreu até ao humor, notificando uma “louvável iniciativa” da Câmara no setor da urbanização, especificando somente no penúltimo parágrafo que se tratava de uma iniciativa da Câmara de... Estremoz – “o leitor julgava que era a de Caldas?!”, rematava-se nas derradeiras linhas<sup>225</sup>. Tudo isto se explica mais pela censura a que o jornal era inevitavelmente sujeito do que por uma cordialidade intrínseca ao corpo redator. Mas se a censura era particularmente implacável no conteúdo das publicações, poderia ter alguns ângulos mortos na forma. É nos elementos que ela comporta – nas omissões, nas fotografias, na paginação, na disposição e no enquadramento das notícias, etc. – que podemos, assim, encontrar outra contribuição para enriquecer esta análise de conteúdo.

#### 4.2.3. A forma

Voltemos à primeira página da *Gazeta das Caldas* após a tomada de posse de Almeida e Silva<sup>226</sup>. Seria de prever, na reportagem da sessão de empossamento, que o protagonismo fosse para o novo Presidente da Câmara, que o seu discurso fosse transcrito num número razoável de linhas, que tivesse direito a uma fotografia da cerimónia, ou que o seu nome merecesse destaque a letras maiúsculas. No entanto, nenhuma destas previsões se cumpriu. Para o título da notícia, escolheu-se uma passagem do discurso de Júlio Lopes, discurso esse que foi inteiramente transcrito, como, aliás, já observámos. Fernando Pais de Almeida e Silva foi mencionado somente no corpo do texto e a sua intervenção foi telegraficamente resumida num curto parágrafo. Da sessão não foram publicadas imagens, nem sequer um retrato do novo Presidente. Um caldense que lesse a edição de 17 de agosto de 1952 do jornal local não teria um rosto para associar ao seu novo edil.

A oposição que a *Gazeta* fez a Almeida e Silva durante o seu mandato concretizou-se também nestes pormenores. Tal como os aspetos anteriormente analisados, este agrava-se a partir de 1955, mas encontramos já alguns prenúncios nos anos anteriores. Em outubro de 1953, na primeira parte da entrevista ao Presidente da Câmara, por exemplo, o entrevistador informa-o que “a população receia que a Comissão de Turismo a que V. Ex.<sup>a</sup> preside confunda realizações turísticas com festejos e limite aquelas a estes”<sup>227</sup>. Não é inteiramente claro como apurou o jornal este receio tão específico da população – mais parece, antes, uma preocupação da elite, que é apresentada ao entrevistado e ao leitor como um anseio de dono mais abstrato.

No ano seguinte, a grande campanha contra o mercado fechado teve a sua origem na forma de um inquérito geral à população. A nova iniciativa do jornal dava a possibilidade de, a cada mês, focar “um ou dois assuntos de grande interesse local” e permitir que os “caldenses, por

---

<sup>225</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1374, de 9 de setembro de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01374

<sup>226</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1051, de 17 de agosto de 1952, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01051

<sup>227</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1116, de 24 de novembro de 1953, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01116

escrito, possam depor sobre eles, expondo o seu ponto de vista”<sup>228</sup>. Os inquéritos, feitas as contas, tiveram quatro matérias sob discussão: em fevereiro, a fusão dos clubes desportivos locais e o mercado fechado; em abril, o futuro do Casino da cidade e a finalidade a dar ao campo de jogos da Mata Rainha D. Leonor. Detendo a *Gazeta* a escolha dos temas submetidos ao plebiscito do público e o critério de publicação das opiniões que recebiam, os inquéritos gerais mais não eram do que uma forma matreira de, por um lado, moldar a opinião pública a seu gosto; e, por outro, tentar influenciar o executivo camarário. Os desacordos da *Gazeta* eram disfarçados através de uma rúbrica onde quem assinava os reparos à Câmara era a população.

Noutros momentos e noutros modos encontramos esta forma de ora desresponsabilizar a redação do jornal das críticas feitas, ora fundamentá-las com opiniões de outrem. A 18 de setembro de 1956, a *Gazeta* publicou excertos de uma reportagem do *Diário de Notícias* sobre a cidade, na qual se apontava o muito que havia a fazer nos setores do turismo e do urbanismo. O título insuspeito dado à transcrição – “Não somos só nós” – confirmava a sua utilização: os comentários adversos que o periódico caldense fazia eram justificados por expressarem “a opinião geral ao criticarmos construtivamente a desorientação que atualmente caracteriza a administração do nosso concelho”<sup>229</sup>. Mais tarde, na edição de 22 de abril de 1958, em plena crise de abastecimento de água, o semanário voltou a publicar uma carta de um leitor, desta feita não identificado. Para além dos reparos à Câmara Municipal, que “não se dignou explicar aos munícipes o motivo da interrupção do fornecimento da água”, o remetente sugeria, adicionalmente, que se abrisse um serviço informativo nas páginas da *Gazeta*<sup>230</sup>.

Temos, até aqui, observado comentários e ataques que tinham um alvo muito claro: Fernando Pais de Almeida e Silva. A oposição concentrava-se sobretudo no que não era feito ou no que não correspondia às expectativas e às exigências da elite local. Porém, já demos igualmente conta das obras que o Presidente da Câmara levou a cabo ao longo do seu mandato, incluindo algumas das que a *Gazeta* reivindicava, como a eletrificação das freguesias rurais ou os avanços na urbanização do Borlão. Estas realizações eram criticadas por algumas demoras e atrasos, mas nas suas reportagens um outro elemento saltava à vista: a omissão do nome do edil.

Vejamos alguns exemplos. A propósito da eletrificação da freguesia da Tornada, inaugurada em dezembro de 1956 e porventura um dos melhoramentos mais reivindicados pelo jornal local, a *Gazeta* deu os parabéns aos “habitantes pela inauguração do melhoramento que tanto ambicionavam” – não mencionando, em momento algum, a figura de Fernando Pais de Almeida e Silva<sup>231</sup>. Aquando da abertura da Casa Escola dos Bombeiros Voluntários, em maio de 1957, é

---

<sup>228</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1126, de 2 de fevereiro de 1954, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01126

<sup>229</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1266, de 18 de setembro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01266

<sup>230</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1351, de 22 de abril de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01351

<sup>231</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1279, de 18 de dezembro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01279

reportada a presença do Presidente da Câmara, porém o facto de o seu nome ter batizado o edifício não foi referido<sup>232</sup>. No ano seguinte, os créditos da construção dos Silos da FNPT, esforço conjunto de Botelho Moniz e da Câmara, foram dados somente ao primeiro<sup>233</sup>. Mesmo quando era reconhecido o papel do executivo camarário em determinados melhoramentos – como nas inaugurações dos serviços elétricos das freguesias de Santa Catarina, em setembro de 1958<sup>234</sup>, e de Salir de Matos, em novembro de 1959<sup>235</sup> – Fernando Pais de Almeida e Silva não merece particular protagonismo. Na listagem dos presentes nessas sessões, o edil surgia, não raras vezes, elencado apenas depois de outras personalidades, como o Governador Civil ou os Presidentes das Comissões Distrital e Concelhia da UN. Os seus discursos nestas cerimónias passaram a ser, igualmente, suprimidos.

Este critério editorial contrastava com os primeiros anos de mandato de Almeida e Silva. Se observarmos as reportagens feitas antes de 1955, o nome do Presidente era evocado antes de qualquer outro nas listas dos presentes nas sessões, e os seus discursos tinham direito a um maior número de linhas. Assim foi, por exemplo, nos artigos sobre as inaugurações da estrada de Serra do Bouro ao Reguengo da Parada<sup>236</sup> ou do posto escolar da Fanadia<sup>237</sup>, em agosto e setembro de 1953, respetivamente. Em janeiro de 1954, na abertura da estrada de Caldas da Rainha a A-dos-Francos, o Presidente da Câmara voltava a merecer a “homenagem e gratidão” do jornal – ainda que, desta feita, partilhada com o seu antecessor, Augusto Saudade e Silva<sup>238</sup>. As diferenças entre menções e omissões antes e depois de 1955 tiveram reflexo, ademais, no registo fotográfico da *Gazeta*. As únicas vezes que Almeida e Silva viu o seu retrato publicado nas páginas do semanário aconteceram em 1953, para ilustrar a entrevista que concedeu<sup>239</sup>; e em 1954, a propósito do 2.º aniversário da sua tomada de posse<sup>240</sup>. Até ao final do mandato, a sua silhueta só voltaria a aparecer na fotografia que acompanhava a reportagem da inauguração do Palácio da Justiça, publicada a 8 de dezembro de 1959. De ar sisudo, aparecia do lado esquerdo da imagem, concedendo o centro da mesma aos sorridentes Ministro da Justiça e Arcebispo de Mitilene. Com efeito, a legenda da gravura apenas identificava estes últimos<sup>241</sup>.

Nesta tática formal da *Gazeta das Caldas*, vale a pena, por fim, atentar na maneira como o jornal enquadrou os esclarecimentos que a Câmara lhe enviou acerca do orçamento de 1956 e do valor que o passivo camarário atingiu em 1959. No primeiro caso, é possível constatar,

---

<sup>232</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1301, de 21 de maio de 1957, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01301

<sup>233</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1339, de 29 de janeiro de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01339

<sup>234</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1376, de 23 de setembro de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01376

<sup>235</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1440, de 24 de novembro de 1959 PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01440

<sup>236</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1104, de 30 de agosto de 1953, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01104

<sup>237</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1121, de 29 de dezembro de 1953, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01121

<sup>238</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1125, de 26 de janeiro de 1954, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01125

<sup>239</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1116, de 24 de novembro de 1953, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01116

<sup>240</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1154, de 10 de agosto de 1954, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01154

<sup>241</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1442, de 8 de dezembro de 1959, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01442

comparando as edições de 18 e 25 de outubro de 1955<sup>242</sup>, a diferença de tratamento entre as notícias da rejeição do orçamento e a carta que Almeida e Silva enviou ao diretor do jornal, Júlio Lopes, publicada na semana seguinte. As primeiras ocuparam duas páginas inteiras – a primeira e a última – e já aqui analisámos o seu conteúdo. Por sua vez, a adenda do Presidente da Câmara partilhou a centralidade da primeira página com um artigo sobre o sexto centenário da aliança entre Portugal e Grã-Bretanha. O conteúdo da carta – sete concisos parágrafos – não permitiria alargar por muitas linhas o espaço ocupado, é certo. Mas não deixa de ser interessante notar que, por um lado, o esclarecimento não foi considerado importante o suficiente para ocupar sozinho a capa do semanário; e que, por outro, não mereceu qualquer reação da *Gazeta*, que o publicou sem contraditório, nem tampouco um pedido de desculpas.

Diferente trato teve a resposta da Câmara Municipal das Caldas da Rainha às notícias sobre o seu passivo, em maio de 1959<sup>243</sup>. Bem mais extenso do que a carta enviada quatro anos antes, o desmentido assinado por Fernando Pais de Almeida e Silva continha gráficos, números e um tom inflamado que, até então, o Presidente não havia mostrado publicamente. Havia, desta vez, conteúdo suficiente para ocupar a capa dessa edição por completo. Todavia, a *Gazeta* remeteu o esclarecimento para a quinta página. Na primeira, um pequeno prólogo antecedia a leitura da carta do edil, contextualizando o leitor quanto ao que iria ler adiante. Não era incomum o jornal incluir pequenas notas de redação que davam uma nova luz (desvantajosa para Almeida e Silva) ao que era reportado – a título de exemplo, a notícia da inauguração da eletrificação da Tornada terminava com um lamento, pois a redação havia “tomado conhecimento do facto, por via extra-oficial”<sup>244</sup>; e semelhante alusão houve no final artigo acerca da abertura do edifício dos CTT na Foz do Arelho, onde se deixou um agradecimento “ao sr. Correio-Mor [pel]o convite que (...) foi endereçado”<sup>245</sup>. Mas, desta vez, o apontamento da *Gazeta* era mais do que uma pequena nota; tratava-se de um enquadramento (“a publicação (...) dos precisos comentários é apenas precedida agora dos seguintes”) para condicionar a leitura do ofício camarário. No aspeto formal, aparenta ter sido o pretexto encontrado para empurrar esse mesmo ofício para fora da primeira página.

Na edição da semana seguinte<sup>246</sup>, houve nova carta da Câmara e mais uma resposta da *Gazeta*. Os textos tinham sensivelmente a mesma extensão, mas a sua divisão pelas páginas voltou a dar vantagem ao jornal: na capa, o contraditório assinado por Carlos Saudade e Silva teve duas colunas, contra uma do ofício de Almeida e Silva. E este terminou, ainda, com mais uma nota da redação, que prometia novos apontamentos sobre este assunto no número ulterior. No entanto, a 2 de junho de 1959, o semanário informou os leitores que “por motivos de ordem superior e

---

<sup>242</sup> *Gazetas das Caldas* n.º 1218, de 18 de outubro de 1955, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01218; e n.º 1219, de 25 de outubro de 1955, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01219

<sup>243</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1413, de 19 de maio de 1959, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01413

<sup>244</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1279, de 18 de dezembro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01279

<sup>245</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1308, de 9 de julho de 1957, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01308

<sup>246</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1414, de 26 de maio de 1959, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01414

contrários à nossa vontade, não podemos publicar a continuação dos comentários aos ofícios camarários”<sup>247</sup>. A colocação do habitual aviso – “este número da *Gazeta* foi visado pela Delegação de Leiria de Censura” – mesmo por baixo daquelas linhas não aparenta ter sido feita ao acaso.

Era, de facto, a ocasião mais explícita de atuação da censura sobre o jornal neste período da década de 1950, e logo a incidir em comentários feitos contra o Presidente da Câmara. É que, se a elite local não se limitava às páginas da *Gazeta das Caldas* para desempenhar a sua oposição, Fernando Pais de Almeida e Silva também não se cingiu a enviar esclarecimentos para a redação. Nas reuniões camarárias e em outros corredores do poder, a hostil campanha do periódico estava sob olhar atento do edil e dos seus vereadores, bem como de alguns intervenientes na sede do distrito de Leiria. A seu respeito falaremos de seguida.

#### 4.3. As reações da Câmara Municipal à oposição da *Gazeta das Caldas*

Durante os oito anos de mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva, a *Gazeta das Caldas* foi tema das reuniões camarárias por 19 ocasiões. Tendo em conta que Presidente da Câmara e vereadores se reuniam semanalmente, o número de discussões sobre o jornal local parece ser muito reduzido – ainda para mais considerando a incessante campanha de oposição que, a partir de 1955, começava a figurar em praticamente todas as edições. Com efeito, foi também na segunda metade da década que se concentraram as referências ao periódico nas sessões nos Paços do Concelho: quatro em 1955, cinco em 1956, três em 1958, três em 1959 e outras três em 1960. Antes disso, apenas em 1953 foi trazido para a mesa o assunto da *Gazeta*, por iniciativa do vereador Paulino Montês, que, na reunião de 2 de dezembro, alertou para a publicação de notícias “que podem ser prejudiciais ao bom nome e à fama de que gozam as Caldas da Rainha e em torno do turismo”<sup>248</sup>. Na ata, não ficou registada qualquer reação do Presidente à intervenção de Montês.

A julgar pela distribuição das menções à *Gazeta* nas reuniões da Câmara, a atenção do executivo seguiu a mesma dinâmica de que temos vindo a dar conta nos capítulos anteriores: convivência serena entre Presidente e elite de 1952 a 1954, e agravar da situação de 1955 em diante. Porém, Almeida e Silva, numa das primeiras reuniões com a nova vereação, a 18 de janeiro de 1955, insinuava alguma tensão entre si e o jornal anterior a esse ano. Após Paulino Montês ter proposto o envio à redação de uma lista das obras feitas pela Câmara em 1954, o Presidente disse que “não queria ser ele a tomar essa iniciativa, porque razões pessoais para com a *Gazeta* o levavam a não a fazer”. Mais acrescentou que “o referido periódico (...) pessoalmente não lhe merece consideração” e que era “muitas vezes injusto nas suas apreciações quanto ao interesse e ação da

---

<sup>247</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1415, de 2 de junho de 1959, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01415

<sup>248</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 49, p. 34

Câmara”<sup>249</sup>. A reação surpreende por indicar a uma cobertura negativa sobre a atividade camarária que, na nossa análise de conteúdo, não identificámos neste período inicial do seu mandato – pelo menos não a um nível tão intenso quanto o edil sugere. Mais curioso é que, um ano antes, Almeida e Silva não tenha tido uma resposta semelhante quando o mesmo Paulino Montês lhe falou das notícias prejudiciais à cidade contidas no jornal.

A reação ganha algum sentido se partirmos do princípio de que a sensibilidade do Presidente da Câmara em plena década de 1950 estaria, quiçá, ainda condicionada pelo seu processo de nomeação, em 1952 – e, sobretudo, pela sua tomada de posse, na qual, perante as mais altas figuras do concelho e do distrito leiriense, Júlio Lopes havia enfatizando que os caldenses não o conheciam. Com Lopes a dirigir a *Gazeta*, aos olhos de Almeida e Silva cada notícia minimamente crítica do estado da cidade e das freguesias, não obstante a ausência de destinatário ou alvo aparente, poderia parecer-lhe dirigida a si. Quanto ao porquê de não ter tecido comentários sobre o assunto nas reuniões camarárias antes de 1955 – nem quando, em dezembro de 1953, Paulino Montês lhe deu pretexto para tal –, porventura só se teria sentido à vontade para o fazer diante de uma vereação totalmente escolhida por si.

Efetivamente, Fernando Pais de Almeida e Silva e os seus vereadores passaram a estar mais alerta na segunda metade dos anos de 1950. A propósito da inauguração da Estação Elevatória de Águas do Amial, o vereador José da Silva Natário, na reunião de 24 de maio de 1955, queixou-se da “inconveniência da entrevista concedida [à *Gazeta*<sup>250</sup>] pelo Engenheiro da Federação de Municípios da Estremadura [Jaime Nobre Pereira]”, na qual o referido funcionário afirmava que a construção havia sido por si dirigida. Foi o próprio Presidente da Câmara a desmentir o comentário, nomeando os envolvidos no melhoramento: “Fiscal de Obras da Câmara e (...) Fiscal do Comissário do Desemprego, e ainda o Engenheiro Diretor dos Serviços de Urbanização do Distrito de Leiria, sendo a parte elétrica dirigida pelo técnico consultor da Câmara, Manuel da Silva Tenreiro”<sup>251</sup>. Até ao final do ano, o edil voltaria a ter de prestar esclarecimentos aos seus vereadores aquando da discussão, no Conselho Municipal, do orçamento de 1956. Perante os alargados artigos na *Gazeta* sobre o assunto, Almeida e Silva “voltou a relatar o que se passara nessa reunião” e enviou um ofício a Júlio Lopes “desmentindo as asserções menos verdadeiras”<sup>252</sup>, publicado na edição de 25 de outubro de 1955 do jornal, que analisámos anteriormente.

No ano seguinte, o mês de outubro registou uma elevada animadversão entre a Câmara e a *Gazeta*. E, desta feita, o Presidente tomou medidas mais duras contra o jornal local. Na sessão

---

<sup>249</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 58

<sup>250</sup> Tal como noutras ocasiões, a *Gazeta* também deixou uma traiçoeira nota de redação no final da entrevista: “em virtude de não se ter aqui recebido qualquer convite para a inauguração da Estação Elevatória do Amial, não podemos oferecer aos nossos leitores a reportagem do acontecimento”. *Gazeta das Caldas* n.º 1197, de 24 de maio de 1955, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01197

<sup>251</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 122

<sup>252</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50, p. 182

camarária de 16 de outubro, após Paulino Montês se ter insurgido contra as notícias “falsas e tendenciosas” publicadas no semanário<sup>253</sup>, Fernando Pais de Almeida e Silva fez saber que ia expor o assunto ao Governador Civil “mais uma vez”<sup>254</sup>, o que indicava que, anteriormente, já tinham sido feitas outras denúncias do executivo a João Dias Moreira. Neste caso, o tema iria arrastar-se até finais de novembro. A 30 de outubro, o Presidente da Câmara informou que, “dada a natureza do assunto, terá o mesmo de ser exposto pessoalmente ao Sr. Governador Civil”<sup>255</sup>; e, a 20 de novembro, comunicou que Dias Moreira iria levar a denúncia ao Ministro do Interior, pedindo para que a Câmara continuasse “calma como até aqui”<sup>256</sup>.

E calma continuou a Câmara Municipal, de facto: até ao fim de 1956 e durante 1957, a *Gazeta* não foi tópico nas reuniões nos Paços do Concelho. Tal como observámos, foram anos de redefinição na elite caldense. Em particular, as movimentações de Júlio Lopes em 1956 ganham outra dimensão nesta conjuntura. Relembramos que, nesse ano, o diretor do jornal local não foi reconduzido na presidência da Comissão Concelhia das Caldas da União Nacional e pediu a demissão do cargo de representante da Câmara no Conselho Administrativo do Hospital Termal. Se as declarações de Almeida e Silva ao Governador Civil já aconteciam, ao que tudo indica, antes de outubro de 1956, o afastamento de Lopes dos dois órgãos que ainda o ligavam à vida política caldense pode muito bem ter acontecido por pressão do Presidente da Câmara junto das altas instâncias.

Porém, e com alguns anos até ao final do seu mandato, Almeida e Silva não poderia esperar que a calma prevalecesse. A incansável oposição do periódico, que teve mais um momento alto com a crise no abastecimento de águas de 1958, obrigou o seu executivo a proteger-se novamente da *Gazeta das Caldas*. A defesa, desta vez, traduziu-se em dois acontecimentos: a suspensão do subsídio da União Nacional ao jornal de Júlio Lopes, em articulação com a Comissão Distrital de Leiria do partido; e a criação, a 11 de maio de 1958, de um novo semanário, *O Caldense*, para a qual contribuiu o Presidente da Comissão Concelhia da UN, Aníbal Correia. A primeira decisão, foi, aliás, tomada sem informar os organismos partidários centrais, o que, mais uma vez, sugere o carácter extraoficial das movimentações do Presidente da Câmara das Caldas.

Temos conhecimento dessas movimentações precisamente porque a Comissão Executiva da UN inquiriu o Presidente da respetiva Comissão Distrital de Leiria, José Pereira Pascoal, acerca do subsídio para a imprensa local. Tudo começou quando Pereira Pascoal, em dezembro de 1958,

---

<sup>253</sup> O vereador não especificou de que notícias falava, mas é bem provável que se estivesse a referir à série de duros artigos que Carlos Saudade e Silva escrevia por esta altura sobre a ação do município caldense. À data dessa reunião (16 de outubro), o advogado já havia assinado dois textos neste âmbito.

<sup>254</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 103

<sup>255</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 109. A referência à necessidade de expor a situação ao Governador Civil pessoalmente pode ajudar a explicar a ausência de ofícios sobre o assunto – as conversas deveriam ter corrido com carácter extraoficial, sem ficarem registadas por escrito.

<sup>256</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51, p. 115

enviou à Comissão Administrativa do partido o livro de caixa da organização, no qual destacava uma dívida de mais de seis mil escudos a *O Caldense*<sup>257</sup>, contraída no âmbito da campanha para as eleições presidenciais do ano que findava. O pedido de envio do referido valor foi ignorado até maio do ano seguinte, apesar da grande insistência do Presidente da Comissão Distrital, que enviou cinco ofícios exigindo o pagamento da dívida. António Castro Fernandes, Presidente da Comissão Executiva da UN, só respondeu a 20 de maio de 1959.

O que levou à demora na resposta da Comissão Executiva? Entre dezembro de 1958 e maio de 1959, o organismo procurou inteirar-se acerca da situação da imprensa local caldense. A 4 de março de 1959, Luís Montês, Chefe da Secretaria da UN, apresentou um relatório<sup>258</sup>, feito com base em informações prestadas pelo Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha. *O Caldense* era caracterizado como uma publicação “de feição decididamente situacionista”, ao invés da *Gazeta*, que “esteve iniludivelmente ao serviço do candidato Humberto Delgado”. Sobre Carlos Saudade e Silva, que, por esta altura, era já *de facto* editor após a hemialgia de Júlio Lopes, dizia-se que lhe faltava “necessária idoneidade moral”<sup>259</sup>, o que lhe havia impedido, anteriormente, de obter “autorização oficial para fundar outro jornal regional”<sup>260</sup>. Como se não bastasse, o advogado tinha discordado da constituição de uma comissão de censura local na recente reunião do SNI em torno da imprensa de província, realizada de 26 a 28 de janeiro de 1959.

Todavia, as informações prestadas por Almeida e Silva não eram, de todo, correspondentes à verdade. O Presidente da Câmara mentiu em dois aspetos, concretamente sobre o alinhamento da *Gazeta* com Humberto Delgado e acerca da oposição de Carlos Saudade e Silva à constituição de comissões locais de censura. No primeiro caso, a última edição do jornal antes das eleições presidenciais de 8 de junho de 1958 era inequívoca: “votem com Salazar, como Salazar e por Salazar na pessoa ilustre, honradíssima, experimentada e digna do contra-almirante Américo Tomás”<sup>261</sup>. No segundo, Saudade e Silva não se havia insurgido contra a censura *per se*, antes

---

<sup>257</sup> Ofício n.º 212/58, de 3 de dezembro de 1958, do Presidente da Comissão Distrital da União Nacional ao Presidente da Comissão Administrativa da União Nacional, PT/TT/UN-A/A/9-137/3

<sup>258</sup> Relatório, de 4 de março de 1959, do Chefe de Secretaria da União Nacional, PT/TT/UN-A/A/9-137/3

<sup>259</sup> À frente deste comentário, Luís Montês deixava, entre parênteses, o seguinte desabafo: “filho de peixe...”. O apelido Saudade e Silva ainda carregava, quiçá, um peso negativo quase uma década após a atabalhoada saída da presidência da Câmara Municipal de Augusto, tio de Carlos.

<sup>260</sup> O relatório de Luís Montês não especifica de quando datava esta tentativa de Carlos Saudade e Silva. Estranho seria se tivesse ocorrido na década de 1950, tal era o protagonismo e o poder de que gozava na *Gazeta*. A alusão seria, porventura, ao jornal *O Progresso*, que se publicou nas Caldas da Rainha, nos anos em que a *Gazeta* cessou atividade, entre 1946 e 1948, sob direção de João Vieira Pereira (um dos indivíduos propostos para a Câmara das Caldas em 1952). Nos cargos de proprietário e editor, estavam, respetivamente, Leonel e Acácio Sottomayor – o primeiro, com funções na Escola Industrial e Comercial das Caldas; o segundo, irmão de Ápio da Silva, nome já referido anteriormente. Figuras próximas de Júlio Lopes, portanto, tal como era Carlos Saudade e Silva, pelo que não é de descartar a hipótese de o jovem advogado se ter tentado associar a esta iniciativa jornalística.

<sup>261</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1360, de 3 de junho de 1958, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01360. Apesar da campanha pró-Américo Tomás no jornal, pode, mesmo assim, ter havido alguma movimentação no terreno contrária à Situação. Isso explicaria os resultados eleitorais: uns elevados 36% para Humberto Delgado (muito acima do resultado nacional, de 23,45%), que ganhou, inclusive, em quatro freguesias: A-dos-Francos, Foz do Arelho, Landal e Serra do Bourro. Em todo o caso, Almeida e Silva não teria provas dessa campanha se tivesse somente as notícias da *Gazeta* como referência.

apontara a dificuldade em encontrar em cada concelho “personalidade que no exercício dessa missão procedesse sem subjetivismo e sem interferências de opiniões pessoais”<sup>262</sup>. A desconfiança do advogado viria, muito provavelmente, do receio de ver uma comissão concelhia de censura nas mãos da Câmara, e, por isso, suscetível de ser instrumentalizada contra o seu jornal.

Adicionalmente a este relatório, o próprio Fernando Pais de Almeida e Silva reencaminhou ao Secretário-Geral da Comissão Executiva da UN o esclarecimento que havia enviado à *Gazeta* sobre o passivo da sua Câmara<sup>263</sup>, em maio de 1959. Os organismos centrais da UN estavam, oficialmente, a par dos conflitos que tinham lugar nas Caldas da Rainha. Para melhor compreender o que se passava, Castro Fernandes perguntou à Comissão Distrital de Leiria, no tão aguardado ofício enviado a 20 de maio<sup>264</sup>, porque é que a *Gazeta das Caldas* “havia deixado de merecer a confiança política da UN” e, ademais, por que razão não tinha o organismo leiriense proposto a transferência do subsídio de apoio à imprensa local para *O Caldense*. A resposta não tardou e, meros dois dias depois, Pereira Pascoal esclarecia, categoricamente, a Comissão Executiva:

*“(...) face à atitude de rebeldia assumida por este jornal [Gazeta] contra os elementos dirigentes da política e da administração naquela cidade e concelho, foi deliberado suspender-lhe o referido subsídio que passou a ser guardado nesta Comissão Distrital até que em Caldas da Rainha se publicasse um novo jornal nacionalista que já estava a ser delineado e ao qual foi entregue a importância em Caixa. (...) Deste facto também foi dado conhecimento ao Ex.º Senhor Dr. João Moreira que desempenhava as funções de Governador Civil do Distrito.”*<sup>265</sup>

A dívida era justificada por, em concordância com Aníbal Correia, Presidente da Comissão Concelhia da UN nas Caldas e “grande impulsionador de *O Caldense*”, se ter usado o dinheiro do subsídio à imprensa local para pagar outras despesas da campanha presidencial no distrito de Leiria. O acumulado da dívida (seis contos) era, afinal, o somatório de 12 mensalidades (no valor de 500 escudos, cada) correspondentes ao subsídio. A *Gazeta* estava, portanto, sem subsídio desde o início de 1958.

Castro Fernandes informou Pereira Pascoal que a Comissão Administrativa da UN tinha considerado preferível “enquadrar o caso d’*O Caldense* no problema geral da imprensa nacionalista regional”<sup>266</sup> e, a 21 de julho de 1959, Luís Montês confirmou a transferência dos seis contos

---

<sup>262</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1395, de 3 de fevereiro de 1959, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01395

<sup>263</sup> Ofício n.º 997, de 12 de maio de 1959, do Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha ao Secretário-Geral da Comissão Executiva da União Nacional, PT/TT/UN-A/A/9-137/3

<sup>264</sup> Ofício confidencial n.º 1908, de 20 de maio de 1959, do Presidente da Comissão Executiva da União Nacional ao Presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Leiria, PT/TT/UN-A/A/9-137/3

<sup>265</sup> Ofício n.º 228/59, de 22 de maio de 1959, do Presidente da Comissão Distrital de Leiria da União Nacional ao Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, PT/TT/UN-A/A/9-137/3

<sup>266</sup> Ofício n.º 2021, de 27 de maio de 1959, do Presidente da Comissão Executiva da União Nacional ao Presidente da Comissão Distrital de Leiria da União Nacional, PT/TT/UN-A/A/9-137/3

para a Comissão Distrital de Leiria<sup>267</sup>, destinados a liquidar a dívida ao mais recente semanário das Caldas. O novo jornal cumpria assim um dos seus propósitos: o de desviar da *Gazeta* o subsídio a que tinha direito, tornando-se, aos olhos dos organismos centrais da UN, o órgão oficial do partido no concelho.

Mas o mais importante objetivo d'*O Caldense* era o de conceder boa imprensa à Câmara Municipal das Caldas e de dar voz aos que se mantinham ao lado de Fernando Pais de Almeida e Silva. Isso ficou claro no seu número inaugural: no texto de apresentação, o jornal afirmava que “a expressão «interesses de uma cidade ou região» varia consoante a intencionalidade com que é dita”. As suas palavras eram “para as pessoas de boa-vontade, aquela elite de pessoas de bem” e prometia que não iria trilhar “antros de vis interesses, de ambições mesquinhas, de caprichos efémeros”. Se dúvidas restassem, os protagonistas desta primeira edição dissipavam-nas: era publicado um texto de Aníbal Correia, a propósito do trigésimo aniversário da tomada de posse de Salazar; e era difundido um esclarecimento do executivo camarário sobre o problema no abastecimento de água, do qual a redação concluía que não havia “qualquer responsabilidade nem negligência por parte dos serviços oficiais e municipais”<sup>268</sup>. No cabeçalho do semanário, surgia também uma figura familiar: João Vieira Pereira, Vice-Presidente da Comissão Concelhia da UN e, n'*O Caldense*, titular do cargo de redator.

Estava a cumprir-se o desejo expressado nas reuniões camarárias pelo vereador César Lourenço, a 6 de maio de 1958, perante a perspectiva de um novo jornal na cidade: “que ele venha completar, sob todos os aspetos, o serviço de informações das atividades do concelho”<sup>269</sup>. De facto, da mesma forma que a *Gazeta da Caldas* usava notícias de outros jornais e cartas de leitores para fundamentar as suas críticas, a Câmara Municipal usufruía d'*O Caldense* para se defender da campanha do periódico de Júlio Lopes. Na carta que Almeida e Silva enviou ao *Diário Popular*, em junho de 1958, para desmentir o que aí se havia publicado sobre o problema do abastecimento de água na cidade, o Presidente endereçou “alguns números de outro jornal local onde se transcreveram documentos oficiais”<sup>270</sup>. As páginas do novo semanário serviam, adicionalmente, para voltar a partilhar com os caldenses os resumos das sessões nos Paços do Concelho; e para a Comissão Municipal de Turismo, tão frequentemente visada pela *Gazeta*, dispor igualmente de algum espaço de publicidade. Até os mais pequenos acontecimentos na vida camarária mereciam reportagens alongadas, como é disso exemplo o artigo acerca da tomada de posse do novo secretário da Câmara Municipal, em outubro de 1958, no qual o discurso do Presidente teve direito a dois parágrafos de transcrição<sup>271</sup>.

---

<sup>267</sup> Ofício n.º 2880, de 21 de julho de 1959, do Chefe de Secretaria da União Nacional ao Presidente da Comissão Distrital de Leiria da União Nacional, PT/TT/UN-A/A/9-137/3

<sup>268</sup> *O Caldense* n.º 1, de 11 de maio de 1958, CAL D908(05) PP-FL\PST

<sup>269</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 90

<sup>270</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52, p. 104

<sup>271</sup> *O Caldense* n.º 23, de 12 de outubro de 1958, PT/PH/FSC, caixas de jornais

Não obstante a importância que lhe foi conferida, o novo jornal não parece ter deixado marcas muito profundas na cidade, muito menos nas relações entre o Presidente da Câmara e a elite militante na *Gazeta*. Em 1959, a urgência na liquidação da dívida de seis mil escudos ao *Caldense* resultava, a propósito, da “falta de fundos para manter a sua publicação”<sup>272</sup>. Até a maneira como as suas páginas ficaram guardadas nos arquivos caldenses denuncia o reduzido impacto que teve na memória da população: no Arquivo Municipal, encontra-se somente o número inaugural; e na Associação Património Histórico, estão apenas algumas edições guardadas no arquivo pessoal de Fernando da Silva Correia. No arquivo da Biblioteca Nacional, a última cópia preservada data de 14 de dezembro de 1958, pelo que não há sequer vestígios d’*O Caldense* em 1959. Neste cenário, a *Gazeta*, mesmo desprovida de subsídios, mantinha o monopólio da influência jornalística no concelho – e, portanto, caminho livre para continuar a sua campanha de oposição.

Assim se entende que, em junho de 1959, a censura tenha atuado sobre a *Gazeta das Caldas*. Um último recurso, que colocava fim a mais um episódio de elevada tensão entre o jornal e a Câmara, desta feita no âmbito das notícias respeitantes ao passivo camarário. Fernando Pais de Almeida e Silva não fez qualquer referência à censura nas reuniões com os vereadores – apesar de ter demonstrado claramente o seu desagrado com a “atitude tanto incompreensível como intencionalmente destrutiva” do semanário na sessão de 12 de maio<sup>273</sup>. Contudo, não teria sido impossível que, oficiosamente, tivesse tido alguma influência na concretização da censura aos comentários do jornal.

Em 1960, já com uma nova vereação e, muito provavelmente, ciente de que não seria reconduzido para um novo mandato, Fernando Pais de Almeida e Silva convidou, em março, a *Gazeta*, na figura de Carlos Saudade e Silva, a integrar a Comissão Municipal de Turismo<sup>274</sup>; e, a 5 de abril, aprovou a proposta do recém-eleito vereador Mário de Oliveira Felizardo para que o jornal tivesse também um representante na Comissão Municipal de Trânsito<sup>275</sup>. Foram as últimas ocasiões em que o semanário foi referido nas reuniões camarárias. Uma mudança de atitude que se pode ler como um ato de resignação: apesar de ter, com todos os meios, contra-atacado o periódico ao longo de oito anos, este mantinha-se de pé, sem sinais de abrandar a sua campanha. Não valeria a pena gastar mais energias nos seus últimos meses como Presidente da Câmara das Caldas da Rainha. As pontes entre a autarquia e a *Gazeta* ficavam restabelecidas para o seu sucessor.

---

<sup>272</sup> Ofício n.º 9/59, de 14 de janeiro de 1959, do Presidente da Comissão Distrital de Leiria da União Nacional ao Presidente da Comissão Administrativa da União Nacional, PT/TT/UN-A/A/9-137/3

<sup>273</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 53, p. 101

<sup>274</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 55, p. 123

<sup>275</sup> Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 55, p. 152

Ao longo deste capítulo, temos analisado a reação ativa e negativa da Câmara Municipal, a forma como esta tentou limitar a *Gazeta* e proteger-se dela. Essa reação expressou-se em diversos contornos: esclarecimentos enviados à redação, denúncias a organismos superiores, suspensão de convites para inaugurações e outros eventos, criação de um jornal concorrente, pressões para que o periódico de Júlio Lopes fosse castigado com a perda de subsídios e pela censura. Fernando Pais de Almeida e Silva revelou, nesta escalada de ações, uma crescente frustração, que o levou a ter algumas atitudes menos corretas, como as inverdadeiras declarações prestadas a Luís Montês para a elaboração do supracitado relatório da UN.

Mas houve também uma reação passiva e positiva por parte do executivo camarário. Ao longo deste capítulo, já viemos dando conta dela. Falamos de como, ocasionalmente, foi visível que a Câmara discutia determinados temas pouco depois de esses serem introduzidos pela *Gazeta* dias ou semanas antes – assim foi com a monografia local ou com a eletrificação das freguesias rurais. Ou de como, por via da cobertura jornalística local, teve de deixar cair algumas iniciativas (nomeadamente, a do mercado fechado) e de vir a público, com um grau de transparência inesperado em tempos de ditadura, apresentar extensos relatórios em defesa da sua política – como aconteceu com a publicação das contas da Câmara para justificar o elevado passivo em 1959. De forma mais ou menos voluntária, com ou sem consciência disso, e por mais que resistisse, Fernando Pais de Almeida e Silva trilhou, entre 1952 e 1960, um caminho definido, não raras vezes, pelas linhas e pelas colunas da *Gazeta das Caldas*.

Sinal de missão cumprida pelo jornal? Não totalmente. É certo que, em algumas matérias, a *Gazeta* conseguiu influenciar a ação do executivo camarário. Todavia, o objetivo principal, o de devolver as lides do concelho a um ilustre caldense, não se concretizou. Fernando Pais de Almeida e Silva completou a duração do mandato estipulada pelo Código Administrativo. Ao contrário dos seus antecessores, Júlio Lopes e Augusto Saudade e Silva, teve até um processo de saída da presidência do município sem quaisquer sobressaltos burocráticos.

A vida política das Caldas da Rainha na década de 1950 ficou, assim, marcada por um braço de ferro entre o Presidente da Câmara Municipal, Fernando Pais de Almeida e Silva, e uma obstinada fatia da elite local, bem munida da *Gazeta das Caldas*. Por terem participado neste conflito muitos outros intervenientes (da União Nacional ao Governador Civil) que o levaram para lá dos limites do concelho caldense, podemos retirar variadíssimas conclusões dos muitos elementos e episódios desta história. A elas nos dedicaremos nas considerações finais do capítulo seguinte.

## 5. Conclusões

Partimos para esta investigação inquirindo-nos sobre como se manifestou a oposição da elite caldense contra Fernando Pais de Almeida e Silva nas páginas da *Gazeta das Caldas* durante o seu mandato, de 1952 a 1960. A principal hipótese que definimos no início – a de que os temas utilizados para criticar o Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha seriam aqueles que mais se associavam à identidade da cidade – comprovou-se. O turismo, elemento definidor do município, serviu de principal pretexto para a redação do semanário tecer duríssimos comentários à ação governativa de Almeida e Silva e, em particular, da Comissão Municipal de Turismo, que também presidia. Mas encontramos ainda esta instrumentalização em assuntos como a substituição da tradicional Praça da Fruta por um mercado fechado ou as festividades do concelho, a 15 de maio e 15 de agosto. Adicionalmente, a naturalidade de Fernando Pais de Almeida e Silva foi um fator importante nas críticas da *Gazeta*, apesar de este ter merecido uma cobertura muito mais estratégica e criteriosa. As menções ao facto de o Presidente da Câmara não ser caldense intensificaram-se no momento em que parecia mais possível influenciar a escolha do seu sucessor, em resultado da aproximação do final do seu mandato e da mudança do Ministro do Interior e do Governador Civil de Leiria. Verificou-se, deste modo, que uma análise de conteúdo possibilita, efetivamente, o conhecimento das estratégias do grupo dirigente do jornal esmiuçado, como defendido por João B. Serra (1985, p. 6).

O enquadramento das críticas da *Gazeta* nos diversos momentos do mandato de Almeida e Silva permitiu definir com maior exatidão os comportamentos do seu diretor e corpo redator. Ao longo do capítulo dedicado ao mandato do Presidente da Câmara das Caldas, teorizámos a evolução da atitude desta facção da elite caldense face ao edil: tolerante até finais de 1954 e muito intransigente até 1960. A leitura das edições do jornal neste período comprovou esta caracterização, atestando a validade da metodologia de análise de conteúdo. Para além de indicar as estratégias e as atitudes de Júlio Lopes e companhia, o estudo do semanário tornou ainda possível conhecer o projeto político desta elite, já que esta expunha nas páginas do seu jornal propostas muito concretas para o concelho. A outra componente da análise de conteúdo – concretamente, a análise da forma desse conteúdo – revelou também que a oposição se manifestou nos pequenos detalhes: desde a omissão do nome do Presidente da Câmara em determinadas notícias à ausência de fotografias do mesmo em oito anos de edições, a *Gazeta* não deixava que os leitores conhecessem o seu edil para lá do retrato estabelecido pelas críticas publicadas.

A forma como a *Gazeta* procurou legitimar as suas opiniões não deixa de ser merecedora de apontamento. Recorreu a diversos mecanismos, como a transcrição de notícias de outros jornais ou a publicação de cartas de leitores. Deste modo, o semanário – ou, melhor dizendo, a sua direção e corpo redator – camuflava as suas críticas, não fazendo delas um ataque pessoal, mas

antes uma constatação de uma situação corroborada por repórteres forasteiros e pela opinião pública. E, claro, a sustentação de alguns dos seus apontamentos com documentos legislativos do regime mostrava como, apesar de contestar uma nomeação do poder central, a *Gazeta* se mantinha fiel ao Estado Novo.

Mas a presente dissertação conteve também perguntas secundárias relativas à nomeação de Fernando Pais de Almeida e Silva como Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha. No decorrer da nossa investigação, pretendemos descobrir as razões por detrás da sua chegada ao município caldense, que significou uma perda de poder da elite que, até 1951, deteve o órgão máximo do concelho. Afinal, Almeida e Silva esteve integrado num rol de propostas que traduziram uma vontade implícita do poder central e distrital de variar o poder da Câmara. A sua nomeação deu-se apenas após a recusa de outras figuras, essas sim naturais ou residentes nas Caldas – ou seja, o intuito das altas instâncias não parece ter sido, à partida, o de indicar um forasteiro para provocar deliberadamente a elite local. Mas a disparidade de todos os nomes considerados em relação à oligarquia caldense – quer a nível profissional, quer ao nível de proximidade com ela – representava, de facto, uma intenção de trazer novas figuras às lides do concelho. Isso deveu-se, porventura, à falta de confiança que a elite local transmitia. Os dois últimos Presidentes da Câmara dela oriundos, Júlio Lopes e Augusto Saudade e Silva, tiveram finais de mandatos muito atribulados, marcados por escândalos administrativos (no caso do primeiro) e pessoais (no caso do segundo). João Artur Botelho Moniz, sugerido por duas vezes pela Comissão Concelhia da UN, via-se também envolvido, por esta altura, num pequeno tumulto com uma instituição local. Com estes exemplos em consideração, o poder central não se mostrou confiante na elite até aí governante nas Caldas para liderar o município num momento determinante para todo o país, graças à intensificação das políticas de fomento, desenvolvimento e urbanização que se adivinhava à entrada da década de 1950. Essa tarefa ficou entregue, então, a Fernando Pais de Almeida e Silva.

O nosso estudo de caso ficou mais claro através deste exercício de contextualização da conjuntura sociopolítica caldense no panorama geral nacional da época. A isso nos propusemos desde início, tornando o nosso tema permeável a problemáticas gerais, fator essencial para dignificar a História Local. Na nossa tentativa de compreender a redefinição da elite caldense ao longo do mandato de Almeida e Silva, foi-nos possível fazer uma leitura rigorosa desse momento tendo em conta o processo de desruralização e terciarização da sociedade portuguesa neste período que é descrito, entre outros, por Manuel Braga da Cruz (1988, p. 43). As alterações no executivo camarário no decorrer da década de 1950 foram disso exemplo, com a entrada em exercício de mais vereadores ligados ao setor comercial e o predomínio da urbanizada sede de concelho sobre as freguesias rurais no que à origem dos vereadores dizia respeito. O sucessor de Almeida e Silva na presidência da Câmara das Caldas, Botelho Moniz, espelhou também esta mudança na sua

atividade: não obstante a sua naturalidade e ocupação (nascido na freguesia rural de Vidais, onde era proprietário e Presidente da Junta), teve um importante papel no projeto dos silos da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, obra de grande envergadura realizada na cidade (e indiretamente ligada, aliás, ao processo de urbanização do Borlão).

A capacidade de adaptação de Botelho Moniz, bem como de outros elementos da reconfigurada elite caldense, remete também para as mudanças ocorridas na instauração da República em 1910. Conforme vimos no capítulo do Estado da Arte, tratou-se de um acontecimento que, num primeiro momento, representou um susto para os notáveis locais um pouco por todo o país, mas que rapidamente se converteu numa oportunidade para o seu reagrupamento. Nas Caldas da Rainha, o 5 de Outubro foi de igual modo um momento de viragem para a terceira geração de construtores da cidade, que superou a anterior elite por saber adaptar-se aos novos tempos (Serra, 1993, p. 429; Xavier, 2010, p. 38). Meio século volvido, os ilustres caldenses que retomavam o poder após a saída de cena de Almeida e Silva foram precisamente os que melhor se adaptaram às mudanças da época. Os que se mostraram mais inflexíveis na sua posição crítica do rumo do concelho – rumo esse indissociável do trajeto que o país tomava – entraram na década de 1960 com muito menor peso político, como Júlio Lopes e Carlos Saudade e Silva. Os diferentes caminhos que percorreram as duas fações das forças vivas caldenses lembram, com efeito, as duas formas de transformação da força viva segundo as leis da mecânica: ou se converte numa nova forma de energia, ou desaparece no atrito e no choque (Engels, 1980, p. 103).

Ademais, argumentámos na nossa introdução que, para além de ser indispensável enquadrar o nosso objeto de análise no contexto nacional mais abrangente, este caso de estudo também contribuiria, em retorno, para o Estado da Arte – mais concretamente, para que, através da perceção de realidades concretas do país, se elaborassem novas sínteses globais, nas palavras de Acácio Lopes de Sousa (2013, p. 19). Nesse sentido, importa entender em que aspetos o episódio investigado no presente trabalho reforça teses já existentes, mas também em que matérias oferece alguma novidade.

Começamos pelo primeiro aspeto. Acabámos de observar, num parágrafo anterior, que a elite caldense na década de 1950 apresentava uma capacidade de adaptação que a bibliografia atribui, de forma geral, às elites locais em vários momentos históricos: na transformação do cacique proprietário em cacique burocrático, no contexto de renovação social do patrocínio político em finais do século XIX; no reagrupamento dos notáveis locais após a instauração da República em 1910; e até na assimilação destes ilustres no Estado Novo, após 1933. A julgar pelas movimentações das forças vivas das Caldas da Rainha, as elites locais preservavam esta sua distintiva flexibilidade durante as mudanças na sociedade portuguesa, ocorridas a partir da segunda metade do século XX.

Mas outros três temas ecoam no nosso estudo de caso: a inoperância da União Nacional, a gorada tentativa de Salazar em dinamizar a imprensa situacionista local, e a desvalorização da província enquanto unidade administrativa. O primeiro caso comprova-se pela total subversão do partido local aos interesses particulares da elite caldense. Apesar de esta, quando presidida por Júlio Lopes, se ter mostrado partidária das reformas prometidas por Marcello Caetano para a organização política, a verdade é que por várias ocasiões se assistiu, no decorrer da nossa investigação, a comportamentos guiados por quezílias pessoais, como as demissões dos membros da Comissão Concelhia após zangas com a Comissão Distrital. Tal como os Congressos da União Nacional espelhavam as divisões que se formavam no partido e no regime, também o livro de atas da Comissão Concelhia das Caldas da Rainha traduzia a despolitização do organismo: discutiam-se frequentemente as polémicas entre os intervenientes da vida caldense, mas muito poucas ações concretas a nível político.

Quanto à imprensa situacionista, dissemos que, à entrada da década de 1950, a *Gazeta das Caldas* era um dos poucos casos de sucesso da tentativa de Salazar em ter um órgão de comunicação da União Nacional em cada concelho do país. Contudo, ao longo do mandato de Almeida e Silva, ficou explícita a verdadeira natureza desse caso de sucesso: não se tratava de um órgão da UN, mas de um órgão dirigido por militantes da UN. Bastou que esses militantes ficassem descontentes com a política da cidade para que o seu jornal passasse a estar ao serviço das suas opiniões particulares e não do partido local. O falhanço do projeto do Presidente do Conselho para a imprensa local falhou também por isto: com os jornais de província pertencentes a elementos da pequena burguesia, a escassez de quadros da União Nacional e a não aposta financeira séria neste setor, seriam sempre os notáveis locais a determinar os seus critérios editoriais e não o contrário – um fator muito sensível se esses mesmos notáveis se desentendessem com a situação.

Por último, há que referir que a província nunca surgiu como ator relevante neste episódio. Apesar de essa unidade administrativa ter existido ao longo de praticamente toda a década de 1950 (só foi extinta com a revisão constitucional de 1959), os principais intervenientes por onde de facto passaram as decisões e as polémicas da época foram o Presidente da Câmara, o Governador Civil, os Presidentes das Comissões Concelhias e Distritais da União Nacional, e os ministros do governo central. Com a exceção da participação da Federação de Municípios da Estremadura em algumas obras realizadas nas Caldas da Rainha neste período, a vida administrativa, pelo menos na zona Oeste, era de facto controlada pelas unidades do município e do distrito, devidamente articuladas com o poder central. Assim se comprova a desvalorização da província e o pouco peso que tinha nos anos que antecederam a sua supressão.

Quanto aos elementos que poderão incentivar futuras investigações, de modo a comprovar o grau de novidade que a presente dissertação, assim o defendemos, parece introduzir,

chamamos à atenção para dois. Primeiro, consideramos que o poder local no Estado Novo não era uma realidade assim tão paralisada quanto alguns autores sugerem (Bilhim, 2004, pp. 9-10; Almeida, 2017, p. 260; Leirinha, 2015, p. 24). Certo é que, à superfície, o mandato de Fernando Pais de Almeida e Silva decorreu tranquilamente, ou não tivesse ele completado os oito anos de mandato estipulados pelo Código Administrativo. Todavia, o seu mandato foi, afinal, feito de pequenos conflitos com a elite local, que chegaram a envolver as altas instâncias. Este género de antagonismos revela uma fragilidade inerente ao poder local estado-novista, de todo dissociada do que acima demos conta acerca da imprensa local: formas locais de poder dependentes de opiniões e critérios particulares dos notáveis locais, fenómeno que indubitavelmente traduzia o típico personalismo da cultura política portuguesa dominante. Nesse sentido, o facto de o municipalismo do regime salazarista ter assentado nesse personalismo já não era um elemento de estabilidade, mas algo que poderia dar azo a episódios como aquele que aconteceu nas Caldas da Rainha na década de 1950. Até o poder local escondia, pois, uma fragilidade no seio do regime, que se acrescentava às muitas que se agravariam nos derradeiros anos do Estado Novo.

Em segundo lugar, há uma importante conclusão a retirar da nomeação de um alóctone para a presidência da Câmara das Caldas da Rainha e da recusa de uma mão cheia de caldenses em aceitar o cargo. Nas primeiras décadas do Estado Novo, era claro que a presidência de uma Câmara Municipal era um hobby apenas ao alcance de “latifundiários ociosos” (Araújo, 2003, pp. 137-138), associado aliás a uma certa ideia de prestígio que advinha do posto. No entanto, deparamo-nos nas Caldas da Rainha com um conjunto de notáveis que, em 1952, não quiseram presidir o seu concelho. Dois deles, Leonel de Parma Cardoso e João Vieira Pereira, admitiram mesmo que o faziam por “não resultarem vantagens financeiras” do cargo. Estaria a figura do Presidente de Câmara a perder o prestígio à entrada para a segunda metade do século XX, ao ponto de já não ser uma função apetecível para os membros das elites locais? No caso das Caldas, o facto de o sucessor de Almeida e Silva ter sido um envelhecido Botelho Moniz evidencia que, de facto, os elementos mais jovens dos ilustres caldenses não estavam a dar um passo em frente na liderança do concelho. A reconfiguração da elite viria acompanhada de uma mudança de interesses dos seus membros, menos interessados em cargos político-administrativos e mais focados nas suas profissões e negócios?

Se assim tiver sido, estamos perante um problema de recrutamento de novas figuras para altos cargos políticos locais, que obrigaria o poder central a recorrer a rostos desconhecidos dos concelhos para tomar as rédeas das respetivas Câmaras Municipais. Não podemos fazer esta extrapolação apenas com base no nosso caso de estudo. No entanto, a *Gazeta das Caldas* sugeria que algo de semelhante ao caso da presidência de Fernando Pais de Almeida e Silva ocorria noutras localidades: não só através do já mencionado discurso do Ministro do Interior, Arnaldo Schulz, no qual referiu a necessidade e a conveniência de serem munícipes os presidentes de

câmara (por que faria ele um comentário desse género se não houvesse, de facto, a inconveniência de ocorrer o contrário em alguns municípios?); mas também pela referência ao concelho de Abrantes, que em 1956, aparentemente, se via confrontado com uma situação idêntica à das Caldas. Nesse ano, a *Gazeta* transcreveu, insuspeitamente, um apelo de um jornal do distrito de Santarém: “Mas será crime discordar da permanência e pedir a substituição de um Presidente da Câmara? Pois não é de admitir, por exemplo, que haja um filho de Abrantes que se disponha ao sacrifício de presidir aos destinos da sua terra?”<sup>276</sup>.

Não oferecemos respostas às questões da publicação abrantina. Mas para nos elucidarmos quanto às perguntas que colocámos – e, sobretudo, para atestar a validade das teses que defendemos –, só há uma resposta possível: desenvolver mais trabalhos académicos na disciplina da História Local, com o rigor que tentámos imprimir na dissertação que aqui se conclui, de modo a descortinar mais episódios locais, nos quais assentem robustecidas teses globais sobre a história do poder local português.

---

<sup>276</sup> *Gazeta das Caldas* n.º 1274, de 13 de novembro de 1956, PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/01274

## Fontes

### Torre do Tombo

#### Fundo do Ministério do Interior

- PT/TT/MI-DGAPC/D/1/37 – Registo de correspondência recebida na 1ª repartição n.º 5 (1952)
- PT/TT/MI-DGAPC/D/1/45 - Registo de correspondência recebida na 1ª repartição n.º 13 (1960)
- PT/TT/MI-DGAPC/D/2/578 - Correspondência recebida do distrito de Leiria pela Direção-Geral de Administração Política e Civil (1946)
- PT/TT/MI-DGAPC/D/2/683 - Correspondência recebida do distrito de Leiria pela Direção-Geral de Administração Política e Civil (1948)
- PT/TT/MI-DGAPC/D/2/792 – Correspondência recebida do distrito de Leiria pela Direção-Geral de Administração Política e Civil (1951)
- PT/TT/MI-DGAPC/D/2/837 – Correspondência recebida do distrito de Leiria pela Direção-Geral de Administração Política e Civil (1952)
- PT/TT/MI-DGAPC/E/3/313 - Processos de correspondência recebida do distrito de Leiria pela Direção-Geral de Administração Política e Civil (1946)
- PT/TT/MI-DGAPC/E/3/1020 - Processos de correspondência recebida do distrito de Leiria pela Direção-Geral de Administração Política e Civil (1960)
- PT/TT/MI-DGAPC/E/3/1021 - Processos de correspondência recebida do distrito de Leiria pela Direção-Geral de Administração Política e Civil (1960)
- PT/TT/MI-DGAPC/E/3/1022 - Processos de correspondência recebida do distrito de Leiria pela Direção-Geral de Administração Política e Civil (1960)

#### Fundo da União Nacional

- PT/TT/UN-A/A/9-137/1 - Correspondência da Comissão Executiva da União Nacional com a Comissão Concelhia das Caldas da Rainha (1932-1960)
- PT/TT/UN-A/A/9-137/3 – Correspondência da Comissão Executiva da União Nacional com a Comissão Concelhia das Caldas da Rainha (1959-1960)
- PT/TT/UN-L-A/2/1 - Registo de Atas da Comissão Concelhia da União Nacional das Caldas da Rainha (1948-1955)

### Arquivo Distrital de Leiria

- PT/ADLRA/COL/HEM/B/004/ - Gazeta das Caldas

## Associação Património Histórico

### Arquivo Júlio Lopes

PT/APH/JL/CX2/714 – Carta de César Santana a Júlio Lopes (6 de outubro de 1944)

PT/APH/JL/CX2/726 – Apontamento de Júlio Lopes (1939)

PT/APH/JL/CX3/1258 – Carta de Júlio Lopes ao Presidente da Câmara das Caldas (29 de setembro de 1956)

PT/APH/JL/CX4/1303 – Recortes de jornais de 21, 22 e 23 de outubro de 1945 (Primeiro de Janeiro, Jornal de Notícias, Diário Popular, Século e Diário de Lisboa)

PT/APH/JL/CX4/1924 – Carta de Júlio Lopes ao filho Júlio Manoel (14 de agosto de 1951)

PT/APH/JL/CX9/2536 (código de referência provisório) – Carta de Júlio Lopes a Jaime Arsénio Oliveira, 19 de agosto de 1959

### Arquivo Pessoal de Fernando da Silva Correia

Caixas de jornais e recortes de jornais vários

## Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha

Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 42

Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 43

Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 47

Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 48

Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 49

Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 50

Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 51

Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 52

Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 53

Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 54

Livro de atas das reuniões da Câmara Municipal das Caldas da Rainha n.º 55

CAL D908(05) PP-FL\PST - *O Caldense* N.º 1 (11 de maio de 1958)

## Referências bibliográficas

- Abreu, D. J. (1988). Desenvolvimento Regional no Oeste: Problemas e Métodos (tese de Doutoramento).
- Almeida, A. T. (1987). *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890) (prova de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*. Lisboa: n/a.
- Almeida, M. A. (1997). *Elites Sociais Locais Alentejanas: Continuidade e Mudança. Avis 1886 – 1941 (dissertação de mestrado)*. Lisboa: ISCTE.
- Almeida, M. A. (2003). As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997. Em A. C. Pinto, & A. Freire (org.), *Elites, Sociedade e Mudança Política* (pp. 9-42). Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, M. A. (2008). Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal no século XX. *Análise Social*, vol. XLIII (3.º), 627-645.
- Almeida, M. A. (2013a). *Dicionário biográfico do poder local em Portugal, 1936-2013*. Lisboa: ebook.
- Almeida, M. A. (2013b). *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de câmara e governadores civis, 1936-2012*. Lisboa: e-book.
- Almeida, M. A. (2017). The revolution in local government: mayors in Portugal before and after 1974. *Continuity and Change*, 32 (2), 253-282.
- Alves, J. F. (2010). Primeira República, poder local e a saga parlamentar para um novo código administrativo. *Revista da Faculdade de Letras - HISTÓRIA - Porto, III Série, vol. 11*, 33-61.
- Amaro, A. R. (2006). As manifestações regionalistas em Portugal durante a I República e no início do Estado Novo (1910-1939). *Revista Portuguesa de História, t. XXXVIII*, 399-418.
- Antunes, J. F. (1993). *Salazar e Caetano: Cartas secretas 1932-1968*. n/a: Círculo de Leitores.
- Araújo, A. d. (2003). Mandarins, senhores da terra e políticos. Em A. C. Pinto, & A. Freire (org.), *Elites, Sociedade e Mudança Política* (pp. 131-148). Oeiras: Celta Editora.
- Baptista, M. I. (1993). *Cinquenta Fotografias dos Anos 50: José Neto Pereira, Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: Património Histórico - Grupo de Estudos.
- Bardin, L. (1991). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barros, J. L. (2005). O cerco ideológico do Estado Novo à imprensa de 'província'. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, 265-300.
- Bilhim, J. (2004). *A Governação nas Autarquias Locais*. Porto: SPI - Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Braga, A. (1997). Legislação (1790-1996): uma sinopse. Em L. N. Silveira (coord.), *Poder Central, Poder Regional, Poder Local: uma perspectiva histórica*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Brites, J. (2017). Estado Novo, arquitetura e renascimento nacional. *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)*, 15(1), 100-113.

- Brito, J. M. (1990). Da ditadura financeira ao difícil triunfo da industrialização. Em A. Reis (direção), *Portugal Contemporâneo. Volume IV* (pp. 125-162). Lisboa: Publicações Alfa.
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Caetano, M. (1994). *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Câmara Municipal das Caldas da Rainha. (03 de 02 de 2019). *Roteiro Toponímico da Cidade das Caldas da Rainha*. Obtido de Site da Câmara Municipal das Caldas da Rainha: <http://www.rb.mcr.pt/webcenter/ShowProperty?nodeId=%2Fucmsserver%2FMCR025003%2F%2FidcPrimaryFile&revision=latestreleased>
- Cândido, P. (1993). Caldas da Rainha 1927-1981: uma cronologia. Em J. B. Serra, M. Tavares, & L. N. Rodrigues, *Terra de Águas* (pp. 465-488). Caldas da Rainha: Câmara Municipal das Caldas da Rainha.
- Cantista, A. P. (2010). O termalismo em Portugal. *Anales de Hidrología Medica*, vol. 3, 79-107.
- Carvalho, A. A. (1973). *A Censura e as Leis da Imprensa*. Lisboa: Seara Nova.
- Carvalho, A. d. (2012). *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Leiria: Textiverso.
- CIDEC - Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos. (1991). *A Indústria na Região Oeste. Relatório do Estudo: A Indústria na Região Oeste . Perspectivas de Desenvolvimento e Potencialidades de Cooperação Interempresarial*. Benedita: Associação Industrial da Região do Oeste.
- Cruz, M. B. (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Mafra: Editorial Presença.
- Cruz, M. B. (1996). União Nacional. Em F. Rosas, & J. M. Brito (direção), *Dicionário da História do Estado Novo. Volume II. M-Z* (pp. 989-991). Venda Nova: Bertrand Editora.
- d'Encarnação, J. (2008). História e Toponímia. Em n/a, *Actas das 1.ª Jornadas de Toponímia de Albufeira* (pp. 9-17). Portimão: Município de Albufeira e Comissão Municipal de Toponímia.
- Engels, F. (1980). *Dialéctica da natureza*. Lisboa: Presença.
- Figueira, J. J. (2012). O Estado na electrificação portuguesa: Da Lei de Electrificação do País à EDP (1945-1976) (tese de Doutoramento).
- Fonseca, I. d. (2017). O Intransigente: a imprensa de Angola e a durabilidade do Estado Novo. Em J. L. Garcia, T. Alves, & Y. Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo e os Media* (pp. 263-281). Lisboa: Edições 70.
- França Borges, A. (10 de Março de 1938). Um Programa em Poucas Palavras. *Gazeta das Caldas*, p. 1.
- Freire, D., & Ferreira, N. E. (2019). Construção do sistema corporativo em Portugal (1933-1974). *Tempo*, 25 (1), 256-279.
- Garrido, Á. (2009). *Henrique Tenreiro. Uma biografia política*. Mem Martins: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Gaspar, J. M. (1951). União Nacional. Posição actual das Comissões Concelhias. Em União Nacional, *III Congresso da União Nacional. Resumos das Teses da 4.ª Secção. A União*

- Nacional como força activa da política e da administração - revisão da sua orgânica* (pp. 12-13). Coimbra: s/n.
- Gomes, C. (1996). *Regionalismo em Portugal: Subsídios Para a Sua História*. Lisboa: Casa do Concelho de Ponte de Lima.
- Gomes, J. C. (2017). A censura no Estado Novo: o caso da imprensa de província (1936-1945). Em J. L. Garcia, T. Alves, & Y. Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo e os Media* (pp. 69-100). Lisboa: Edições 70.
- Gomes, S. A. (1994). *As Cidades Têm uma História: Caldas da Rainha das origens ao século XVIII*. Caldas da Rainha: PH - Património Histórico.
- Leirinha, J. C. (2015). O Estado, a Sociedade e o Poder Local: análise nas freguesias do Concelho de Cascais (dissertação de Mestrado).
- Madahil, A. S. (1956). *O Concelho das Caldas da Rainha: Monografia Sanitária*. Lisboa: Edições Imprensa Médica.
- Magalhães, J. (2013). História dos Municípios portugueses na educação e na cultura. *Revista de Administração Local*, 254, 163-174.
- Mangorinha, J. (2017). *Caldas da Rainha: o mais antigo Hospital Termal do mundo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Marques, A. H. (1995). Regionalismo e Autonomismo em Portugal. Raízes Históricas? *Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores* (pp. 45-53). Ponta Delgada: Jornal da Cultura.
- Mendes, J. A. (1992). O contributo da biografia para o estudo das elites: alguns exemplos. *Análise Social*, vol. XXVII, 357-365.
- Mendes, J. M. (1996). O regionalismo como construção identitária. O caso dos Açores. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 45, 127-142.
- Ministério das Obras Públicas. (1953). *Mais Melhoramentos, Mais Trabalho. 1928-1953. Vinte e Cinco Anos de Valorização Regional*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas.
- Monteiro, N. G. (1996). As Elites Locais. Em C. Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local* (pp. 162-165). Lisboa: Temas e Debates.
- Moriés, B. R. (2010). *Roteiro bibliográfico de etnografia da região do Oeste*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação; Comunidade Intermunicipal do Oeste.
- Nunes, A. B., & Valério, N. (1996). Lei da Reconstituição Económica. Em F. Rosas, & J. M. Brito (direção), *Dicionário de História do Estado Novo. Volume I. A-L* (pp. 512-513). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Nunes, F. A. (2013). O Recrutamento das Elites Administrativas no Portugal Contemporâneo. *Ler História*, n.º 64, 137-162.
- Oliveira, C. (1990a). A aparente quietude dos anos 50. Em A. Reis (direção), *Portugal Contemporâneo. Volume IV* (pp. 75-80). Lisboa: Publicações Alfa.
- Oliveira, C. (1990b). A evolução social: modificações e tensões. Em A. Reis (direção), *Portugal Contemporâneo. Volume IV* (pp. 163-176). Lisboa: Publicações Alfa.
- Oliveira, C. (1996a). *O Estado Novo e os Municípios Corporativos*. s/a: Círculo dos Leitores.

- Oliveira, C. (1996b). O Liberalismo, os Municípios e o Poder Local. Em C. Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local* (pp. 195-222). Lisboa: Temas e Debates.
- Oliveira, C. (1996c). A República e o Centralismo Administrativo Mitigado. Em C. Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local* (pp. 259-264). Lisboa: Temas e Debates.
- Oliveira, C. (1996d). A Instauração do Estado Novo como Reforço do Centralismo. Em C. Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local* (pp. 285-291). Lisboa: Temas e Debates.
- Oliveira, C. (1996e). O Corporativismo do Estado Novo e os Municípios. Em C. Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local* (pp. 303-325). Lisboa: Temas e Debates.
- Oliveira, F. C. (2016). Os espaços públicos das Caldas da Rainha. Regeneração Urbana e Identidade (dissertação de Mestrado).
- Pereira, C. H. (2017). *Refugiados da Segunda Guerra Mundial nas Caldas da Rainha*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pinto, J. A. (2009). Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951 – 1974). *História (São Paulo)*, 445-482.
- Ramos, R. (1986). O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39). *Análise Social, vol. XXII (1.º) (90)*, 109-135.
- Ribeiro, J. (2010). A imprensa regional e as comunidades locais - Jornal Alvorada: caracterização de um quinzenário local do concelho da Lourinhã (dissertação de Mestrado).
- Rodrigues, C. F. (1996). Planos de Fomento. Em F. Rosas, & J. M. Brito (direção), *Dicionário da História do Estado Novo. Volume II. M-Z* (pp. 739-742). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Rodrigues, L. N. (22 de Dezembro de 1989). Imprensa e Poder Local: a Gazeta das Caldas (1925-1975). *Gazeta das Caldas*, pp. 21-23.
- Rodrigues, L. N. (1993). Caldas da Rainha no Século XVIII: entre o Hospital e a Câmara. Em J. B. Serra, M. Tavares, & L. N. Rodrigues, *Terra de Águas* (pp. 105-133). Caldas da Rainha: Câmara Municipal das Caldas da Rainha.
- Rodrigues, L. N. (1994). A Legião Portuguesa (1936-1944) (dissertação de Mestrado).
- Rodrigues, L. N. (2010). A Criação do Museu José Malhoa nas Caldas da Rainha. Em M. T. Couto, *O Museu José Malhoa, as Caldas e a República* (pp. 15-24). Caldas da Rainha: Instituto dos Museus e da Conservação.
- Rollo, M. F. (1994). Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952). *Análise Social, vol. XXIX (128)*, 841-869.
- Romero, A. (1991). *Metodologia de Análise de Conteúdo*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Rosas, F. (1994). Estado Novo e o desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. *Análise Social, vol. XXIX (128)*, 871-887.
- Ruivo, F. (2000). *O Estado Labiríntico: o poder relacional entre poderes local e central em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

- Sá Fernandes, S. A. (2012). A autarquia local, o estado e a sociedade: uma abordagem baseada em Mafra (dissertação de Mestrado).
- Serra, J. B. (3 de Maio de 1985). Um Século de Imprensa Caldense: Jornais, Elites, Poder Local. *Gazeta das Caldas*, p. 1&6.
- Serra, J. B. (1987). Élités locais e competição eleitoral em 1911. *Análise Social*, vol. 95, 59-95.
- Serra, J. B. (1993). Caldas da Rainha, 1887-1927. Em J. B. Serra, M. Tavares, & L. N. Rodrigues, *Terra de Águas* (pp. 367-464). Caldas da Rainha: Câmara Municipal das Caldas da Rainha.
- Serra, J. B. (1995). *Introdução à História das Caldas*. Caldas da Rainha: Património Histórico - Grupo de Estudos.
- Serra, J. B. (1996). Os Poderes Locais: Administração e Política no 1.º Quartel do Século XX. Em C. Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local* (pp. 264-280). Lisboa: Temas e Debates.
- Serra, J. B. (1997). O Estado liberal e os municípios (finais do século XIX e primeiro quartel do século XX). Em L. N. Silveira (coord.), *Poder Central, Poder Regional, Poder Local: uma perspectiva histórica*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Serra, J. B. (2000). *Continuação: Crónicas dos anos 50/60*. Caldas da Rainha: Gazeta das Caldas.
- Serra, J. B. (2003). *21 Anos, pela História: Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: Património Histórico - Grupo de Estudos.
- Serra, J. B. (2007). A construção de uma cidade. Caldas da Rainha, 1887 - anos 1930: população, urbanismo e política (tese de Mestrado).
- Serra, J. B., Tavares, M., & Rodrigues, L. N. (1993). *Terra de Águas*. Caldas da Rainha: Câmara Municipal das Caldas da Rainha.
- Silva, F. M. (1997). Uma perspectiva das elites portuguesas. Em A. M. Bessa (coord.), *Elites e Poder: Estudos* (pp. 205-219). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Silva, F. P. (1943). *Mafra e o Papa João XXI*. Mafra: s.n.
- Silva, F. P. (1953). Caldas da Rainha. Em M. d. Públicas, *Mais Melhoramentos, Mais Trabalho. 1928-1953. Vinte e Cinco Anos de Valorização Regional* (pp. 746-747). Lisboa: Ministério das Obras Públicas.
- Siqueira, J. d. (1954). Palavras de História e de Apresentação. Em D. d. Macedo, & J. d. Siqueira, *A Propósito do Museu José Malhoa. Homenagem a António Montês no XX aniversário do Museu Provincial de José Malhoa, nas Caldas da Rainha, no dia 28 de Abril de 1954* (pp. 8-18). Lisboa: Livraria Portugália.
- Soares, M. (2004). *Caldas da Rainha vista em Cem Biografias*. Caldas da Rainha: Estoundir.
- Sobral, J. M., & Almeida, P. T. (1982). Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901. *Análise Social*, vol XVIII (72, 73, 74), 649-671.
- Sousa, A. F. (2013). Elites Políticas de Leiria: 1910-2000 (tese de doutoramento). Lisboa: FCSH.
- Sousa, F. d. (1998). Subsídios para a História da electrificação portuguesa. *A Indústria Portuense em perspectiva histórica: actas do Colóquio* (pp. 141-164). Lisboa: CLC-FLUP.

- Sousa, J. P. (2008). *Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de abril de 1974*. n/a: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação.
- Sousa, P. S. (1996a). A Literatura, a Política e os Municípios no Portugal Liberal. Em C. Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local* (pp. 222-241). Lisboa: Temas e Debates.
- Sousa, P. S. (1996b). Caciquismo e Poder Local na Literatura sob o Estado Novo. Em C. Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local* (pp. 325-341). Lisboa: Temas e Debates.
- Tavares, M. (1993). Aspectos do Quotidiano Caldense no 3.º Quartel do Século XIX. Em J. B. Serra, M. Tavares, & L. N. Rodrigues, *Terra de Águas* (pp. 219-258). Caldas da Rainha: Câmara Municipal das Caldas da Rainha.
- Teixeira, L. (1957). *Pequena Pátria*. Caldas da Rainha: Gazeta das Caldas.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa: das origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Tostões, A. (1996). Ministério das Obras Públicas. Em F. Rosas, & J. M. Brito (direção), *Dicionário da História do Estado Novo. Volume II. M-Z* (pp. 585-598). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Veríssimo, H. Â. (2003). *Os Jornalistas nos Anos 30/40: Elite do Estado Novo*. Coimbra: Minerva.
- Vidigal, L. (1988). *Cidadania, Caciquismo e Poder. Portugal, 1890-1916. Estudos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Xavier, I. (2010). As Caldas e a República. Em M. T. Couto, *O Museu José Malhoa, As Caldas e a República* (pp. 33-52). Caldas da Rainha: Instituto dos Museus e da Conservação.